



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



SILVANA AURILA DA SILVA VASCONCELOS

**O FLORESCER DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO
AMAZONAS: o protagonismo de André Vidal de Araújo**

MANAUS
2024

SILVANA AURILA DA SILVA VASCONCELOS

**O FLORESCER DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO
AMAZONAS:** o protagonismo de André Vidal de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do grau de mestre(a) em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas

MANAUS
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V331f Vasconcelos, Silvana Aurila da Silva
O florescer da assistência social no estado do Amazonas : o protagonismo de André Vidal de Araújo / Silvana Aurila da Silva Vasconcelos . 2024
150 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazonas. 2. Assistência Social. 3. André Araújo. 4. Serviço Social. 5. Historiografia. I. Andrade, Roberta Ferreira Coelho de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

SILVANA AURILA DA SILVA VASCONCELOS

O FLORESCER DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO AMAZONAS: o protagonismo de André Vidal de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação da professora Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade como requisito para obtenção do grau de mestre(a) em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovada em 05 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Presidente

Prof.^a. Dra. Iraildes Caldas Torres
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Membro Interno

Prof.^a. Dra. Maria Carmelita Yazbek
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Membro Externo

Dedico este trabalho, que contém muitos sorrisos, lágrimas e descobertas, especialmente para a minha mãe D. Ana e a minha filha Ana Vitória, mulheres que caminham ao meu lado e me dão todo apoio que necessito. Cada parágrafo escrito contém todo amor que recebo delas, cada uma do seu jeito. Dedico ainda ao meu pai S. João, que não mede esforços para me ajudar diante das correrias e obrigações do dia a dia. Ao meu irmão João Silvestre que, independentemente da distância, está ao meu lado, me apoiando e incentivando. Amo vocês. Obrigada por tudo. Ofereço ainda à memória e ao legado de André Vidal de Araújo, um sujeito histórico e visionário que realizou feitos grandiosos e frutíferos. E ao grupo de pesquisa (família) ESTRADAS, que incansavelmente realiza um trabalho de resgate da história do Serviço Social no Amazonas.

AGRADECIMENTOS

Que momento interessante! Escrever os agradecimentos nos faz voltar no tempo, lembrar pessoas, momentos e sentimentos. Diante de tantas memórias recheadas de amor, agradeço imensamente a Deus. Foi Ele quem me proporcionou essa experiência, ele que me segurou, que me deu forças. Obrigada, Senhor, por cada momento, por tanto aprendizado, por tanto amor!

Mãe, muito obrigada! Jamais conseguirei expressar minha eterna gratidão. Foram 02 anos, em que abduzi de inúmeras coisas, porque sabia que a senhora estaria ao meu lado. Sei que não foi fácil para a senhora, mas nunca escutei uma reclamação. Obrigada por me ensinar na prática o real sentido da maternidade: a entrega. Filha, “De todo o amor que eu tenho, metade foi tu que me deste, salvando minh’alma da vida, sorrindo e fazendo o meu eu”. Filha, você é incrível! Pai, obrigada por todo o apoio e por entender essa fase. Meu amado irmão, obrigada por ser o único que consegue arrancar meus sorrisos, nos momentos mais difíceis.

O mestrado é uma experiência singular, nos desafia e, sobretudo, nos transforma. Então, começo agradecendo ao PPGSS/UFAM, por essa oportunidade de crescimento intelectual e pessoal. Agradeço à turma 2022, que me acolheu e comigo compartilhou momentos enriquecedores. Cada mestrando possui histórias de vida e todas elas me inspiravam. Agradeço a cada professor que compartilhou seu conhecimento e que, em muitos momentos, acalentou nossos desesperos com palavras de entusiasmo. Expresso ainda minha gratidão ao meu amigo-orientador, Prof. Me. Marcelo Mario Vallina, que em 2014 me apresentou André Araújo e, desde então, mergulhei em desbravar este rico pensador.

Nesse prestigiado grupo, é imprescindível fazer um caloroso agradecimento à minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade. Quantos ricos encontros, quantos diálogos recheados de risadas e lágrimas também, quanta paciência e generosidade. Nesses dois anos de caminhada, foi firmada não apenas uma relação de professora e aluna, mas uma amizade, um elo de confiabilidade e segurança, que de tão grande transbordava para outros corações amigos, entre eles, Prof. Dr. Aldair Oliveira de Andrade, D. Maria de Lourdes Ferreira, Sophia e Raphael. Agradeço a todos pelas palavras de carinho, pela atenção, pelos cuidados, pelas guloseimas. Este trabalho, professora, só pode ser concretizado devido sua parceria e sua confiança em minha capacidade; que me fez acreditar em mim mesma.

Nesse ensejo, expressei meus agradecimentos ao grupo de pesquisa ESTRADAS. Participar do grupo fez a caminhada se tornar mais leve e feliz. O trabalho de coleta realizada de forma coletiva foi essencial para encontrar os encadeamentos necessários em nossa pesquisa. O trabalho coletivo e as trocas de material alicerçaram esta produção.

E, diante desse movimento de busca por dados, agradeço ao Instituto Durango Duarte, que autorizou nosso acesso ao acervo dos Diários Oficiais. Agradeço ainda à estimada historiadora Marlúcia Bentes, que tão bem nos recebeu no Instituto e ainda nos presenteava com informações valorosas e inéditas. Seus sorrisos e abraços abertos nas coletas foram fundamentais. Expresso ainda meus agradecimentos ao Governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e o Centro de Documentação e Memória da Amazônia, que, de forma generosa, nos concedeu contato com diversos livros de André Araújo.

O mestrado nos presenteia com amigas que ultrapassam os muros da academia, e elas não são medidas pelo tempo, mas pela intensidade de cada momento vivido. Nesse sentido, registro o nome de pessoas que me ajudaram, que muitas vezes seguraram minhas mãos, enxugaram minhas lágrimas e aqueceram meu coração. Se caso eu cometer o erro de esquecer alguém, desde já peço desculpas. Escarlete e Shirley, vocês foram incríveis, tanta partilha, meu muito obrigada. Evelyn, obrigada pela paciência e por ser tão solícita. Adriana, Ariel, Edivanessa, Sandra, Bianca, meus agradecimentos por tantos momentos. Thaynara, obrigada por ter me direcionado e acreditado que era possível. Isadora e Suellen, obrigada pelas partilhas, pelos abraços coletivos, nossa caminhada acadêmica foi linda.

Expresso ainda meus agradecimentos ao âmbito do meu trabalho. Cel. PM Rejane Filgueiras da Costa, obrigada pela confiança, pelo apoio, pelo incentivo, pela amizade. Seu comando foi essencial para que eu pudesse concluir este trabalho. Suas palavras ressoam em mim: “Você vai terminar, você vai ser mestre, não vou deixar você desistir”. Minha gratidão a todos os meus colegas de farda, que gentilmente se preocupavam constantemente comigo. Agradeço a cada um. Dona Lucinda Ribeiro, obrigada pelos livros que tanto me ajudaram e pelas palavras de encorajamento.

Agradeço aos meus familiares e amigos que compreendiam minhas ausências, me apoiavam, fortalecendo a jornada. Todos foram essenciais. MUITÍSSIMO Obrigada!

Tenho uma imensa preocupação de trabalhar pelo próximo: - É um destino do qual não posso fugir. E não sei explicar de onde vem essa ânsia, porém tenho que dar minha colaboração a obra de reconstrução social da minha pátria.

André Araújo
(As Realizações da Legião [...], 1946, p. 4).

RESUMO

Nosso estudo objetiva, partindo da perspectiva histórica e historiográfica, analisar como ocorreu no estado do Amazonas a organização da Assistência Social, ressaltando o protagonismo de André Vidal de Araújo na construção e consolidação desse processo. A delimitação do estudo está centrada no recorte temporal que corresponde aos anos de 1930 a 1950, período que entendemos como embrionário em relação às práticas assistenciais, tanto no âmbito nacional quanto regional. As ações de assistência à população pobre anteriores a esse estágio eram realizadas de forma isolada e voluntária, por grupos religiosos, visto que não havia uma política de assistência do poder público. No que concerne aos objetivos traçados, temos como geral: analisar a emergência e a organização da Assistência Social no Estado do Amazonas, com relevo à contribuição de André Vidal de Araújo. E os objetivos específicos: caracterizar o contexto sócio-histórico do Estado do Amazonas no período de 1930 a 1950 e a emergência das expressões da questão social, à luz do pensamento social da Amazônia; discutir o Projeto de Organização da Assistência Social no Amazonas e o protagonismo de André Vidal de Araújo; evidenciar as primeiras ações e instituições de assistência social no Estado do Amazonas. Essa pesquisa está pautada no materialismo histórico-dialético, de natureza explicativa, com coleta e análise dos dados sustentados no enfoque misto, associando as formas qualitativa e quantitativa. Para alcançarmos nossos objetivos, recorreremos às pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados obtidos demonstram que, no Amazonas, no limiar da década de 1940, sob o visionarismo de André Vidal de Araújo, foram planejadas e efetivadas as primeiras ações sistemáticas voltadas para a assistência social, semeadas em um terreno de contradições socioeconômicas. Apesar de tais iniciativas terem sido homologadas pelo Estado, não receberam os devidos investimentos, intervenções e atenção para sua implementação e continuidade. Esse processo de institucionalização da assistência social é fundamental para entender o próprio nascimento do Serviço Social no contexto amazonense, que foi desdobramento e condição necessária para executar de modo sistemático e qualificado o plano de assistência do Estado e os programas de cunho social tanto na esfera pública quanto privada.

Palavras-chaves: Amazonas; Assistência Social; André Araújo; Serviço Social; Historiografia.

RESUMEN

Nuestro estudio pretende, desde la perspectiva histórica e historiográfica, analizar cómo se dio la organización de la Asistencia Social en el estado de Amazonas, enfatizando el protagonismo de André Vidal de Araújo en la construcción y consolidación de este proceso. La delimitación del estudio se centra en el marco temporal que corresponde a los años 1930 a 1950, período que entendemos como embrionario en relación a las prácticas asistenciales, tanto a nivel nacional como regional. Las acciones de asistencia a la población pobre antes de esta etapa se realizaban de manera aislada y voluntaria por parte de grupos religiosos, ya que no existía una política de asistencia por parte del gobierno. Con respecto a los objetivos trazados, tenemos como uno general: analizar el surgimiento y organización de la Asistencia Social en el Estado de Amazonas, con énfasis en la contribución de André Vidal de Araújo. Y los objetivos específicos: caracterizar el contexto socio-histórico del Estado de Amazonas en el período de 1930 a 1950 y la emergencia de las expresiones de la cuestión social, a la luz del pensamiento social de la Amazonía; discutir el Proyecto de Organización de la Asistencia Social en Amazonas y el papel de André Vidal de Araújo; destacar las primeras acciones e instituciones de asistencia social en el Estado de Amazonas. Esta investigación se basa en el materialismo histórico-dialéctico, de carácter explicativo, con recolección y análisis de datos basados en un enfoque mixto, asociando formas cualitativas y cuantitativas. Para lograr nuestros objetivos, recurrimos a la investigación bibliográfica y documental. Los resultados muestran que, en Amazonas, en el umbral de la década de 1940, bajo el visionarismo de André Vidal de Araújo, se planificaron e implementaron las primeras acciones sistemáticas de asistencia social, sembradas en un terreno de contradicciones socioeconómicas. A pesar de que estas iniciativas han sido aprobadas por el Estado, no han recibido las inversiones, intervenciones y atención necesarias para su implementación y continuidad. Este proceso de institucionalización de la asistencia social es fundamental para entender el nacimiento mismo del Trabajo Social en el contexto amazónico, que fue una condición en desarrollo y necesaria para ejecutar de manera sistemática y calificada el plan asistencial y los programas sociales del Estado tanto en el ámbito público como en el privado.

Palabras clave: Amazonía; Asistencia social; André Araújo; Servicio social; Historiografía.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Boletim do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores	67
Figura 02	Sede da Escola de Serviço Social de Manaus	77
Figura 03	Organização da Assistência Social no Amazonas	90
Figura 04	Desajustamento da Condição	92
Figura 05	Desajustamento da Cultura	94
Figura 06	Desajustamento de Amparo: Infância e Velhice	95
Figura 07	Desajustamento da Saúde	96
Figura 08	Desajustamento do Espírito	97
Figura 09	Desajustamento dos Sentidos	97
Figura 10	Desajustamento da Conduta	98
Figura 11	Escola Premunitória do Bom Pastor	105
Figura 12	Instituto Montessoriano Álvaro Maia	107
Figura 13	Manchete “Garotos esfarrapados, de olheiras profundas, tristes e mal alimentados”	116
Figura 14	Manchete “Apenas a fome e a miséria existem no “Melo Matos” e “Maria Madalena”	117
Figura 15	Manchete “Instituto Melo Matos sem Direção”	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Funções institucionais exercidas por André Araújo	58
Quadro 02	Obras e escritos de André Araújo	61
Quadro 03	Instituições dirigidas por André Araújo	68
Quadro 04	Disciplinas da Escola de Serviço Social	81
Quadro 05	Instituições fundadas por André Araújo	101
Quadro 06	Ações voltadas para o campo da assistência social nas décadas de 1960 e 1970	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Balanço das receitas orçamentárias destinadas à segurança pública e assistência social (1940 – 1950).	119
------------	---	-----

LISTA DE SIGLAS

AAL	Academia Amazonense de Letras
ASC	Ação Social Católica
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Amazonas
CVBAM	Cruz Vermelha Brasileira do Amazonas
DAPS	Departamento de Assistência e Previdência Social
ESTRADAS	Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia
FDT	Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IMAM	Instituto Montessoriano Álvaro Maia
ISOP	Instituto de Seleção e Orientação Profissional
LBA	Legião Brasileira de Assistência
PACE	Programa de Atividade Curricular de Extensão
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMI	Política Municipal de Idosos
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEAS	Secretaria de Estado de Assistência Social
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e Cultura
SESI	Serviço Social da Indústria
SOC	Sociedade de Organização da Caridade
SPVEA	Superintendência de Valorização da Amazônia
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - O SOLO HISTÓRICO DA QUESTÃO SOCIAL NO AMAZONAS: desenvolvimento capitalista e desigualdades sociais	24
1.1 Capitalismo dependente na Amazônia: breves aproximações ao pensamento social da Amazônia.....	24
1.2 Desenvolvimento capitalista no Amazonas e o despontar das desigualdades sociais.....	36
1.3 As expressões da questão social no Estado do Amazonas a partir da década de 1930: uma leitura a partir de André Vidal de Araújo	44
CAPÍTULO II - SEMENTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS: André Vidal de Araújo e a aragem do solo	54
2.1 O lançar das sementes: os caminhos de André Vidal de Araújo	54
2.2 A Escola de Serviço Social de Manaus como preparação para materialização da assistência social.....	72
2.3 Descortinando o projeto de Organização da Assistência Social e Serviço Social do Amazonas	85
CAPÍTULO III - O FLORESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS	100
3.1 André Araújo: do germinar das sementes ao florescer.....	100
3.2 As instituições de assistência social sob a responsabilidade estatal	109
3.3 O legado de André Vidal de Araújo para a Assistência Social e o Serviço Social no Amazonas	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	136
ANEXOS.....	148

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, partindo da perspectiva histórica e historiográfica, analisa o processo de organização da Assistência Social no estado do Amazonas. A delimitação do estudo está centrada no período de 1930 a 1950, momento que entendemos como embrionário em relação às práticas assistenciais, tanto no âmbito nacional quanto regional. O objeto de estudo é a organização da Assistência Social no estado do Amazonas e o protagonismo de André Vidal de Araújo na construção e consolidação desse processo. Importante pensador social brasileiro, com raízes amazônicas; seus escritos e suas ações delinearam consideravelmente a formulação e implantação de políticas públicas locais, especialmente na área social.

Na década de 1940, o Amazonas passou a ser pauta das ações do governo federal, com o objetivo de integrar a Amazônia ao conjunto da economia nacional. Todavia, esse período não trouxe significativas mudanças para grande parte da população manauense, pois o movimento migratório das populações interioranas para a capital em busca de melhores oportunidades acentuava o agravamento das delicadas refrações da questão social, obrigando o Estado a apresentar estratégias para combater tal conjuntura (Scherer, 2016).

Nesse contexto, as ações de assistência à população pobre eram realizadas de forma isolada e voluntária, por grupos religiosos, visto que não havia uma política de assistência do poder público. Essas ações caritativas estavam em consonância com a Doutrina Social da Igreja Católica e com as encíclicas papais (Torres, 2002). Outrossim, Montenegro (1986) assinala que André Vidal de Araújo, militante das atividades da Igreja Católica, ao exercer a função de Juiz Tutelar de Menores, desenvolveu uma série de registros que serviram de base para a criação de vários institutos assistenciais na cidade de Manaus.

A escolha do tema está atrelada à experiência de pesquisas anteriores realizadas pela mestrandia em sua participação na iniciação científica durante a graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na qual analisou o pensamento social de André Araújo. Por conseguinte, em seu trabalho de conclusão do curso (TCC), examinou as relações do intelectual com o ideário higienista. Estas vivências acadêmicas foram cruciais para a elaboração da proposta de pesquisa que deu origem a esta dissertação, pois, ao escavarmos os estudos sobre o pensamento de André Araújo e investigarmos suas ações, notamos como este intelectual teve uma participação precípua na organização da assistência social no estado do Amazonas. Foi neste processo que também nasceu a Escola de Serviço Social de Manaus, no ano de 1940 e oficializada em 1941, como espaço de capacitação de recursos humanos para materializar a assistência social.

Ressaltamos que a vivência no curso de mestrado, a realização das disciplinas (07 obrigatórias e 03 optativas) e o envolvimento nos eventos acadêmicos foram material base para a concretização deste projeto. Especialmente, a participação no Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS), ao qual esta pesquisa está vinculada e contribui para o alcance dos objetivos traçados nos projetos guarda-chuvas intitulados “Serviço Social no Amazonas entre sombras e luzes: historiografia, formação e trabalho profissional” (sem financiamento) e “Entrelaçando passado e presente: Serviço Social e políticas públicas no estado do Amazonas” (financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq).

Dentre as palestras, simpósios, encontros e demais eventos que esta mestranda participou, destacamos três momentos. O primeiro diz respeito à Roda de Conversa: “Memórias e trajetória do serviço social no Amazonas”, alusiva à comemoração dos 82 anos do Serviço Social no estado do Amazonas, atividade que estava associada ao Programa de Atividade Curricular de Extensão (PACE) – “Serviço Social no Estado do Amazonas: 82 anos de história”. Neste debate, participaram assistentes sociais protagonistas dessa caminhada, que trouxeram reflexões sobre o processo de formação acadêmica, além de relatar suas trajetórias históricas de vida e profissional.

O segundo evento, também relacionado ao supracitado PACE, foi a “Roda de Conversa: 82 anos do serviço social – entrelaçando passado e presente”. Neste evento, a mestranda participou como palestrante, abordando o contexto histórico, econômico e social de Manaus e a emergência da profissão nessa conjuntura. Foi um momento singular, de grande aprendizado. Por fim, a VI Semana Acadêmica de Serviço Social: 82 anos de serviço social – fortalecendo a formação e o trabalho profissional no estado do Amazonas, com importantes debates sobre a trajetória de nossa profissão, com professoras renomadas.

A participação no grupo de pesquisa ESTRADAS trouxe inúmeras e importantes informações para a construção deste projeto. Os encontros para a coleta de material, a socialização dos conteúdos e a sistematização das pesquisas no banco de dados foram ações fundamentais para esta dissertação. O trabalho historiográfico realizado de modo coletivo pelo grupo está possibilitando um resgate da memória e trajetória do serviço social no Amazonas.

No que concerne à temática trabalhada nesta dissertação, evidenciamos que, diante do levantamento bibliográfico, identificamos poucas referências que problematizassem ou descrevessem a relação entre o pensamento social de André Vidal de Araújo e as primeiras organizações da assistência social no estado do Amazonas. Muitas das obras fazem referência

a André Araújo, seu pensamento, seu trabalho no Juizado de Menores e seu protagonismo como fundador da Escola de Serviço Social de Manaus.

Neste bojo, destacamos a dissertação de mestrado, intitulada: André Vidal de Araújo: Pensamento Social e Sociologia, de Lúcia Marina Puga Ferreira (2002). Neste trabalho, a autora estabeleceu uma periodização do pensamento de André Araújo, categorizando-o em duas fases distintas: a primeira entre os anos de 1930 a 1952, com influência marcante e dominante do Pensamento Social Católico e a segunda, dos anos de 1956 a 1974, sob forte ingerência da Sociologia Americana da Escola de Chicago e da Sociologia Brasileira. Não era objetivo da autora fazer relação com o Serviço Social ou a assistência social, mas sua produção nos dá pistas importantes para problematizar o intelectual e o homem André Vidal de Araújo.

Outras fontes que retratam os trabalhos de André Araújo são da Prof.^a Me. Rita de Cássia Montenegro, com sua dissertação de mestrado em Serviço Social, nomeada “A criação da Escola de Serviço Social de Manaus (1986)”, bem como o livro do autor Jayme Pereira, intitulado: André Vidal de Araújo: o místico moderno (1976). Tais obras são importantes faróis rumo à análise que nos propusemos a fazer.

Vale reiterar que encontramos fontes que fazem referência a André Araújo e trazem importantes contributos referentes a sua atuação no campo da assistência social, contudo não tinham como objeto as ações do referido intelectual. Ressaltamos o livro da Prof.^a Dra. Elenise Scherer, intitulado “A trajetória da Assistência Social aos desassistidos manauenses”, lançado em 2016, bem como o livro da Prof.^a Dra. Iraildes Caldas Torres, “As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder”, de 2002 e “O caminho não percorrido: a trajetória dos assistentes sociais masculinos em Manaus”, de Carlos Costa, publicado em 1995.

Referenciamos outros trabalhos acadêmicos, que não retratam especificamente sobre André Araújo, no entanto, colaboram com nossas fontes de pesquisa, como a dissertação de mestrado “Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920)”, escrita em 2010 e a tese de doutorado “Pequenos Construtores da Nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945)” de 2018, ambas de Alba Barbosa Pessoa. Mapeamos ainda projetos de iniciação científica, como o da discente do curso de História/UFAM, Maria Vitória Castro, com o título, “A Assistência Social às crianças desvalidas e nomeadas ‘delinquentes’ na cidade de Manaus no período de 1930 a 1950” (2019), tendo como orientadora, a Prof.^a Dra. Ana Lúcia Vieira. E o projeto “O pensamento de André Vidal de Araújo no período 1935 a 1951”, escrito pelas então discentes Silvana Aurila da Silva Vasconcelos e Thaynara Reis do Nascimento Cruz, orientadas pelo Prof. Me. Marcelo Mário Vallina, no ano de 2015.

As obras e pesquisas evidenciadas foram importantes para compreendermos qual era o contexto socioeconômico e político em que foi organizada a assistência social no Amazonas, bem como as ações direcionadas à proteção da infância efetuadas nas primeiras décadas do século XX e as contribuições de André Araújo. Elas nos permitiram captar os nexos que explicam a emergência de expressões da questão social naquele contexto.

Salientamos que, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), até o momento não há outra pesquisa em andamento ou concluída com o mesmo objeto. Diante do exposto, a análise sobre o processo de gênese e desenvolvimento da assistência social no Estado do Amazonas e um de seus proeminentes idealizadores e materializadores, André Vidal de Araújo, é relevante e necessária à Universidade Federal do Amazonas, tendo em vista que desvenda e sistematiza o percurso histórico da elaboração de políticas, regulamentações e instituições sociais, que visavam o ajustamento e o controle da vida social, dando início à implementação de políticas públicas para a região amazônica, permeadas por relações de poder.

Nesse sentido, o objetivo geral consistiu em: Analisar a emergência e a organização da assistência social no Estado do Amazonas, com relevo à contribuição de André Vidal de Araújo. Seus objetivos específicos se desdobraram em: 1) Caracterizar o contexto sócio-histórico do Estado do Amazonas no período de 1930 a 1950 e a emergência das expressões da questão social, à luz do pensamento social da Amazônia; 2) Discutir o Projeto de Organização da Assistência Social no Amazonas e o protagonismo de André Vidal de Araújo; 3) Evidenciar as primeiras ações e instituições de assistência social no Estado do Amazonas.

Nossa investigação se dedicou a responder a seguinte questão norteadora central: Como ocorreu o processo de organização da assistência social no Estado do Amazonas? As questões secundárias foram: Em que contexto histórico-social a assistência social surgiu no Amazonas? Como o Governo do Estado passou a administrar as expressões da questão social por meio da assistência social? Qual foi a contribuição de André Vidal de Araújo na implantação da assistência social?

Sabemos que a pesquisa social se realiza pela aproximação, visto que desvendar a realidade social repleta de conflitos e contradições não é uma tarefa fácil, porém, necessária, de modo a nos aproximarmos cada vez mais e de forma precisa dos nossos objetos de estudo, logo da produção de conhecimento. Conforme Bachelard (1996, p. 17), “[o] conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras”.

Para consecução dessa pesquisa, o método de análise foi o Materialismo Histórico e Dialético, pois permitiu o reconhecimento e reflexão acerca dos determinantes sócio-históricos e políticos do período, considerando ainda a centralidade da questão social e a identificação das

contradições daquele cenário que permeavam a realidade social e que influíram sobremaneira na estruturação da assistência social no Amazonas. Conforme Netto (2011b), o método proposto por Marx pressupõe que o pesquisador se eleve além do imediato, da superficialidade, buscando alcançar a essência do objeto, ou seja, é o exercício em que se parte da aparência para o encontro da essência, retirando dela suas diversas determinações e contradições. Por essa razão, não visualizamos outra natureza para a pesquisa, que não a explicativa, pois esse tipo de abordagem se dedica a registrar e examinar os fenômenos estudados, identificando suas causas, desvelando o conhecimento da realidade (Severino, 2013). Esse foi nosso intento: entender os liames que permearam o processo de organização da assistência social no Amazonas.

Nessa dissertação adotamos categorias intrinsecamente relacionadas ao nosso objeto de estudo: Totalidade; Mediação; Historicidade e Contradição. O princípio da totalidade refere-se às diversas e complexas interconexões entre os diversos aspectos que envolvem a realidade, através do exercício de aproximações (Kosik, 2011). A totalidade não é linear, ela é dinâmica, deve-se na totalidade parcial a ser analisada desvelar as determinações específicas e gerais. Esta categoria nos permitiu obter uma compreensão abrangente do contexto social, econômico e político, além dos encadeamentos e condicionantes vigentes no período analisado.

Na categoria mediação analisamos as relações e conexões que estão em constante movimento. Nessa categoria nada está isolado, existe uma conexão dialética, um encadeamento de relações contraditórias, que se interligam mutuamente. De acordo com Pontes (1995, p. 81), a mediação exprime-se como uma categoria que fundamenta o ser social (ontológica), “[...] quanto se constitui num construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto”. Na presente pesquisa, o uso desta categoria possibilitou, a partir da análise sistemática dos determinantes que atravessaram a conjuntura do Amazonas (particularidade) ao contexto brasileiro (universalidade), apreender as relações e conexões de André Araújo e as instituições criadas por ele durante o processo de organização e institucionalização da assistência social no Amazonas.

Para a categoria historicidade, evidenciamos as palavras de Kosik (2007, p. 141): “[o] reconhecimento do caráter histórico da realidade social não equivale à redução historicizante à situação dada”. O autor adverte para a não redução da historicidade a uma análise cronológica, devendo primar pelo desvendamento dos determinantes, nexos, relações de um objeto, pois a realidade não é um dado permanente, não é algo produzido somente no hodierno, é também reprodução do pretérito. A partir dessa categoria foi possível realizar aproximações sucessivas ao movimento provisório da assistência social entre 1930 e 1950. Utilizar a categoria historicidade, na

perspectiva dialética, pressupõe investigar o objeto de modo articulado com outros fatores inerentes a ele. De acordo com Netto (2011b, p. 18):

Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais.

Nesse sentido, a categoria historicidade possibilita uma compreensão da dinâmica social, do contexto no qual o fenômeno ocorre, do processo em que está inserido, ou seja, do movimento da realidade. Closs (2015) pontua que a categoria historicidade demanda analisar os fenômenos a partir da perspectiva histórica, sendo necessário contextualizá-los, apreendendo suas processualidades e seus influxos.

Por fim, a categoria Contradição é reconhecida pela dialética como um princípio fundamental do movimento pelo qual os seres existem (Cury, 1995). Nesse sentido, ela se torna o motor para o debate que envolve o objeto de estudo desta pesquisa. O surgimento da assistência social no Amazonas reflete as contradições inerentes ao sistema capitalista, acentuadas pelas particularidades da região. A assistência social surge como uma resposta a uma realidade marcada por profundas disparidades entre as classes sociais. Nesse contexto, se mostrou imprescindível a análise das contradições presentes na implementação e no desenvolvimento da política de assistência social no Amazonas.

A coleta e análise dos dados foi realizada através do enfoque misto, associando as formas qualitativa e quantitativa. Os dados quantitativos e qualitativos não são antagônicos, eles se complementam. Prates (2012, p. 117) assevera que a “expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados”.

Para a construção da pesquisa, recorreremos a dois processos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica está presente do início ao final da dissertação. Para este fim, utilizamos um amplo acervo de materiais: livros, folhetos, relatórios, teses, dissertações, artigos científicos, revistas, dentre outros. Ressaltamos as observações de Marconi e Lakatos (2003), as quais asseveram que a pesquisa bibliográfica não pode ser considerada como uma simples repetição do que já foi escrito ou reproduzido sobre determinado assunto, mas um novo exame, sob uma outra perspectiva de análise, alcançando conclusões inéditas.

No que tange ao levantamento documental, este foi realizado de forma virtual e presencial. No banco de dados da Hemeroteca Brasileira Digital, que contém inúmeros jornais

e documentos, utilizando os descritores: “andre vidal”; “escola serviço social”; “assistencia social”; entre outros. E no sítio eletrônico da “Imprensa Oficial – Governo do Estado do Amazonas”, que contém arquivados os Diários Oficiais do Estado, a partir do ano de 1955, com os mesmos descritores. De modo presencial, realizamos pesquisas no Instituto Durango Duarte, a partir da leitura e escaneamento dos Diários Oficiais, contidos na organização. Além da Biblioteca Pública do Amazonas, bem como nos acervos existentes no Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA), entre eles o Memorial e Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, Biblioteca Arthur Reis e no Centro de Documentação e Memória da Amazônia.

Para realizar uma aproximação ao objeto em questão, optamos por trabalhar na revisão de literatura as categorias: questão social na Amazônia, assistência social e o pensamento social da Amazônia. Diante disso, esta dissertação está estruturada da seguinte maneira:

O Capítulo I – O Solo Histórico da Questão Social no Amazonas: Desenvolvimento Capitalista e Desigualdades Sociais – faz uma discussão sobre o capitalismo dependente na Amazônia, realizando aproximações ao pensamento social da Amazônia. O sistema capitalista na Amazônia esteve presente na região desde seu período de colonização. Sua formação socioeconômica foi estruturada por essa dinâmica e está condicionada a suas imposições. Desse modo, ao invés da valorização de sua sociobiodiversidade, foram adotados processos de espoliações, de superexploração da região, mantendo-a em uma condição estratégica de dependência. O discurso da Amazônia como um espaço vazio a ser ocupado atravessou a região em várias fases, desde seu período de colonização até o da ditadura civil-militar (1964). Em seguida, delimitamos a análise para o Estado do Amazonas, discutindo o desenvolvimento capitalista e o despontar das desigualdades sociais. Trazemos ainda uma investigação das obras de André Araújo, especificamente de sua leitura sobre as expressões da questão social.

O Capítulo II – Sementes da Assistência Social no Amazonas: André Vidal de Araújo e a Aragem do Solo – explora a ação pioneira do Juiz André Vidal de Araújo na promoção da assistência social no Amazonas. Seu trabalho é um marco inicial na organização de estruturas estatais e institucionais voltadas para enfrentar as desigualdades sociais na região. Logo, discutimos os caminhos de André Araújo, pensando no autor como um semeador que tinha fortes e intrínsecas relações com o juizado de menores, com o Círculo Operário, com a Igreja Católica, com pessoas ligadas ao movimento de higiene mental. Propomo-nos a situar quem foi esse sujeito histórico e quais foram as articulações sociais e políticas que ele estabeleceu e que foram importantes para pensar a assistência social no Estado do Amazonas. Realizamos ainda reflexões sobre a fundação da Escola de Serviço Social de Manaus, pois André Araújo entendia que para fazer a assistência funcionar no Estado era preciso qualificar profissionais e a Escola

de Serviço Social seria esse espaço de qualificação. Por fim, trazemos um detalhamento do projeto de Organização da Assistência, e suas ramificações para diferentes segmentos sociais: crianças, mulheres, idosos, educação, saúde etc.

No Capítulo 3 – O Florescimento das Instituições de Assistência Social no Amazonas – são apresentados o desenvolvimento e a consolidação das instituições de assistência social no Amazonas, demonstrando como as sementes plantadas por André Vidal de Araújo deram origem a uma rede mais ampla de iniciativas e organizações destinadas a lidar com as necessidades sociais da população local. Nosso objetivo não consistiu em apenas detalhar o que já estava no projeto, mas investigar a implantação das primeiras instituições de assistência social contidas no plano proposto pelo autor. Dessa forma, evidenciamos o protagonismo de André Araújo nas obras sociais, pois muitas das instituições previstas no plano de organização da assistência foram fundadas e dirigidas por ele. Posteriormente, abordamos como o estado assumiu a responsabilidade perante a materialização dessas instituições de assistência social e, conseqüentemente, do plano legitimado. Por fim, dedicamo-nos a explicitar o legado de André Araújo para a Assistência Social e para o Serviço Social no Amazonas.

No que concerne aos resultados do estudo, esperamos que os dados teóricos e empíricos dessa pesquisa colaborem na compreensão do processo de gênese e desenvolvimento da assistência social no Estado do Amazonas.

Importante salientar que embora este trabalho historiográfico tenha sido desafiador, ele foi ao mesmo tempo apaixonante, envolvente, instigante, pois nos inseriu na posição de desbravadores que buscam os nexos entre os fatos, entre os documentos, no esforço de preencher lacunas, sendo sobretudo um trabalho que tem a pretensão de trazer contribuições para o acervo do serviço social no estado do Amazonas e no cenário nacional, considerando que situa a emergência do próprio serviço social no Amazonas.

Reiteramos que, certamente, é uma contribuição que serve ao PPGSS/UFAM, mas ao serviço social no Amazonas, com a intenção de suscitar o desejo de que outros desbravadores busquem enveredar por esses caminhos instigantes. Soma-se ainda a outros pesquisadores que labutam nessa linha de pesquisa, garimpando informações, fazendo emergir conhecimentos que estão submersos. Como pontua Yazbek (2024)¹, sem memória, sem história, não entendemos o presente.

¹ Manifestação oral durante exame de qualificação de Silvana Aurila da Silva Vasconcelos, ocorrido em 01 de junho de 2023.

CAPÍTULO I

O SOLO HISTÓRICO DA QUESTÃO SOCIAL NO AMAZONAS: desenvolvimento capitalista e desigualdades sociais

1.1 Capitalismo dependente na Amazônia: breves aproximações ao pensamento social da Amazônia

Compreender a morfologia do solo histórico amazônico que estava em formação no alvorecer do século XX, ou seja, investigar a conjuntura e os influxos do capitalismo dependente na região são essenciais para avistar o despontar das desigualdades sociais na Amazônia e as estratégias traçadas naquele período para enfrentá-las. As reflexões e ações de André Vidal de Araújo foram, indubitavelmente, o lançar das primeiras sementes para a organização de uma estrutura estatal para a assistência social no Amazonas.

Advertimos que o termo solo é empregado metaforicamente nessa dissertação para indicar a sociedade amazonense, entendendo André Vidal de Araújo como semeador, um jardineiro a cultivar o solo e lançar as primeiras sementes para a construção de políticas públicas² voltadas ao campo social para o Amazonas. Uma de nossas pretensões nesta dissertação consiste em demonstrar como essas sementes floresceram e que hodiernamente ainda geram frutos.

Para iluminar essa caminhada, escolhemos a perspectiva histórico-crítica marxiana, num esforço de buscar estabelecer as conexões entre passado, presente e futuro, de modo a, “[...] partindo da aparência, [...] alcançar a essência do objeto” (Netto, 2011b, p. 22). Este capítulo faz aproximações ao desenvolvimento capitalista na Amazônia e aos fatores determinantes à produção e reprodução da questão social³ na Amazônia, compreendendo-a como produto direto do movimento de espraiamento das raízes capitalistas na região.

² Por política pública entendemos, de acordo com Pereira (2008), que há várias interpretações do que seria a política instituída como política pública, destacam-se duas: a primeira é que o Estado é o produtor exclusivo de política pública, a ponto de conceber o termo público como estatal; a segunda é a que privilegia a relação dialética entre o Estado e a sociedade. Neste sentido, referem-se a medidas e formas de ação formuladas e executadas para as demandas e necessidades do coletivo. A política pública envolve fatores governamentais e não governamentais. É necessário salientar que as políticas públicas mudam e variam no tempo e no espaço.

³ Dialogamos com a concepção de Yamamoto (2001), que evidencia a questão social como integrante, singular das relações capitalistas. Para ela, em meio ao processo de acumulação capitalista, capital e trabalho estabelecem uma relação desigual, na qual se dá a exploração da classe trabalhadora e o espraiamento das desigualdades que se manifestam de diferentes formas na sociedade: fome, desemprego, falta de acesso à saúde, à educação, à moradia, condições insalubres de trabalho etc. Ao reconhecerem a dinâmica de superexploração à qual estavam submetidos, os trabalhadores adentraram ao quadro político e intensificaram as lutas em prol da consolidação de direitos sociais e políticos. Esse processo de conquista de direitos obrigou o Estado ao reconhecimento desses sujeitos como classe, exigindo intermediações, concretizadas através de políticas sociais.

Cabe destacar que a região Amazônica não abrange apenas regiões brasileiras, mas também os países da América do Sul (Bolívia, Colômbia, Equador, República da Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela). O “[...] que nomeamos a Amazônia não é exclusivamente brasileira, é latino-americano. Nos países latino-americanos, o Brasil é o que possui a maior extensão continental, com aproximadamente 45% da área global” (Nascimento, 2009, p. 205). Por isso, salientamos que esta pesquisa científica fará construtos com referência à Amazônia brasileira ou Amazônia Legal.

O espaço amazônico, desde que passou a figurar na rota das expedições marítimos-comerciais das nações europeias, sempre esteve envolto em lendas e crenças, estas interpretações solidificaram investigações e conceitos sobre a região a partir do prisma colonizador. Conforme perspicazmente pontua Gondim (2007), a Amazônia não foi nem descoberta nem construída, ela foi inventada, a partir do relato de viajantes, comerciantes e religiosos. Ela é descrita por um olhar e imaginário europeu, determinando como o “Novo Mundo” seria reconhecido, compreendido e quais operações receberia, o que impactou fortemente na formação da sociedade amazônica, com respingos contemporâneos.

A presença capitalista na Amazônia não é algo hodierno, pois, como se sabe, o processo colonizador na região decorre do século XVI, com a chegada de nações europeias, como Espanha e Portugal. O contato com esta terra, com este “Novo Mundo”, já se encontrava permeado de uma concepção de dominação e exploração. Uma nova gleba foi “descoberta” e precisava ser dominada, subjugada, riquezas foram usurpadas, povos nativos aniquilados, não apenas seus corpos, mas, também, sua cultura e conhecimentos. Em síntese, a motivação para esses atos, era a busca por lucros e domínio econômico.

De acordo com Marx (2005, p. 41), a dita descoberta da América, as navegações pela África, abriram um novo caminho de ação à burguesia, produzindo fortes interesses econômicos. Sendo assim, “Os mercados das Índias orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral, deram ao comércio, à indústria, à navegação um impulso desconhecido até então”.

Nesse processo, ao invés de valorização de sua sociobiodiversidade⁴ pautado na lógica da sustentabilidade⁵, foi adotada a perspectiva de sujeição e superexploração da Amazônia aos ditames do capital internacional e nacional, mantendo-a em uma condição estratégica de dependência econômica, social e política. Autores, como Sachs (2002), defendem que a efetivação da

⁴ Termo utilizado pelos movimentos sociais para manifestar a diversidade de todas as formas de vida (humana, animal e vegetal) (Chaves, *et al.*, 2021).

⁵ O conceito de sustentabilidade possui várias perspectivas. Destacamos as contribuições de Ignacy Sachs, para ele este conceito não é fixo, mas dinâmico, leva em consideração as necessidades das populações de acordo com suas variáveis, possui cinco importantes dimensões: sustentabilidade social; sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade geográfica, sustentabilidade cultural (Chaves, 2006).

sustentabilidade está intrinsicamente relacionada ao respeito aos limites, possibilidades e diversidades da natureza, com a utilização racional de seus recursos naturais e potencialidades.

Sabemos que o processo de emergência e consolidação do sistema capitalista na América Latina possui ordenação singular dos países centrais. Dessa forma, a concepção de “capitalismo dependente” é imprescindível para compreendermos a posição que o Brasil e, por conseguinte, a Amazônia ocupa no cenário mundial. Para Fernandes (1975), essa configuração denominada de capitalismo dependente pressupõe a acumulação institucionalizada do capital, beneficiando as estruturas de poder internas que se coadunam com as nações capitalistas hegemônicas. Seu conceito difere das concepções factuais, como as de “subdesenvolvimento”, caracterizado como atraso ou de sua superação mediante crescimento econômico. É um conceito que retrata o capitalismo em uma fase determinada de seu desenvolvimento, no período monopolista, logo, possui caráter estrutural e histórico (Limoeiro-Cardoso, 1995).

De acordo com Fernandes (1975, p. 55),

Essa é a ética e a racionalidade do capitalismo dependente. Ele contém todos os elementos do capitalismo não só em termos dos caracteres centrais do “modelo clássico”, mas das condições estruturais, institucionais e funcionais de sua forma atuante no vir a ser histórico – porém os projeta em um contexto psicológico, sócio-econômico [*sic*] e político próprio [...].

Fundamentando essas colocações, trazemos as reflexões de Ianni (1974, p. 175), o qual utiliza o termo dependência estrutural. Para o autor, existe uma correlação entre capitalismo dependente e imperialismo, “[...] um é desenvolvimento do outro, ao mesmo tempo que um e outro se constituem reciprocamente, como expressões necessárias da reprodução ampliada do capital, em escala mundial”.

Desse modo, segundo o autor, as relações de dependência estão presentes em toda a história de formação da América Latina, com rebatimentos nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas; elas estabelecem marcas na estrutura e funcionamento da sociedade, determinando suas concepções e modos de ser.

Concomitantemente, para Marini (1990), as junções que se efetuam nos países de capitalismo dependente possuem uma especificidade que se configura pela relação de superexploração do trabalho. No Brasil, o desenvolvimento capitalista dependente se caracteriza pelas altas taxas de mais-valia, aprofundando a condição de exploração do trabalhador. “A aceleração da acumulação de capital que daí se deriva implicou a crescente concentração de riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção e a pauperização absoluta das grandes massas” (Marini, 1990, p. 164).

Por conseguinte, o autor sinaliza que o processo de industrialização no Brasil não alterou o alicerce do capitalismo dependente. Apesar do crescimento da produção direcionado ao mercado interno, houve conseqüentemente a intensificação da exploração do trabalhador no processo

produtivo, que não conseguiu se inserir como sujeito de consumo desses bens e serviços, gerados por suas próprias mãos. Ocorrem estímulos estatais para beneficiar a burguesia nacional, aprofundando a relação capitalista desigual.

Na perspectiva de Fernandes (1975), a dependência não se concentra apenas na dominação externa, visto que os grupos burgueses locais possuem papel preponderante na articulação desse sistema, formando uma relação de parceria. Ocorre uma dinâmica peculiar, “‘de fora para dentro’ (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e ‘de dentro para fora’ (da periferia para os centros hegemônicos)” (Limoeiro-Cardoso, 1995, p. 2-3). Com isso, firmam-se relações de dominação externa e interna permanentes, gerando sobreapropriação e sobreexpropriação⁶ capitalistas a fim de atender a classe burguesa.

A Amazônia por muito tempo foi compreendida através de um prisma eurocêntrico, marcado pelo contexto de dependência, no qual o processo de ocupação e exploração da região desde o seu período de colonização até a Proclamação da República – que ocorreu no ano de 1889 – se situa em um sistema econômico de atividades extrativistas de produtos primários, que se destinavam ao comércio e à indústria. Contudo, os lucros gerados por essa economia não retornavam para região, ou melhor, para as necessidades de sua população local.

Embora rica e diversa, em diferentes contextos, sobretudo no período de ditadura civil-militar a partir de 1964, a Amazônia era vista como espaço desabitado a ser ocupado, dado seu “vazio demográfico” e “vazio econômico” nos termos de Ianni (1979), o que motivou inúmeras intervenções estatais, com vistas à integração econômica da região com os grandes centros do país, além de projetos de povoamento, ignorando as singularidades da região, no objetivo deliberado de abrir fronteiras e ocupar a Amazônia.

Vale destacar que esta concepção equivocada atravessa a região desde seus primórdios. Quando os colonizadores adentraram a região, ela não foi “descoberta”, não era um espaço inabitado, ao contrário, possuía um conjunto de sociedades hierarquizadas e populosas, com um sistema de produção e cultivo agrícola próprios, além da fabricação de ferramentas e cerâmicas. Detentora de uma cultura e de conhecimentos milenares. Todavia, “[o] que havia sido construído em pouco menos de 10 mil anos foi aniquilado em menos de 100, soterrado em pouco mais de 250 anos e negado em quase meio milênio de terror e morte”. (Souza, 2009, p. 47).

Esse discurso dos espaços vazios da Amazônia que deveriam ser ocupados pelo

⁶ Estes conceitos são utilizados por Florestan Fernandes (2008), para evidenciar a dinâmica do capitalismo dependente com um componente adicional: a institucionalização da acumulação capitalista para promover a expansão das economias hegemônicas externas e internas. Nos países de capitalismo dependente, verificam-se processos de intensificação de extração das riquezas e, ao mesmo tempo, de aprofundamento da exploração dos trabalhadores, ou seja, processos de sobreapropriação e sobreexpropriação (Fernandes, 2008).

desenvolvimento econômico justificou estratégias de exploração dos recursos naturais da região, bem como da sua população local, dos migrantes e imigrantes que para a Amazônia se deslocavam, em conformidade com os interesses de expansão capitalista tanto em nível global quanto nacional. A Amazônia historicamente foi idealizada a partir de dois prismas distintos: para alguns, um inferno verde; para outros, um paraíso perdido, (Cunha, 2009) uma região selvagem com populações primitivas que precisava ser desbravada e colonizada. Contudo, também foi compreendida como um espaço de riquezas, sendo fundamental integrá-la ao desenvolvimento nacional, a partir de ações estatais e privadas.

O processo de expansão e espoliação capitalista na Amazônia se apropriou do discurso da região como fonte inesgotável de matérias primas, tornando-se “palco de complexos fenômenos determinados pela busca incessante de matérias-primas e/ou recursos locais, imprescindíveis ao processo produtivo comandado pelo capital em diferentes frações” (Nascimento, 2021, p. 382).

Historicamente, o processo de exploração e exportação das matérias-primas provenientes da Amazônia alimentou o mercado estrangeiro, desde o período denominado de “acumulação primitiva”, no qual as nações imperialistas controlavam os meios de produção e efetuavam uma colonização de exploração. Com isso, houve enriquecimento das metrópoles e acumulação de capital. Essa lógica de exploração perpassou também a fase do “imperialismo”, ou seja, do capitalismo dos monopólios. Cabe reiterar que, nesta fase, ocorreu o deslocamento de unidades de produção para os países periféricos, contudo, a essência de exploração se manteve, ou seja, a exploração cada vez maior de matérias-primas para exportação de capital.

Pressupondo o “equilíbrio” – que no capitalismo não se realiza e não pode existir – das relações entre os países, o comércio exterior esconde a relação colonial oriunda dos primórdios do modo de produção capitalista. Assim pode-se dizer que as empresas multinacionais surgem no contexto de uma busca por maiores possibilidades de acumulação, face às restrições estruturais do capitalismo e que elas logram obter, também, além de matérias-primas em condições excepcionalmente vantajosas, novas fontes de lucro extra (Nascimento, 2021, p. 384).

Muitos autores assinalam que a Amazônia atravessou três importantes ciclos econômicos associados ao desenvolvimento econômico capitalista na região. O primeiro ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, conhecido como “drogas do sertão” com a extração dos produtos nativos que não existiam na Europa e que, por isso, representavam um valor significativo para comercialização (Scherer, 2016). O segundo refere-se aos séculos XVIII e XIX, o ciclo agrícola, que corresponde à exportação de outros produtos como café, cacau e demais produtos naturais. O terceiro ciclo, entre o século XIX e início do século XX, denominado de “período da borracha”, responsável por alimentar o advento da indústria automobilística, fator primordial na Revolução industrial nos países

dominantes.

Cabe evidenciar que os períodos de desenvolvimento econômico supracitados não respeitaram as populações originárias e tradicionais, tão pouco os migrantes e imigrantes que se deslocaram para a região, estes experimentaram relações precarizadas de vida e trabalho. Logo, é nessa direção que temos a intenção de situar a Amazônia e a emergência de expressões da questão social que assumem características distintas na região, por possuir em seu interior múltiplas dimensões que a envolvem. Teixeira (2009, p. 32) afirma que a Amazônia tem uma vocação para a abundância, no entanto, a escassez foi introduzida pelo sistema capitalista.

Com base nessa afirmação, fica evidente que se os “povos da floresta”, povos tradicionais, formados por seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, extratores, pescadores, caboclos, indígenas, quilombolas fossem respeitados em sua pluralidade sociocultural e pudessem dar continuidade à sua livre apropriação dos recursos naturais, como viviam anteriormente à lógica de exploração imposta à região, não estariam em condições de pobreza e miséria que, com o decorrer do tempo, se intensifica e se apresenta de inúmeras formas. A expropriação de suas terras e a dissolução do modo de vida extraiu todo alicerce que assentava a segurança das famílias e os colocou em grupos categorizados como desvalidos que, obrigatoriamente, passam a migrar para as cidades, carregando consigo marcas de uma exploração material e subjetiva (Teixeira, 2008).

No transcorrer do século XX, a ocupação da região amazônica ganha novos esboços, recebendo fortes intervenções do Estado nacional, visando ampliar os modos de exploração econômica, através de projetos e incentivos fiscais, dentre eles o fomento à migração na região, além da criação de instituições, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o Banco da Amazônia, que objetivavam redirecionar “[...] o papel da Amazônia na divisão nacional e internacional do capital e do trabalho como fornecedora de matéria-prima e espaço de reprodução da força de trabalho” (Nascimento, 2009, p. 44).

Gomes (2012) reitera que a ideia de desenvolvimento na região amazônica se encontra ligada diretamente à lógica de dependência, que a coloca como fonte de matéria-prima tanto para economia externa como interna, desencadeando “métodos predatórios de ocupação e exploração destrutiva não somente de seus recursos naturais, mas sobretudo de sua diversidade sociocultural” (p. 145).

Entre os pensadores amazônicos que problematizam sobre os mecanismos do capital na região, destacamos a reflexão de Silva (2000). Para a autora, a Amazônia, desde seus primórdios de colonização, esteve articulada com as forças de integração internacionais, antes mesmo do Brasil se constituir como unidade política, a “questão amazônica” já estava fundamentada.

Os processos de globalização originários retiraram-lhe a inocência e lançaram-lhe no jogo das forças internacionais do mercantilismo, do absolutismo monárquico, do absolutismo ilustrado, da acumulação originária, da Razão, que se resumiam nas oposições terra “versus” ouro, reforma e revolução, monarquia e república, escravidão e racismo, exclusivismo metropolitano e mercado livre (Silva, 2000, p. 89).

Conforme a autora, as marcas da globalização na Amazônia transitaram por processos econômicos de elevadas taxas de riquezas e misérias decorrentes dos seus diversos ciclos, tais como, drogas do sertão, borracha, pecuária, colonização agrícola, entre outros, articulados com as fases do mercantilismo e da revolução industrial na região, da sua subordinação ao imperialismo capitalista e sua transnacionalização ao mercado mundial.

Loureiro (2009) evidencia que os projetos de colonização e desenvolvimento implementados na Amazônia durante o século XX visavam conduzir a região a um processo de integração territorial a partir de esforços conjuntos entre o setor governamental e o setor empresarial. Estes tinham interesse em ocupar e, principalmente, explorar o grande vazio demográfico repleto de potenciais naturais que representava essa região. Contudo as teorias de desenvolvimento implementadas para a Amazônia, são inconciliáveis com a realidade local, os elementos referentes à formação histórico-cultural da região não podem ser descartados.

Nesse sentido, outro ponto destacado pela autora refere-se à perseguição do direito à cultura e à identidade indígena, constituindo-se uma herança histórica europeia. Os povos originários eram vistos como inferiores, selvagens, uma ameaça à segurança nacional. Na história brasileira, havia a preocupação com a construção de uma identidade nacional, que era incompatível com a existência de vários povos oriundos de etnias diferenciadas. Para Loureiro (2009), a preservação do território e cultura indígena é fundamental, pois eles são os guardiões de uma das maiores biodiversidades do planeta terra, além de possuírem um conhecimento secular sobre as riquezas naturais da região, devido sua estreita vivência com a natureza.

Ao falar da riqueza que representa este conhecimento, a autora assinala que há duas formas de interesses pelos saberes das populações tradicionais. A primeira é aquela que se preocupa com a defesa da identidade, cultura, terra e formas de organização, defendendo a continuidade desses saberes. Porém, há também a outra linha, que possui interesse nos saberes das populações tradicionais com vistas a adquirir lucros econômicos para o mercado, sob a justificativa de que esses conhecimentos irão se perder com o tempo e a única forma de preservá-los é se apoderando deles para torná-los conhecidos e produtivos. O real interesse por esses conhecimentos tradicionais consiste em convertê-los em capital, para o mercado internacional de patentes milionárias.

As reflexões de Nascimento (2016) referentes às relações capitalistas na Amazônia salientam que a região foi, desde cedo, marcada por ações encadeadas por espoliações e brutalidade. Nos séculos

XVII e XVIII, a economia se concentrou no extrativismo, dando continuidade à exploração dos povos nativos, característico da colonização portuguesa. Posteriormente, ocorre a fase das expedições científicas voltadas para detectar riquezas naturais que viessem a favorecer as grandes nações. Entretanto, é a partir da economia do extrativismo gomífero que a Amazônia se consolida no mercado mundial, a borracha “chegou a representar 40% das exportações brasileiras” (Nascimento, 2016, p. 126).

No entanto, com a usurpação das sementes da seringueira para serem plantadas nas colônias inglesas e com o êxito do cultivo, a economia amazônica enfrentou um período de intensa estagnação econômica, de 1910 a 1940. Na década de 1940, as ações estatais realizadas pelo governo de Getúlio Vargas situam a região em uma nova etapa de desenvolvimento, firmando acordos com o Estados Unidos, a produção da borracha ganhou força novamente, contudo diferente do primeiro ciclo, nesta etapa era o Estado que persuadia os trabalhadores, na grande maioria nordestinos, carregando promessas de uma nova vida.

Outra fase evidenciada por Nascimento (2016), ao que tange o desenvolvimento da Amazônia, ocorreu no período ditatorial militar brasileiro, a partir da intervenção estatal e da criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que objetivavam definir estratégias para superação de desequilíbrios regionais. Essa política desenvolvimentista desenvolvida na região “priorizou a exploração de recursos naturais com a implantação, na década de 1970, de grandes empreendimentos econômicos – e que permanece até hoje” (p. 131).

É importante enfatizar que muitos pensadores amazônicos teorizaram sobre a região a partir de um prisma diferente do proposto neste projeto de pesquisa, ou seja, o da abordagem marxista, contudo suas pontuações são de grande valor para compreendermos a Amazônia. Parafraseando Batista (2019, p.11), “Falar da Amazônia, em qualquer dos aspectos – fisiográfico, social, intelectual – é aventurar-se como alguém a enfrentar, senão o infinito, pelo menos o indefinido”.

Um dos principais expoentes contemporâneos do pensamento social da Amazônia refere-se ao professor Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto, autor de obras consagradas como: *A Sociologia de Florestan Fernandes* (2008); *Viagem das Ideias* (2012); *Amazônia – Apontamentos de História Oral* (2020). Pinto (2015) assinala que o pensamento social da Amazônia é um conceito que está em processo de formação, ainda não está consolidado. Embora utilizado por intelectuais da área, carece de ampliação de seu debate.

Nesse sentido, o autor evidencia que “o pensamento social é uma construção histórica e coletiva” (Pinto, 2015, p. 14), logo os escritores, intelectuais são apenas “portadores” desses conhecimentos; a eles cabe a missão de investigar, sistematizar as ideias fundadoras de um determinado povo. Contudo, muitas “histórias” e suas particularidades não são reconhecidas ou

consideradas de importância intelectual, como as manifestações de resistência de grupos indígenas contra a dominação colonial, pós-colonial e contemporânea. Essas “histórias” são silenciadas ou contadas através da fala dos dominadores.

A Amazônia sempre se constituiu como temática de estudo de muitos intelectuais, desde seu processo cultural, suas lendas, sua flora e fauna, seu povo. Podemos compreendê-la sob diversas perspectivas: históricas, sociológicas, antropológicas, econômicas, culturais, literárias e ambientais.

Notórios intelectuais se debruçaram a interpretar a Amazônia. Destacamos obras clássicas como: “O complexo da Amazônia” (2007) de Djalma Batista; “Amazônia, Formação Social e Cultural” (1999), de Samuel Benchimol; “A invenção da Amazônia” (2007), de Neide Gondim; “Amazônia: estado, homem, natureza” (2014), de Violeta Refkalefsky Loureiro, entre outros autores. Evidenciamos ainda os seguintes escritos: Estudos de Sociologia (1947), Sociologia de Manaus – aspectos de sua aculturação (1974) e Introdução à Sociologia da Amazônia (2003), obras de André Vidal de Araújo: nas quais o autor problematiza o contexto amazônico, identifica problemáticas sociais e sugere propostas.

Estes autores se propuseram, conforme sua conjuntura histórica, a interpretar as singularidades de uma região permeada por pontos que não se limitavam à esfera econômica, pois atravessam questões etnográficas, ambientais e sociais. Cabe ressaltar que tais interpretações não são homogêneas, existe um grande prisma de concepções, cada autor expressa uma forma de pensar a região e suas particularidades. A Amazônia possui como característica a vivência de diferentes fases de desenvolvimento do seu espaço ambiental, econômico e social, além de suas relações de produção.

De acordo com Batista (2007), o subdesenvolvimento amazônico acompanha a região, apesar dos tempos gloriosos decorrentes da exportação da borracha. Período caracterizado por um enriquecimento seletivo, os lucros se concentravam apenas em uma classe, que esbanjava sem pudor. Para o autor, a Amazônia não participou do processo desenvolvimentista fomentado pela Revolução de 1930, nesse período a região se esforçava em sobreviver mediante as sequelas deixadas pela decadência da atividade econômica da borracha.

Nesse sentido, a Amazônia, segundo Batista (2007), continuava inserida na fase econômica pré-capitalista, pois as mercadorias compradas eram pagas mediante transação de escambo, a troca por produtos colhidos da natureza. Vale ressaltar que, no período que o autor tece seus argumentos, a Zona Franca de Manaus ainda se encontrava como um projeto a ser realizado. Exemplificando essa relação de escambo, o autor destaca a figura do regatão,

Considero porém o regatão uma figura de grande destaque, dentro dos condicionamentos da Amazônia. Tem de possuir, sobre o ribeirinho, uma superioridade física e um poder de malícia indispensáveis para se impor e garantir os lucros. Culturalmente, porém, sempre

representou um agente de ligação entre as capitais e os lugares mais distantes. [...] Porque na verdade o regatão faz parte da engrenagem que mantém a situação de pobreza do homem do interior (Batista, 2007, p. 120-121).

Outro intelectual que refletiu sobre a Amazônia foi o historiador amazônico Arthur César Ferreira Reis. Em sua obra, “A Amazônia e a cobiça internacional” (2021), o autor salienta o mercantilismo que ronda a região, conclamando aos poderes públicos ações efetivas para protegê-la. Ressalta ainda que essa ambição pela Amazônia remonta ao início do seu processo de colonização, com as disputas pautadas pelo interesse de dominação da região. Contudo, “não havia o propósito de fazer funcionar um sistema de colonização visando demográfica e politicamente o futuro” (p. 249).

O povoamento na Amazônia, se estabeleceu com o processo de migração nacional, tendo uma contribuição mínima dos imigrantes estrangeiros, o contingente expressivo para a região foi o nordestino, resultando em uma necessária mão de obra, onde a única preocupação era a produção para suprir as necessidades econômicas estrangeiras.

Na década de 1940, Arthur Reis lançou a obra “A política de Portugal no Vale Amazônico”, entrelaçando sua narrativa com as propostas políticas e econômicas de Getúlio Vargas, para integrar a região com o restante do país. Nesta obra, o autor realizou um resgate histórico das estratégias e intervenções utilizadas por Portugal no período colonial da Amazônia, asseverando que a cobiça do país lusitano pela região permeou todas as façanhas realizadas naquele período. A colonização portuguesa deveria servir de modelo para o estabelecimento de propostas visando o desenvolvimento econômico da região. Desse modo, assinala um paralelo desse período pretérito com as ações pretendidas por Vargas, denominando de “segunda conquista” da Amazônia.

Samuel Benchimol teorizou sobre a necessidade de inserir a Amazônia nos projetos de desenvolvimento nacional, no decurso da década de 1940. O autor fazia parte de um grupo de pensadores amazônicos que, preocupados com o contexto de estagnação econômica proveniente do fim período áureo da borracha, passaram a refletir sobre novos delineamentos para desenvolver a região. Para o autor, caberia ao poder público, a responsabilidade de valorização da região, visando retirá-la do quadro de estagnação, integrando-a ao crescimento e expansão econômica do país.

Cabe, assim, ao poder público, se quisermos atingir o desenvolvimento em curto prazo, conservando a Amazônia com características brasileiras, a tarefa urgente de criar condições e estímulos que possibilitem a formação de uma economia próspera. Tal presença deverá se fazer sentir, visando a estimular e ampliar a iniciativa privada, sempre atuante onde esta se omite, suplementando-a e corrigindo-a em favor do desenvolvimento harmônico e equilibrado. Justifica-se em toda a linha a política de criação de sociedades de economia mista, através das quais o poder público se associa com o capital privado (Benchimol, 1977, p. 467).

Por conseguinte, o autor assinala: “Economicamente a Amazônia é viável” (Benchimol, 1989,

p. 36), contudo, apesar de seus esforços para alavancar sua produção econômica através das agências criadas pelo governo, como a SUDAM e SUFRAMA, a região ainda não havia recebido seu devido reconhecimento no cenário nacional.

Ressaltamos o conceito cunhado pelo autor, da Oikopolítica para a Amazônia, ou seja, uma ciência política interdisciplinar que concilie os fatores econômicos, sociais, ambientais e políticos – “cujos parâmetros e pesquisas devem ser observados em busca de uma nova ordem em favor do bem-estar dos amazônidas, brasileiros e, por via de consequência, da humanidade em geral” (Benchimol, 1989, p. 22). Tal conceito se coaduna com os quatro paradigmas elencados pelo autor para o desenvolvimento e valorização da Amazônia, que são: economicamente viável; ecologicamente adequado; politicamente equilibrado; socialmente justo.

Outro intérprete da Amazônia que precisa ser enfatizado é André Vidal de Araújo, que para esta pesquisa possui centralidade. Neste momento iremos nos deter em sua obra “Introdução à Sociologia da Amazônia”, publicada em 1956, no qual o intelectual lança um olhar investigativo e reflexivo sobre a região, buscando compreendê-la sociologicamente. Neste livro o autor se propôs a fazer um compilado de informações para a construção de uma Sociologia da Amazônia. Entre os temas abordados, destacamos, suas reflexões sobre o homem amazônico, formação social, cultura, educação, aspectos sociais da circulação na Amazônia, ciclo econômico da borracha, entre outros.

O autor partilhava da ideologia dos vazios da Amazônia, defendia que era necessária uma política eficaz de imigração, a região precisava ser vista a partir de seu caráter geopolítico, pois a “Amazônia é um espaço físico, um espaço político e um espaço econômico” (Araújo, 2003, p. 102). Desse modo, povoá-la tornava-se condição *sine qua non*, para que houvesse então um equilíbrio entre esses três espaços. Contudo esse povoamento não deveria ser feito sem uma prévia análise, desse modo, inquéritos deveriam ser formulados enfocando diversos aspectos: econômico, antropológico, etnográfico, educacional, social. Esses inquéritos demandavam ser realizados por órgãos específicos, que como o Conselho Nacional de Imigração, o Instituto Agrônomo do Norte, entre outros.

Para cobrir esse deserto geoeconômico, o Conselho Nacional de Imigração deve cuidar seriamente disso. Estudar a região, realizar inquérito através de técnicos já existentes na Amazônia, ou órgãos, organizações, sociedades culturais e compará-los depois, estudá-los detalhadamente. Só assim é que se poderá organizar, tecnicamente, a imigração para a Amazônia (Araújo, 2003, p. 103).

Para Araújo, a elaboração de uma política demográfica precisava, obrigatoriamente, levar em consideração aspectos humanos e sociais e não somente políticos ou econômicos, pois estava interligada a saúde, a educação, assistência. Deveria ser pensada uma imigração com fundamento científico, promovendo o amparo à infância, melhores salários, alimentação e a defesa da vida.

De acordo com Araújo (2003), para a criação de um plano econômico para a região era essencial um coerente e fundamentado planejamento, com a participação de diversos profissionais, economistas, sociólogos e pedagogos, agrônomos, zootecnistas, entre outros. Esta proposta não se limitaria apenas à esfera econômica; o autor enfatiza que ela está correlata a um plano social e, devido à morfologia da Amazônia, precisava ser iniciado nos municípios ou zonas distritais. A criação de uma zona distrital econômica abrangeria os âmbitos: social, educacional, agrário, aspectos culturais, ambientais, serviços médicos e de assistência. Esses serviços ficariam sob proteção do Estado, mas precisaria ainda de investimentos do governo federal, fomentando o desenvolvimento desses distritos, da Amazônia e do país. Para exemplificar suas propostas, o autor evidencia,

Coari, por exemplo, tem 27 distritos. Aí seriam criados 27 escolas distritais, com 27 zonas agrárias, com 27 postos rurais de onde sairiam as sementes para os agricultores, os recursos para a agricultura, ficando na sede do município as maiores máquinas agrícolas, que facilitariam a lavoura mecanizada, onde pudesse esse sistema ser aplicado, sob a orientação de um agrônomo ou agrotécnico formados. Nas sedes dos municípios: médico, parteira, ambulâncias estariam sempre prontos para amparar o homem (Araújo, 2003, p. 278).

Mediante estas breves pontuações sobre a inserção do processo capitalista na Amazônia, na configuração de capitalismo dependente e como esta dinâmica foi compreendida por intelectuais amazônicos do presente e do pretérito, fica evidente que a questão social no contexto amazônico está concatenada a um conjunto de dimensões sociais, políticas, educacionais e culturais, que foram e são fortemente impactadas pelas relações de dominação estruturadas na região. Consequência de um sistema econômico fundamentado na exploração dos recursos naturais e da vida humana da população local, na busca por riquezas. Conforme Scherer (2009), a região amazônica não possui caráter unilateral, é multifacetada, logo se faz fundamental a compreensão de suas singularidades regionais.

Dessa forma, a questão social na Amazônia carrega em seu bojo um conjunto de elementos que foram inseridos na região, promovendo a produção em massa de desigualdades geradas pelo sistema capitalista, a partir da exploração dos trabalhadores, tanto dos povos tradicionais que tiveram que migrar para as cidades em busca de condições mínimas para sua sobrevivência, como daqueles oriundos de outras cidades do Brasil, que vieram para essas terras com a promessa de emprego e melhores oportunidades, contudo ambos foram consumidos por relações de vida e trabalho precárias. É nesse solo, marcado por controvérsias, lutas, pobreza humana x riquezas naturais, que o processo de organização da assistência social no Estado do Amazonas dedicou-se a responder às desigualdades existentes no início do século XX, apontamentos que serão abordados no item a seguir.

1.2 Desenvolvimento capitalista no Amazonas e o despontar das desigualdades sociais

Caracterizar o contexto histórico que permeou o Estado do Amazonas, no início do século XX, bem como os impactos dos influxos capitalistas, nos permite entender os liames daquela conjuntura e as expressões da questão social que nela despontaram. Para a investigação dessa época se faz necessário situar a conjuntura do Amazonas nas primeiras décadas do século XX e caracterizar os momentos de prosperidade e especialmente de declínio advindos do período econômico da borracha no Amazonas. Conforme Harvey (2009), a acumulação do sistema capitalista está marcada por uma questão geográfica. Uma das várias estratégias do capital para sua continuidade refere-se à expansão geoeconômica e a reorganização espacial para sua aglutinação.

Importante assinalar que a Amazônia possui particularidades no que tange às expressões da questão social oriundas de seu espaço geográfico e conseqüentemente das suas formas de enfrentamento. Ela envolve dinâmicas sociais que são perpassadas por questões étnico-raciais, ambientais, de gênero, entre outras. Conforme Ianni (1989, p. 148),

A questão social apresenta diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais. Algumas vezes envolve, principalmente, operários, outros camponeses. Aqui, podem estar presentes os negros, lá, os índios. Sem esquecer que em muitas vezes é o outro. As reivindicações, os protestos e as revoltas não se esgotam no âmbito da economia e política, podendo implicar em aspectos culturais.

Teixeira (2008), ao analisar as manifestações da questão social na Amazônia, afirma que se os povos da floresta, povos tradicionais (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, pescadores, caboclos, indígenas), não tivessem sido expropriados de seu espaço, expulsos de suas terras e empurrados em direção às periferias urbanas, não estariam inseridos na condição de miseráveis ou excluídos. Se fosse permitido que eles continuassem com a apropriação livre de seus recursos e produtos naturais, [...] “os trabalhadores amazônidas seriam no máximo típicos, mas não pobres. O movimento do capital, sim, tornou-os mais do que pobres, tornou-os miseráveis” (Teixeira, 2008, p. 145).

Não ocorreu a expropriação apenas do seu espaço físico, houve ainda um aniquilamento de uma cultura ancestral, de seu modo de vida, de um patrimônio histórico e cultural. Bem como uma estereotipação desses povos, caracterizados como desprovidos de conhecimento, anulando suas singularidades e sabedoria vivencial. Essas coletividades, ao longo das décadas, viveram e vivem constantemente ameaçadas com a reorganização da produção no espaço amazônico.

Dessa forma, as manifestações da questão social “passam a ser observadas a partir da expropriação, do êxodo rural, da agudização da pobreza e miséria em contraste com a abundância dos

recursos naturais (minerais, hídricos, da floresta e da biodiversidade)” [...]” (Barbosa; Sá, 2009, p. 74). Sendo, portanto, uma consequência da sociedade capitalista como modelo de organização societária, onde a lógica de subordinação da região fomentou lucros para as demais partes do país, promovendo uma destruição no território e a concentração de riquezas para os grupos dominantes.

Conforme Nascimento (2009), o processo histórico da ocupação e urbanização da Amazônia possui um percurso que se caracteriza por uma “história de aviltamento de populações existentes” (p. 42), e projetos que visavam mapear as riquezas da região, sempre em consonância com a lógica capitalista, de que a Amazônia é uma fonte de riquezas que precisa ser explorada, antepondo os interesses econômicos em detrimento da população local. “Amazônia é praticamente o último grande e rico espaço ainda não ocupado pelos padrões de densidade econômica e populacional existentes no mundo capitalista” (Nascimento, 2009, p. 42).

Para Silva (2000), a região amazônica sempre esteve situada no contexto da globalização⁷, ou seja, um espaço geopolítico atravessado pelos impactos do processo capitalista, sua formação socioeconômica foi estruturada por essa dinâmica e está condicionada a suas imposições. Nesse sentido, a autora questiona as teorizações que assentam a Amazônia como um espaço esquecido no âmbito nacional e internacional. A Amazônia, da mesma forma que o Brasil, foi delineada pelos ditames do capital, o que impactou e transformou sua realidade local. Seus precedentes históricos demonstram que a região sempre esteve em uma dupla função entre integrar-se aos interesses brasileiros ou aos globais, além de ser um espaço mantenedor de acumulação capitalista para ambos.

O Estado do Amazonas, em seu período colonial no qual ocorreu a criação da Capitania de São José do Rio Negro (1750), possuía uma economia baseada na agricultura e extração de especiarias, na exportação de peles e couros, sem técnicas modernas, o serviço braçal era fundamental.

No século XIX, no contexto do Brasil Império, com a aquisição da independência política-administrativa, e a implantação em 1850 da Província do Amazonas, conhecida como a Província do Norte, a região continuou ordenada pela lógica de extração dos recursos naturais, obedecendo a um plano geopolítico e econômico. “As considerações geopolíticas do Estado Imperial no tratamento da nova Província expressam-se na constante preocupação com a ocupação e defesa daquele território, objeto de forte cobiça internacional” (Ferreira, 2007, p. 47).

Não podemos ignorar que o Estado do Amazonas jamais foi um espaço esquecido ou isolado; sua posição geográfica e seus recursos naturais foram e continuam sendo uma fonte “inesgotável” de

⁷ Silva (2000) situa a Amazônia no âmbito da globalização contraditória do capitalismo. Conforme a autora, essa perspectiva possibilita outra interpretação da Amazônia e dos estudos sobre a região. Ianni (1998), assinala que a globalização é um processo histórico-social de grande proporção, alcançando quadros sociais e mentais, de indivíduos e coletividade, desenhando um novo mapa do mundo, na realidade e no imaginário.

cobiça. Sua admirável bacia hidrográfica, em especial o rio Amazonas, se interliga com outros países, dando-lhe uma poderosa posição geopolítica. O poder estatal, em todas as épocas, implementou estratégias para utilizar esses recursos e proteger esse espaço de outros especuladores.

A pré-história do capital na Amazônia fez-se à custa do processo da escravidão indígena, que permaneceu durante o período econômico da borracha. Destaca-se ainda a intensa emigração de nordestinos, desencadeada pelo quadro de miséria que a região vivenciou, entre os anos de 1870 e 1880, encorajados pela busca de melhores condições de vida, além das propagandas e incentivos oficiais, realizados pelo poder governamental. “São essas modalidades de extração do sobretrabalho que marcam essa época e possibilitaram à elite dominante viver seus anos dourados” (Scherer, 2016, p. 29).

A economia proveniente da extração e exportação da borracha delineou significativamente a configuração do Amazonas durante o século XIX e XX. Essa economia extrativista gerou uma transformação socioeconômica local copiosa, oscilando entre um período de riqueza colossal e outro de decadência alarmante. Os investimentos decorrentes dessa economia não se limitavam apenas ao nível local, havia a transferência desse capital para sustentar as demandas nacionais. Cabe ressaltar que o processo de extração da borracha já ganhava destaque nos relatórios econômicos da Colônia Portuguesa desde a década de 1827 e nos relatórios da Província do Amazonas a partir de 1853 (Ferreira, 2007).

Vale evidenciar que o mercado capitalista decorrente do sistema econômico da borracha já estava inserido em um projeto mundial de expansão do capitalismo, pois a utilização dessa matéria-prima estava aliada ao desenvolvimento científico e tecnológico das grandes nações (Silva, 2000).

As viagens científicas realizadas na Amazônia, no decorrer do século XIX já possuíam uma conotação de especulação para alimentar as necessidades do sistema capitalista. A Amazônia era apenas o espaço de manufatura da borracha, os países centrais eram os reguladores da produção e seus lucros. Sem contar que essas relações econômicas se realizavam mediante a aliança entre os interesses do mercado mundial e os privilégios da burguesia local.

Loureiro (2008) assinala em sua obra “A grande crise” uma estruturação dessa economia gomífera em três fases principais. A primeira seria a “Fase das utilidades”, no século XVIII, que abrangeu a transmissão da eletricidade (1873) e a descoberta do telefone (1876), conjuntamente com a descoberta do processo de vulcanização e a utilização do barco a vapor. Nessa etapa, a borracha era utilizada na fabricação de galochas, brinquedos, sondas, entre outros objetos.

A segunda, a “Fase dos fios condutores”, na qual a goma foi empregada no capeamento e isolamento dos fios de corrente elétrica, aos cabos telegráficos e telefônicos; inicia-se nessa fase a produção de pneus para bicicletas, elevando a comercialização dessa matéria-prima. A terceira, “Fase

dos pneumáticos”, teve seu auge a partir de 1895, com a fabricação dos pneus automotivos, período considerado “o verdadeiro tempo áureo da borracha amazônica, sem concorrentes e com uma escassez constante, determinada pelo grande consumo de utilidades, fios e pneus, em que a borracha atingiu preços elevadíssimos” (Loureiro, 2008, p. 11).

No final do século XX, a região amazônica se constituiu como a principal e maior fornecedora de látex, sendo detentora de 65% da matéria-prima. Apesar das diversas críticas que a região recebia devido seu método de produção, braçal e arcaico, a borracha proveniente da Amazônia continuava ganhando espaço no mercado mundial (Silva, 2022).

Nesse contexto, de dominância da economia gomífera e sua comercialização no mercado capitalista internacional, apesar de sua forte dependência política econômica, a região cresceu exponencialmente, ocorrendo um aumento populacional significativo, além de mudanças intensas na sua estrutura social, política e cultural. Iniciam-se projetos de reformas urbanas, especialmente em sua capital, Manaus. “Para os administradores locais, sendo Manaus o coração do Amazonas, tudo deverá ser feito para saneá-la, embelezá-la, modernizá-la, ou seja, transformá-la na Paris dos Trópicos” (Dias, 2019, p. 42).

Diversos projetos que visavam intervenções urbanas foram implementados, com o intuito de reproduzir uma nova imagem da cidade. O poder público, financiou um plano de embelezamento, com instalações de serviços públicos, entre eles, rede de eletricidade, de água, de esgoto, sistema de telefonia, linhas de bonde, recuperação do porto. Além de programas destinados a construção de edificações imponentes para embelezar a cidade e ostentar a riqueza do período.

Destacamos a aprovação em 1881 do projeto para a construção em Manaus de um teatro de alvenaria, o Teatro Amazonas, uma obra que situava a capital sob os auspícios do progresso e da modernidade. Considerado uma das obras públicas mais luxuosas desse período, não apenas pelo investimento aplicados em sua construção, mas especialmente pela sua importância simbólica que significava “[...] a vitória do homem sobre a selva, a prosperidade financeira e a pretensa evidência artístico-cultural. Sua construção foi mais um ato de ostentação de riqueza e pretensa civilidade do que uma necessidade reivindicada pela vida artística local” (Mesquita, 2006, p. 206).

Decerto, a cidade vivenciava no limiar do século XX um intenso processo de modernização. “Manaus foi a única cidade brasileira a mergulhar de corpo e alma na franca camaradagem dispendiosa da *belle-époque*” (Souza, 2009, p. 138). A riqueza da região financiou o projeto de modernização da capital, dando início a grandes reconfigurações urbanísticas alinhadas com os conceitos vigentes de civilização e progresso.

Conforme assinala Pinto (2008, p. 206),

Manaus, com seus modernos serviços de iluminação, comunicações, seu amplo traçado urbano, seus belos edifícios e palacetes, suas salas de cinema, jornais automóveis, transatlânticos, escritórios, o ritmo agitado de suas atividades, transformava-se na ponta de lança de “cultura moderna” em plena mata tropical.

Esse período reconhecido como a “*belle époque*”⁸ foi funcional às grandes elites, coronéis da borracha, comerciantes e estado. O projeto de urbanização e embelezamento de Manaus era conveniente para essa classe, para o crescimento da economia, para os interesses da burguesia. No entanto, a população trabalhadora pobre, os indígenas, os imigrantes nacionais e estrangeiros ficavam à margem dessa modernidade. Mesquita (2006) identifica esse período como um “rito de passagem”, no qual a cultura local passou pelo processo de branqueamento, com a introdução de novos costumes e participação em serviços públicos modernos, era a passagem simbólica das tradições originárias para as dinâmicas ocidentais.

É notório que esses investimentos e transformações em Manaus, objetivando sua modernização, estavam articulados às demandas econômicas do capitalismo. Ao refletirmos sobre as reconfigurações urbanas que ocorreram no estado do Amazonas no período de apogeu da borracha, nos faz conjecturar o quanto de acumulação capitalista foi direcionado ao mercado internacional. De acordo com Loureiro (2008), o aparelho estatal confiscou 25% da produção, o restante era consumido vorazmente pelas nações estrangeiras.

O processo de modernização de Manaus excluiu os próprios trabalhadores, que não foram beneficiados pelo progresso. As reformas estavam direcionadas aos extrativistas, aos comerciantes, aos grupos dominantes que deveriam continuar a investir na cidade, aumentando as rendas do Estado e aprofundando as disparidades socioeconômicas. Esse período de ascensão econômica, social, cultural foi vivenciado sob a extração e exploração da mão de obra de milhares de trabalhadores, principalmente os seringueiros. A riqueza social produzida estava assentada sobre as costas desses trabalhadores (Dias, 2019, p. 45).

Nesse contexto, o processo de imigração para a região ganhou proporções significativas, gerando um inchaço urbano, imigrantes oriundos de outros estados do Brasil e de outras nacionalidades adentravam a cidade, todos buscavam e eram estimulados com o sonho do Eldorado. Mal sabiam que as riquezas já estavam destinadas a pequenos e poderosos grupos.

Diante das amplas propagandas realizadas pelo governo do Estado, coincidindo com o fenômeno da grande seca que assolou o Nordeste na década de 1870, além dos altos preços da

⁸ Nesse período, Manaus financiou diversos projetos consoantes aos conceitos de civilização e progresso. Destacamos a criação da primeira universidade brasileira, em 17 de janeiro de 1909: a Escola Universitária Livre de Manaus. A universidade contemplava: Faculdade Militar; Faculdade de Medicina; Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais; Faculdade de Engenharia; Faculdade de Ciências e Letras.

borracha no mercado estrangeiro, ocorre o êxodo em massa para a Amazônia. “[...] aproximadamente 500.000 nordestinos vieram fazer a Amazônia, representando assim o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira” (Benchimol, 1999, p. 137).

Conforme Dias (2019, p. 94), o aumento populacional de Manaus, decorrente do intenso processo migratório, passou a gerar inúmeras problemáticas sociais, como os de falta de abastecimento, policiamento, desemprego, higiene e habitação, estes “[...] ampliam-se com as questões sociais, pois no espaço urbano o roubo, a vadiagem, a prostituição, o jogo, a mendicância e doença de toda ordem contradizem a idealização de cidade ordenada e sem problemas”.

Nas palavras da autora, esse cenário de desenvolvimento e progresso que Manaus produzia estava acompanhado de um quadro de grande miséria, o que passou a gerar preocupação e incômodo ao poder público e à elite local. Diante este contexto, o estado desenvolveu uma política de preservação e defesa da ordem pública, ou seja, “uma política de pressão, exclusão e dominação” (Dias, 2019, p. 96), na medida em que a pobreza era uma ameaça à ordem urbana.

Outro ponto que cabe ser ressaltado é que o sistema capitalista não se restringe ao campo econômico, por isso, também no estado do Amazonas interferiu na organização social, política e cultural. Para inserir-se adequadamente na dinâmica capitalista, o Amazonas não poderia mais ser um território “atrasado”. Para tanto, seu espaço urbano tinha que ser reordenado e seus costumes modificados, com uma nova configuração societária implantada.

Apesar de toda opulência e riqueza conquistada com a economia da borracha, no início do século XX, em meados de 1910, inicia-se o período conhecido como a “crise da borracha”. É interessante ressaltar a analogia feita por Weinstein (2002, p. 263): “A bela adormecida fora brevemente acordada pelo beijo do capital estrangeiro, só para voltar a dormir, logo que o príncipe achou outro lugar mais lindo e lucrativo para fazer seus investimentos.”

Conforme a historiografia relata, a partir de 1876 com a usurpação das sementes da seringueira de seu habitat amazônico pelo naturalista inglês Henry Wickham (ação hoje denominada de biopirataria), as sementes “passaram cinquenta anos sendo estudadas, plantadas e replantadas, enxertadas e experimentadas primeiro no Sri Lanka, mas sobretudo, na Malásia [...]” (Silva, 2022, p. 74). Com a criação de seringais nos países asiáticos com melhor qualidade e baixo custo, a região amazônica perdeu sua hegemonia na extração da borracha. O seringalista brasileiro com seu método de produção arcaico, baseado no extrativismo, não tinha como concorrer com os métodos avançados desenvolvidos pelos novos produtores internacionais.

Esta nova conjuntura ocasionou a queda de todo um esquema, atingindo os grandes seringalistas, as empresas de beneficiamento da borracha, os comerciantes e o poder estatal. “Privilégios, concentração de renda e excludência social estiveram colados às políticas do Estado e

ao modelo de exploração da região, como marcas permanentes, seja antes da borracha ou depois dela (Loureiro, 2009, p. 41).

Dentre as consequências desse período, evidenciamos o fenômeno conhecido como o “esvaziamento das selvas”, o movimento de saída dos seringueiros das selvas amazônicas, deslocando-se para Manaus (Scherer, 2016). As consequências sociais, políticas e econômicas dessa conjuntura foram drásticas: seringais abandonados, economia em decadência, iniciativa privada sem capital para promover novas plantações na tentativa de recuperar o crescimento econômico.

A crise da economia da borracha afetou fortemente a estrutura social e os serviços urbanos da cidade de Manaus e conseqüentemente de todo o estado. Inúmeros serviços, entre eles, os da Superintendência Municipal, como a limpeza da cidade, higienização do espaço urbano e manutenção da saúde pública sofreram significativos cortes orçamentários (Neves, 2008).

Uma das principais consequências foi a saída do capital estrangeiro, levando o estado a vivenciar um período de forte decadência econômica, empobrecimento e abandono. O período conhecido como “os anos de estagnação”⁹ demonstrou com maior intensidade que o projeto de melhoramento do espaço urbano manauense incidiu em uma grande concentração de renda para a elite e o Estado e conseqüentemente na reprodução de uma massa populacional de excluídos e despossuídos de condições mínimas de subsistência.

No mesmo período em que o processo de industrialização iniciou seu firmamento em solo brasileiro, na Amazônia passou a ocorrer o movimento de desaceleração econômica, com a crise do extrativismo da borracha. Nessa conjuntura, ocorreu no Estado do Amazonas e especialmente em Manaus, a elevação do custo de vida, o que culminou na escassez de alimentos e de produtos de primeira necessidade para a massa da população.

Silva (2022), assinala como alguns municípios do Amazonas, neste caso, do Médio Juruá¹⁰, experienciaram esse contexto. Para a sobrevivência da população local, técnicas da cultura indígena tornaram-se fundamentais, especialmente entre os anos de 1913 e 1945. A atividade agrícola tornou-se essencial, ressurgiram técnicas como de queimada e preparo do solo, trocas de mercadorias (pescado, farinha e até mesmo de borracha) e outras culturas nativas. “Pode-se exemplificar, mais concretamente esse ressurgir, quando na falta de material para a construção de casas, os moradores dos seringais passaram a recorrer aos produtos florestais, ditados pelo empirismo nativo” (Silva, 2022, p. 77).

⁹ Enquanto vive-se o “ostracismo econômico” no Amazonas, em nível nacional, ganha força o desenvolvimento industrial, que tem apoio das forças políticas nacionais do governo de Getúlio Vargas.

¹⁰ A região do Médio Vale do Juruá, no Estado Amazonas, é constituída por seis municípios: Carauari; Eirunepé; Envira; Guajará; Ipixuna; Itamarati. Cabe destacar que Silva (2022), em sua obra denominada “Expressões da Assistência Social no Médio Juruá”, realiza uma problematização da assistência social no decorrer dos cem anos da região.

A imprensa local da época evidenciou as contradições sociais marcantes, divergindo dos discursos dos grupos dominantes, que objetivavam manter a imagem de uma cidade propícia a investimentos. A imagem do fausto estava em declínio. De acordo com Dias (2019, p. 96).

Os jornais locais recebem os mais diferentes tipos de reclamação e denúncias de moradores que não são atendidos pelo serviço de abastecimento de água, pelo serviço de remoção de lixo, pelos serviços de transportes. Há denúncias contra os altos preços dos produtos de primeira necessidade expostos à venda no mercado municipal, ou contra a falta desses. Moradores dos subúrbios, frutos do crescimento da cidade, solicitam, pela imprensa, a extensão dos serviços de iluminação, de calçamento, limpeza de ruas etc.

Costa (2014) chama atenção à questão fundiária, pois o espaço urbano de Manaus se estruturou a partir da diferenciação de classes. A cidade foi sendo idealizada e moldada pela grande elite e poder público. Para gozar da opulência da cidade, os trabalhadores precisaram “[...] habitar suas deselegantes entranhas, em cortiços de belas fachadas e péssimas condições de saúde; chegou-se mesmo a habitar seus subterrâneos, os porões” (Costa, 2014, p. 105).

Muitos trabalhadores se viram obrigados a morar em locais considerados como subúrbios da cidade, pois não tinham condições financeiras de arcar com os altos custos dos aluguéis do perímetro urbano, além do crescente nível de desemprego. Esses bairros eram abandonados pelo poder público, não possuíam estrutura mínima, não tinham iluminação pública, rede de esgoto, água encanada, bondes. Contudo, absorviam grande parte da população imigrante e pobre (Costa, 2014).

Esses bairros e sua população estereotipada como periféricos eram constantemente vigiados e controlados pelos Códigos de Postura da época e os órgãos disciplinares, tais como a Polícia Sanitária, a Diretoria de Higiene e a Inspetoria de Higiene. O objetivo era disciplinar seus hábitos, cercear suas atividades e segregá-los, pois eram vistos como propagadores de doenças. Eles destoavam e eram uma ameaça à “cidade do fausto” criada pela e para a elite dominante.

Nesse contexto, ao que tange ao mundo do trabalho, evidenciamos as profundas taxas de desemprego, a exploração do trabalhador em diversos níveis, a precariedade de suas condições de vida e até a responsabilização que o trabalhador recebia diante da situação de miséria que vivia. Somase a esse quadro as exigências dos regulamentos sobre as atividades e profissões realizadas. Se torna obrigatória a matrícula, para serviços de cozinheiros, jardineiros, prestadoras de serviços domésticos, cocheiros, lavadeiras e engomadeiras (Dias, 2019).

Autores, como Scherer (2016), Torres (2002), Costa (1995), Montenegro (1986), assinalam que durante as décadas de 1930 e 1940, Manaus se configurava como uma cidade de contrastes, um lado da cidade ostentava arquitetura luxuosa, o outro atestava um quadro de miséria. As expressões da questão social se acumulam e passam a se concentrar na capital. Cabe ressaltar que nesse período

não havia programas sociais por parte do governo, para atender as camadas pobres da população, a assistência social era realizada pela esfera privada, prestada por grupos religiosos ou voluntários.

Foi diante desta conjuntura socioeconômica, marcada por inúmeras desigualdades sociais, que o estado do Amazonas e, em particular, a cidade de Manaus se tornaram motivo de preocupação e reflexão por parte do poder estatal e de pensadores sociais da época. Dentre estes, merece destaque o Juiz de Menores e intelectual André Vidal de Araújo, importante figura da época, que se dedicava a estudar os problemas sociais que assolavam a cidade. No esforço de entender sua realidade local e encontrar soluções para os problemas sociais alarmantes, escreveu diversas obras voltadas a demonstrar a necessidade premente de um programa de assistência social para o Amazonas. Montenegro (1986, p. 51) assinala:

No início do século, Manaus sofreu intensamente os problemas resultantes do primeiro ciclo da borracha. Contudo, não foram feitos levantamentos estatísticos permitindo avaliar a dimensão do problema. O primeiro a propor que se estudasse quantitativamente a problemática social de Manaus foi André Vidal de Araújo, Juiz de Menores, na década de 40.

André Araújo – diante da realidade socioeconômica de Manaus nesse período, atravessada por diversos problemas sociais: instabilidade econômica, êxodo rural, crescimento populacional, exploração de trabalhadores, menores abandonados, entre outros – realizou estudos investigando essas problemáticas, sistematizando-as em livros com temáticas de grande relevo, entre elas, criminalidade infantil, organização do trabalho, nos quais retratou questões como, salário mínimo, licenças, aposentadoria do trabalhador, desemprego, etc., além de abordar pontos referentes a seguros sobre enfermidade, velhice, acidentes, maternidade. Seus textos nos proporcionam um panorama histórico, social, cultural e até mesmo econômico do Amazonas. Nesse sentido, a partir de seus escritos, no próximo tópico iremos apresentar sua leitura sobre as manifestações da questão social que se alastravam no Amazonas.

1.3 As expressões da questão social no Estado do Amazonas a partir da década de 1930: uma leitura a partir de André Vidal de Araújo

Investigar as expressões da questão social a partir da leitura de André Araújo se torna imperioso. Seu pensamento social não é um dado isolado, mas o reflexo de um tempo, de um grupo social, da mentalidade de uma época. O intelectual fazia parte de um grupo destacado de pensadores católicos, era um estudioso incansável dos problemas sociais com intuito de encontrar soluções. Indubitavelmente, este intelectual precisa ser situado, problematizado e compreendido no seu tempo

e espaço. Inserido em um contexto liberal, de influência do neotomismo, e com forte fluxo do positivismo. Católico fervoroso, reformista, defensor das encíclicas papais e participante ativo do movimento da Ação Social da Igreja. Não podemos de forma alguma comparar e problematizar seus escritos e sua conjuntura com os tempos atuais.

Logo, seu pensamento social, suas ações e teorizações precisam estar em sintonia com os acontecimentos e discussões nos quais estava inserido e que participava ativamente no contexto regional, nacional e até mesmo internacional. André Araújo não pode ser analisado distanciado dos liames conjunturais e estruturais de sua época. Cabe ressaltar que as concepções teórico-metodológicas do autor foram basilares para a emergência do Serviço Social e para a organização da assistência social no estado do Amazonas.

Cabe reforçar que estudar este pensador nos oportuniza contribuir com as investigações sobre o pensamento social da Amazônia e revelar as interpretações pertinentes à região a partir de autores que vivenciaram a realidade amazônica e suas correlações com o restante do país. Conforme Pinto (2008), a construção do pensamento social amazônico perpassa por análises de percepções voltadas aos processos sociais e culturais que retratam a região e suas diversas conjunturas.

As análises realizadas por André Araújo e por seus contemporâneos possuem uma orientação com caráter reformista, o que dialoga especialmente com a vertente sociológica positivista e com a doutrina social da igreja católica, com a qual o autor tinha forte afinidade. Ao aprofundarmos a análise sobre este intelectual, identificamos em seu arcabouço teórico-metodológico outras influências de corrente de pensamento de cunho eugênico/higienista, que serão pontuadas no decorrer desta dissertação. Embora não partam de um olhar crítico, suas interpretações nos ajudam a entender o solo histórico sobre o qual brota e se desenvolve a questão social no estado do Amazonas, a qual terá na assistência social uma das suas formas de enfrentamento.

Nossa leitura está assentada na teoria social de Marx. Nessa perspectiva, recorreremos aos apontamentos realizados por Ianni, principalmente em seu texto “A questão social” (1989). Como sabemos, não existe apenas a leitura crítica sobre as refrações da questão social, são múltiplas as suas denominações e explicações, tornando-a um campo complexo, que merecem ser estudadas.

Conforme Ianni (1989), diversas e divergentes interpretações são direcionadas à questão social. Para alguns, diz respeito a um fator disfuncional, anacrônico, que está em desacordo com os avanços da modernidade. Outros consideram que é uma ameaça à paz e ao pacto social, além de assombrar a suposta harmonia entre o capital e o mundo do trabalho. Relacionam a questão social ao caos, subversão, desumanidade, desajustamento da sociedade e do indivíduo.

Para teóricos fundamentados na teoria social de Marx (Netto, 2001; Yamamoto, 2009; Yazbek, 2001), o conceito de questão social refere-se ao conjunto de expressões das desigualdades sociais

que têm sua gênese nas relações sociais de produção, num movimento de apropriação privada da atividade humana pelo capital. A questão social está relacionada também à emergência do protagonismo da classe trabalhadora na luta por direitos relacionados ao trabalho e melhores condições de vida. Um ponto em comum nessas interpretações ou em outras consiste no fato da questão social ser um fator primordial, inerente à dinâmica da sociedade, influenciando na problematização deste tema, bem como nas ações direcionadas a ele.

Para iluminar nosso estudo nesse momento, tomamos por matéria prima algumas das obras teorizadas por André Vidal de Araújo, que correspondem aos anos de 1935 a 1950, período este significativo para o planejamento e implementação das primeiras ações de assistência social no estado do Amazonas. As obras examinadas foram: A ociosidade e o furto na predelinquência infantil (1939); A prol da Infância (1940a); Proteção à infância e à juventude no Amazonas de hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (1940b); Serviço Social: problemas sobre maternidade, infância, juventude, velhice, tuberculose, lepra e todos os desajustamentos sociais (1940c); Organização da assistência e Serviço Social no Amazonas (1941); Estudos de Sociologia (1947).

Como já salientado, o contexto social do estado do Amazonas nas primeiras décadas do século XX expressa, de forma nítida, sobretudo a partir de uma leitura crítica embasada no materialismo histórico-dialético, que as desigualdades que se espalharam no estado, em especial em Manaus, têm relação intrínseca com o desenvolvimento capitalista, no caso da região amazônica do capitalismo dependente, tema já referenciado neste estudo. No entanto, se analisarmos interpretações da época que abarcam o empobrecimento e as desigualdades sociais, elas não terão uma apreciação crítica.

André Araújo é um importante expoente de um grupo de pensadores sociais que, no limiar da década de 1930, iniciaram um processo de estudos com o intuito de entender e explicar os problemas sociais de seu período e de seu contexto local. É fato que muitos desses cientistas sociais possuíam uma lógica de pensar conservadora; o empobrecimento e as desigualdades sociais não eram apreendidos por uma perspectiva de totalidade, ou pelo prisma das suas contradições, a responsabilidade era direcionada ao indivíduo e não às estruturas de um sistema voltado ao lucro e à acumulação de riquezas restrita a um grupo dominante. Para estes pensadores, a sociedade vivenciava um estado social de desorganização e anarquia, estava desajustada. Para um verdadeiro pacto social e efetiva reforma societária, era necessário reabilitar os desajustados e combater os males sociais que infestavam a sociedade.

Conforme explicita Yazbek (2019), o conservadorismo se constitui como um modo de pensar em conjunto com ações efetivas, estas contrárias às ideias de avanço da modernidade, voltadas para práticas restauradoras, moralizantes e preservadoras, especialmente do sistema capitalista. Nessa perspectiva, a questão social é compreendida por um cunho moralizador, individual e naturalizador,

isto é, os problemas sociais são de responsabilidade do indivíduo e inerentes à estrutura societária.

André Araújo problematizou a questão social, fundamentado na Doutrina social da Igreja Católica. Ela implica a existência de um problema no seio da sociedade, uma ferida que necessita de atendimento e cuidados para ser curada. Para o autor, o Serviço Social era o instrumento primordial para combater esse quadro, pois, com suas técnicas, seria possível averiguar o mal, diagnosticar suas causas e aplicar o tratamento adequado. Para o autor, o Serviço Social pressupõe uma missão, um apostolado, que contribuiria significativamente para a harmonia da sociedade.

Nessa lógica, é indispensável reconhecer que essa interpretação da questão social tem raízes ligadas à vinculação de André Araújo com a Igreja e seus pressupostos, como a Ação Social Católica. Ao falar da relação entre Serviço Social e Igreja, Aguiar (2011) sinaliza que, diante do processo de modernização, industrialização e desenvolvimento do sistema capitalista e, conseqüentemente, da extrema pobreza que assolava os operários europeus no decorrer do século XIX, a Igreja estruturou uma ação de cunho político frente às expressões da questão social. Seu intuito consistia em implantar medidas direcionadas a combater a decadência moral dos costumes, a secularização, o crescimento do liberalismo e do comunismo. No fim do século XIX, a Igreja passa a ter uma intervenção mais clara e delimitada no campo social e na recristianização da sociedade, formulando e consolidando uma Doutrina Social¹¹ a partir da publicação de documentos do Magistério Eclesiástico.

Isto posto, destacamos, dentre as encíclicas papais, a *Rerum Novarum* (1891) e a *Quadragesimo Anno* (1931). É a partir dessas encíclicas que a doutrina social da Igreja se consolida, com novos delineamentos, instituindo o papel da Igreja frente aos problemas sociais, além de convocar seus fiéis para uma ação católica atuante, uma participação mais intensa no projeto de recristianização do mundo e no combate aos ideários seculares, socialistas, liberais e comunista.

Em consonância com a Doutrina Social Católica, em seu livro “Estudos de Sociologia” (1947), André Araújo assinala que a questão social está relacionada ao conjunto de “mazelas” impostas à classe operária. Ressalta que este estado de miséria os protestos e as lutas por parte dos trabalhadores contra as injustiças que sofrem não são contemporâneos, mas antigos. Contudo, na sociedade moderna, essas lutas ganharam uma nova dimensão, os operários receberam uma forte influência do socialismo e assim passaram a compreender a força coletiva de seu grupo, logo, a classe operária ganhou novo *status*, tornando-se um perigo, uma ameaça à ordem e à paz social.

¹¹ A Doutrina Social da Igreja Católica tem como marco a publicação da encíclica papal *Rerum Novarum*, no ano de 1891, pelo Papa Leão XIII, seguida pela encíclica *Quadragesimo Anno*, promulgada em 1931. A Igreja preocupada com a perda de sua hegemonia, regulamenta ações de cunho político que buscavam por um lado destacar a autoridade do papa e, por outro, incentivar a implantação de uma série de medidas direcionadas para a recristianização do mundo. Tratava-se de uma nova estratégia da Igreja, para combater o processo de secularização, que estava acontecendo fora dos domínios da Igreja (Aguiar, 2011).

É interessante que a compreensão de André Araújo sobre a questão social e a organização e pressão da classe trabalhadora parte de uma perspectiva direcionada à manutenção da ordem e paz social. Contudo, de modo antagônico, para autores como Yamamoto (2009), o reconhecimento da questão social pelo Estado e pelos setores dominantes é fruto das pressões da classe trabalhadora. O Estado passa a ter significativa participação na acumulação do capital, assegurando condições para sua expansão. Para André Araújo, as concessões e reformas que o Estado deveria fazer perante as reivindicações da classe trabalhadora estavam voltadas para a manutenção do pacto social e não para mudanças estruturais, objetivando reformas e não revoluções.

O autor sugere algumas reformas para atender as reivindicações operárias, entre elas, na divisão da riqueza socialmente produzida, na administração pública do país, nas empresas, nos corpos legislativos, contemplando ainda mudanças no sistema educacional (médio e superior), que estavam restritos às classes dirigentes (Araújo, 1947). No entanto, essas reformas só poderiam ser efetivadas a partir de uma ação social católica baseada no direito social e nos princípios da Doutrina Social da Igreja.

Tal doutrina era contrária à ideia da luta de classes, pois a mesma era antagônica à paz, à ordem, ao pacto social. Nesse sentido, propunha a concordância entre as classes, como proposto nas encíclicas papais: “O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” (Leão XIII, Encíclica Rerum Novarum, 1891, p. 3).

Cabe reiterar que a “Ação Católica¹²”, citada por André Araújo, correspondia a um movimento de leigos que deveriam se dedicar ao apostolado da Igreja, no intuito de propagar os pressupostos da doutrina católica, visando a reforma social. Tornava-se necessário que os católicos reagissem frente às “mazelas” sociais geradas pelo capitalismo.

O movimento possuía um caráter preventivo (prevenindo os males sociais no âmbito familiar, da saúde, da moral etc.); caráter curativo (nas instituições, hospitais); e caráter progressivo (sindicatos operários cristãos, salário-família e outros). Seguindo essa perspectiva, era necessária uma fundamentação teológica para solucionar os problemas sociais, os cristãos deveriam participar do processo político, “ação cristã associada à ação política” (Ferreira, 2002).

¹² Entre as várias estratégias empregadas pela Igreja para reconquistar sua hegemonia, destacamos seu esforço em requisitar intelectuais para o seu movimento, de modo a propagar o pensamento cristão católico por toda sociedade brasileira e suas instituições. Este movimento ficou caracterizado como “Ação Católica Brasileira”, cujo objetivo consistia em recristianizar o país e afastar o fluxo dos movimentos socialistas e comunistas nacionais. O movimento da Ação Católica Brasileira foi oficialmente estabelecido no ano de 1935, no qual ocorreu a promulgação de seus estatutos, tendo por base o modelo italiano, com objetivo de organizar e disciplinar o apostolado da Igreja, convocando e formando leigos para trabalharem em prol das missões da Igreja. Cabe ressaltar que a organização da Ação Católica se configurava em quatro esferas principais, a saber: Homens da Ação Católica para maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; Liga Feminina de Ação Católica para maiores de 30 anos e casadas; Juventude Católica Masculina; Juventude Feminina Católica (Aguilar, 2011).

Destarte, para André Araújo, o indivíduo ou o grupo social dedicados a encontrar soluções para a questão social nada fariam se não tiverem uma base teológica cristã na compreensão do problema. “Temos que suprir de vez a miséria, para afirmarmos que a Igreja é verdadeiramente a Mãe dos pobres, dos oprimidos, dos famintos, dos desgraçados” (Araújo, 1947, p. 36). Este pensamento está em concordância com os documentos teológicos, que tinham como prioridade a restauração dos costumes cristãos, a reforma das instituições, o aperfeiçoamento e a reconstrução da sociedade.

Em consonância com essa concepção, André Araújo enfatiza a importância da fundação dos círculos operários, os quais seriam espaços de formação de sindicatos de modo livre e propagadores das ideias cristãs aos trabalhadores, além de centros de estudos. Desse modo, o pensador enaltece e estimula “a fundação de Círculos de operários para que parte das massas trabalhadoras receba o fermento das verdades cristãs e, esses núcleos, verdadeiramente preparados, possam impregnar o meio ambiente dos trabalhadores, de ideias sadias” (Araújo, 1947, p. 37).

A presença deste intelectual de modo imperioso nos círculos operários denota sua preocupação com a classe operária que necessitava de assistência, pois reconhecia que os trabalhadores enfrentavam desigualdades socioeconômicas significativas. Assinalando então a premência de implantação de programas sociais e benefícios voltados para os operários, como direito ao salário família, hospitais, dispensários, alimentação, maternidades, creches e escolas de ensino primário, secundário e superior para seus filhos (Araújo, 1947).

A criação dos círculos operários não foi uma iniciativa restrita do movimento católico, recebeu apoio significativo do Estado, em especial do governo de Getúlio Vargas. Iamamoto (2009) assinala que esses grupos vinham se estruturando desde o ano de 1932, com o apoio financeiro estatal e de empresários, ganhando abrangência em nível nacional. Vale ressaltar que os círculos operários estavam em consonância com a política ditatorial varguista, pois serviam de instrumento de controle da classe trabalhadora.

O Círculo Operário de Manaus foi constituído no dia 02 de julho de 1939 e estava filiado à Confederação Nacional de Operários Católicos. Contava com cerca de 3.000 sócios. Seu objetivo consistia em coordenar as atividades de seus associados, auxiliar na organização e sindicalização dos trabalhadores, incentivando a fundação de cooperativas e armazéns circunistas, conforme as exigências preconizadas pelo Ministério do Trabalho. De acordo com seu Estatuto (Amazonas, 1944a), o Círculo Operário de Manaus seria uma organização forte, destinada a prestar proteção social, através de uma assistência eficiente nas oficinas, lares e escolas, advogando pelos interesses da classe e pelo desenvolvimento moral, intelectual, social e material de seus associados.

André Araújo é considerado um dos fundadores, orientador diocesano e assistente social do círculo, ele “seguiu ideologicamente as orientações do corporativismo na busca pela paz social”

(Andes, 2021, p. 544). O círculo se dedicava ainda a estudar os problemas sociais locais, além de possuir um caráter de caixa de pensões. Os operários eram atendidos por médicos, dentistas e advogados. Contemplava ainda projetos como a criação de casas populares e creches para receber os filhos dos trabalhadores. Conforme Araújo (1947, p. 35-36), era necessário alcançar a massa de trabalhadores, e oferecer os serviços e atendimentos voltados para eles.

Dentre as refrações da questão social que mais recebeu atenção de André Araújo está a delinquência infantil. Para o autor, os problemas que envolviam os menores¹³ eram complexos; em sua leitura, as principais causas que geravam a criminalidade infantil eram o descaso de inúmeros pais, a perda do pátrio poder, a degradação dos costumes, a descristianização, as desigualdades sociais, a corrupção em que esse grupo estava inserido, como a orfandade e a filiação ilegítima.

Neste sentido, entre os “males sociais” identificados pelo autor estão a mendicância, o uso e dependência de álcool, tuberculose, vadiagem, nudez, desabrigo, abandono etc. Sem sombra de dúvida, a vulnerabilidade social¹⁴ de crianças e adolescentes era motivo de extrema preocupação do autor, o que não é difícil de ser entendido, já que era um juiz de menores. Para André Araújo, as causas que levavam os menores para a criminalidade infantil, antes de serem de cunho biológico ou psicológico, estavam relacionadas a uma desorganização da sociedade (Pessoa, 2015).

Segundo o autor, a instituição que poderia sanar esses males seria o Juizado Privado de Menores, alicerçado em uma filosofia cristã, na declaração dos direitos dos menores e a partir dos princípios pedagógicos de reeducação e jamais punitivo; só assim seria possível readaptar estes sujeitos à sociedade. A criação de outras instituições e programas sociais seria necessária, como asilos, escolas industriais, internatos, reformatórios, entre outros, baseados nos princípios cristãos.

Diante da leitura dos escritos de André Araújo, identificamos alguns pontos interessantes. Ao desenvolver suas reflexões, o autor assinala que a delinquência infantil é consequência direta do desamparo dos pais em decorrência do quadro de pauperismo que experienciavam, como trabalhos com excessiva carga horária e baixos salários. Todavia, ao mesmo tempo em que o autor expressava entender o quadro de desproteção social dessas famílias, cobrava intensamente delas que direcionassem seus filhos a bons caminhos, pois afirmava que os males causados na infância eram de responsabilidade dos pais. Autores, como Batista (2019), ratificam tal ponto de vista,

¹³ Embora desde o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 13 de julho de 1990, entenda-se que os termos mais adequados para se referir às pessoas que estão em condição especial de desenvolvimento sejam crianças e adolescentes, adotaremos o termo “menores”, como usa o autor, que ao escrever ainda o faz à luz do Código de Mello Matos (1927).

¹⁴ Embora essa terminologia não seja empregada na obra do autor, pelas denominações e leituras sociológicas adotadas, inclusive na política de assistência social, no século XXI, podemos entender vulnerabilidade social como um conceito multidimensional, não se restringindo à esfera da pobreza, sendo necessário compreendê-la em seus fatores múltiplos, como desemprego, violência, enfermidades, etc. Ao se referir à delinquência e às desigualdades sociais (abandono dos pais, orfandade, pobreza), que afligem crianças e adolescentes, entendemos que tais sujeitos estavam em condição de vulnerabilidade social.

responsabilizando os jovens e principalmente suas famílias pelo quadro que viviam. Segundo o autor, as famílias progressivamente relaxavam na assistência e fiscalização dos menores, este eram entregues em tenra idade às lições e perigos do mundo das ruas.

Essas afirmações evidenciam que tais pensadores direcionavam a responsabilidade aos indivíduos, a partir de um enfoque moralizador. Era obrigatoriedade destes se adequarem aos ditames socioeconômicos; sua não adequação à organização social gerava o aumento da criminalidade infantil. A miséria, delinquência, analfabetismo eram compreendidos como desajustes individuais, males sociais que precisavam ser combatidos. Nesta lógica, a responsabilidade recaía no próprio indivíduo; a pobreza e a miséria eram de responsabilidades individuais. Conforme Ianni (1989), não há empenho em desvelar a trama que produz, aprofunda e reproduz as desigualdades sociais.

Para André Araújo, o ócio, a falta do que fazer, era uma das razões imperiosas que levava crianças e adolescentes a cometer vadiagens, delitos e contravenções. O furto era uma das principais causas que os levava para o Juizado de Menores. Sua certeza era tão categórica sobre este tema que, no ano de 1939, lançou a obra “A ociosidade e o furto na predelinquência infantil”. Neste livro, o autor apresenta uma ficha (formulário) para estudos dos furtos cometidos pelos menores, crime que chegava a atingir o índice de 80% das infrações. A ficha continha perguntas como: se era órfão; se era filho de pais separados; se teve mimo; se foi muito acariciado; se foi escorraçado pelos responsáveis; se apanhava dos responsáveis; entre outras (Araújo, 1939).

Dando continuidade em suas observações sobre o furto na infância desvalida manauense, enfatizava que esse delito acontecia com maior periodicidade em certos bairros e no período da tarde, pois, pela manhã, os menores estavam nas aulas. Contudo, no período vespertino, ficavam livres para visitar a cidade e não possuíam a vigilância ou assistência de seus responsáveis.

Para mudar essa realidade, o autor sugeria a criação de bibliotecas públicas e parques infantis para esportes. O autor afirmava que essas instituições teriam o poder de transformar esses menores em “bons cidadãos”, abarcando seus aspectos físico, moral e mental. Interessante evidenciar que, para André Araújo, estas obras não seriam favores do Estado, mas obrigatoriedades do poder público, sendo um dos direitos da infância a ser reconhecido e efetivado.

André Araújo assinala que o furto cometido por menores tem seu desenvolvimento no pauperismo, no abandono moral, na necessidade material, na agressão decorrente do meio social em que vivem. O intelectual correlaciona ainda essa questão a aspectos subjetivos, devido à não satisfação de necessidades essenciais como, amparo, brinquedos, alimentos. Associa então a delinquência infantil a questões psicológicas, emotivas, “O menor, entretanto, na maioria dos casos, furta para dar expansão a instintos, como a fome, a vaidade e a vingança” (Araújo, 1939, p. 10).

Percebemos, diante dos apontamentos levantados por André Araújo, que apesar do autor

ênfatisar que a delinqüência infantil está interligada ao quadro de pobreza da época, em poucos momentos, o autor direciona ao Estado e a seus ordenamentos, bem como à grande elite a responsabilidade por essa conjuntura de agravamento da questão social. Nessa perspectiva, depreende-se certa naturalização da pobreza e da estrutura desigual da sociedade. Essas manifestações da questão social são encaradas como problemas sociais que só poderiam ser resolvidos mediante serviços de assistência social. Para tanto, era necessário fazer reformas e não transformações.

O autor salienta preocupação com as meninas que trabalhavam em fábricas, em cafés ou em lares, exercendo serviços domésticos, muitas vezes abandonadas e abusadas nesses locais, bem como com todos os menores que eram explorados em trabalhos exaustivos, com carga de 12 horas, sem repouso, férias ou direitos mínimos reconhecidos e garantidos. “Lutarei pelo reconhecimento dos direitos da criança [*sic*], para que ela assim seja respeitada, amparada, assistida e protegida como o melhor material de uma nação [...]” (Araújo, 1939, p. 16)

Nota-se nos escritos do autor um sentimento missionário diante suas funções de Juiz de Menores. Em concordância com a doutrina social da Igreja, buscava identificar as causas de decomposição que assolavam a sociedade, criticava fortemente todas as ideias consideradas anticristãs, ou seja, que contribuíam para descristianização da sociedade. Outra problemática social evidenciada categoricamente nos escritos de André Araújo diz respeito ao amparo à família. “O problema da criança é o problema do homem. É o problema da Família. É o problema da pátria. É o problema do futuro da humanidade” (Araújo, 1947, p. 119).

Para o pensador, um dos motivos que produzem desajustes no seio familiar refere-se à substituição da família patriarcal pela família proletária. O trabalho da mulher é um dos grandes males contra a infância e a maternidade. Lutar pela maternidade é lutar contra o trabalho das mulheres nas fábricas. Nesses apontamentos, percebemos uma leitura patriarcal e discriminatória quanto às mulheres, visto que sua inserção no mercado de trabalho é entendida como desestruturadora da organização social e familiar.

Nesse sentido, o autor enfatiza peremptoriamente a importância de programas voltados para o aparelhamento nacional da assistência, voltado para a primeira infância, sob molde científico. Que nas palavras do autor, são problemas básicos para o engrandecimento da raça do Brasil.

Instrução e assistência às mães, centros de saúde, instrução sanitária, assistência médico social, assistência obstétrica, casas maternais, maternidades, campanha contra sífilis, salas de amamentação, creches, hospitais infantis, guerra á mortalidade infantil, instrução sanitária, leite higienizado, seguro obrigatório contra a morte e invalidez, campanha pró-economia particular, escolas rurais, populares, jardins da infância, assistência médico-escolar, postos de assistência a infância, ensino de puericultura, escola das mãezinhas, lactários, assistências aos anormais de todos os gêneros, asilos, reformatórios, preventórios, escolas premonitórias, colônias correccionais, abrigos, ambulatórios, albergues noturnos, parques infantis, colônias

de férias, sanatórios e outras mais instituições assistenciais, são de máxima necessidade a um povo que se quer impor ao conceito das nações pela hegemonia que lhe cabe no continente que está encravado (Araújo, 1940c, p. 16-17)

Em síntese, sabemos que André Araújo realizou uma leitura das expressões da questão social a partir de uma perspectiva doutrinária, com traços reformistas, uma concepção dos problemas sociais oriundos de determinações particulares, dos comportamentos individuais. Cabe ressaltar que o autor se vinculou a outras teorias e pensamentos sociais, que ficam explícitos em seu texto, como a vertente positivista e o movimento eugenista, que serão retomados no próximo capítulo, que diferem nitidamente da teoria social escolhida neste projeto. Buscamos em todas as etapas desta pesquisa estar em sintonia com a teoria crítica marxista, que para o autor é considerada uma das responsáveis pelo estado de degeneração que a sociedade se encontrava.

Entretanto como nos elucidava Yazbek (2019), cada teoria social é um modo de abordar e explicar o real e, conforme Ianni (1989), não existe uma única leitura de questão social, existem diferentes interpretações. Logo, reafirmamos a importância de estudar este pensador social que possui centralidade para a organização da assistência social no Amazonas, na medida em que se sentia profundamente incomodado com as múltiplas desigualdades sociais existentes no Amazonas. Vale destacar que André Araújo participou ativamente dos debates e discussões da região, dialogando com outros pensadores e instituições, tendo uma forte influência no mundo social e político de sua época.

Sinalizamos que as interpretações de André Araújo referentes às manifestações da questão social serviram de base para o autor propor ao poder público o projeto de organização da assistência social e do serviço social no Amazonas e, por conseguinte, a criação de diversas instituições sociais. Essas instituições serão nosso objeto de estudo nos capítulos posteriores.

Como foi observado ao longo do capítulo, à medida em que o modo de produção capitalista se espalhou na Amazônia, trouxe consigo uma série de projetos de desenvolvimento da Amazônia. Entretanto, como se sucedeu e se sucede em todas as partes do mundo onde o capitalismo espalhou e espalha suas ramas, não existe desenvolvimento que não ocorra à custa de pobreza e desigualdades.

Em nosso estado não foi diferente. Após o declínio do sistema econômico da borracha, ocorre um intenso êxodo rural para a região, atraídos pelo “fausto” (Dias, 2019) e, com isso, tornarão o solo do Amazonas e de Manaus extremamente fértil para a emergência de uma série de expressões da questão social. A “ilusão do fausto”, como diz a autora, remete à ideia de desenvolvimento e progresso vendida pelo estado e pelas elites. Para os pobres, o fausto era uma ilusão. Com o enfraquecimento da economia da borracha, nós teremos a explosão de refrações da questão social, que embora não fossem assim interpretadas, ou seja, como fruto do desenvolvimento capitalista, eram frutos desse desenvolvimento, exigindo dinâmicas para seu enfrentamento.

CAPÍTULO II

SEMENTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS:

André Vidal de Araújo e a aragem do solo

2.1 O lançar das sementes: os caminhos de André Vidal de Araújo

Para entendermos como a assistência social desabrochou e floresceu no estado do Amazonas é necessário reconhecer que sementes foram lançadas por diferentes sujeitos históricos. Nessa dissertação, acentua-se a contribuição e o olhar visionário de um importante semeador nesse largo solo histórico do estado do Amazonas: André Vidal de Araújo, juiz de menores, pensador social, cristão e humanista¹⁵, dentre tantas outras adjetivações. “André Araújo surpreendia o meio intelectual de sua época justamente por isso: escrevia livros, artigos, sueltos e realizava ao mesmo tempo um patrimônio físico de igual humanismo” (Pereira, 1976, p. 91).

Como já pontuamos, empregamos o termo solo alegoricamente nesta pesquisa, caracterizando André Araújo, como um proeminente jardineiro que dedicou grande parte da sua vida na aragem do solo, plantação e adubação das sementes que fizeram brotar ações estatais de cunho social no Amazonas.

Nesse sentido, examinamos as instituições e iniciativas cultivadas por ele como ramos de uma grande árvore plantada nesse terreno que, diante de liames conjunturais contraditórios, cresceu e gerou outras sementes e frutos, sendo a política de assistência social um produto dessa árvore que floresceu, frutificou e se ramificou abrangendo nosso Estado. Embora solo possa remeter a algo estático, utilizando-se da licença poética, nessa dissertação, esse termo denota em nossa análise o contexto histórico e socioeconômico em que germinaram as primeiras ações sistemáticas para a institucionalização da assistência social no Amazonas.

Ao nos debruçarmos sobre a produção intelectual e social deste pensador, aproximamo-nos do pensamento social da Amazônia, revelando as interpretações sobre a região a partir de autores que vivenciaram a realidade regional e suas correlações com o restante do país. A partir de inúmeras perspectivas: histórica, antropológica, sociológica, econômica, literária. As interpretações sobre a Amazônia precisam ser reconhecidas enquanto constitutivas do pensamento social brasileiro.

¹⁵ O humanismo pode ser entendido como uma perspectiva filosófica e ética que coloca o ser humano no centro de suas preocupações. Os humanistas valorizam a dignidade, a razão, a justiça, a empatia, a liberdade e os direitos fundamentais. Valorizam o conhecimento científico e a educação como meios de promover o progresso humano e resolver os desafios enfrentados pela sociedade (Maritain, 2017).

Pinto (2015, p. 14) afirma que pensamento social é um modo de identificar a pluralidade do pensamento brasileiro, bem como as suas singularidades regionais. O autor evidencia ainda que “o pensamento social é uma construção histórica e coletiva”, logo os intelectuais são apenas “portadores” desses conhecimentos, a eles cabe a missão de investigar, sistematizar as ideias fundantes de um determinado povo.

Daremos ênfase ao pensamento, produções e trajetória de André Araújo, considerado um árduo e notável intelectual que colaborou sobremaneira no campo científico. Suas teorizações contribuíram para a formação do pensamento social nacional e regional. Como assinala Ferreira (2002, p. 17), “André Araújo situa-se como um intérprete da realidade brasileira, ancorando suas análises na realidade de sua região”.

A aproximação com o seu pensamento evidencia os encadeamentos que foram a base para a idealização e a implantação de um projeto estatal de organização da assistência e do serviço social no Amazonas. Designado para organizar a assistência social no Amazonas, tendo concretizado inúmeros projetos, programas e instituições na área social. Conforme Montenegro (1986), André Araújo era um estudioso, um pesquisador e um homem de fé. Para Ferreira (2002), ele era ao mesmo tempo um pensador e um homem de ação.

Importante reconhecer André Araújo como um sujeito histórico de ampla inserção em diversos segmentos da sociedade, destacamos alguns: Presidente da Sociedade Amazonense de Folclore; Presidente do Instituto de Direito Social (seção do Amazonas); Integrante do Corpo deliberativo da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra; Diretor Geral de Instrução Pública; Fundador e Diretor da Escola de Serviço Social de Manaus; Diretor do Centro de Estudos Portugueses da Universidade do Amazonas; Secretário de Estado da Educação e Cultura; Presidente do Conselho Estadual de Educação; Membro do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia de Letras do Amazonas; Professor e Reitor da Universidade Federal do Amazonas; entre outros (Pereira, 1976; Costa, 1995; Montenegro, 1986; Estradas, 2024a).

Exerceu ainda um mandato de Deputado Federal no período de 1951 a 1954. No ano de 1975 a Câmara Municipal de Manaus concede *in memoriam* ao Professor André Vidal de Araújo o título de Cidadão Benemérito de Manaus (Brasil, 2024). Portanto, conhecer sua trajetória familiar, acadêmica, profissional, política e religiosa possibilita um panorama das experiências e nexos desse intelectual com a Igreja, Estado, instituições sociais e suas intervenções diante dos problemas sociais de seu contexto regional, nacional e internacional.

Embora seja natural de Goiana (Pernambuco), foi no Amazonas que construiu e consolidou sua carreira acadêmica e profissional. Faleceu aos 77 anos, no dia 11 de março de 1975, na cidade de Manaus, provocando um intenso luto no seio da sociedade amazonense. Em uma manchete do Jornal

do Commercio intitulada: “O que foi Justo e Sábio”, escrita por Genesino Braga, podemos vislumbrar, o impacto das ações de André Araújo.

Não existe mais André Vidal de Araújo: o que mais amou e amparou e defendeu as crianças de cara suja desta terra; o que foi Juiz e proferiu sentenças sábias e humanas fundadas na razão direta e substancial das leis da consciência; o que legislou para o seu povo, pediu e debateu, no bem deste, leis de proteção à liberdade, leis garantidoras do teto e da integridade física; o que, mestre da alta cátedra, ensinou a Filosofia aos moços e transmitiu-lhes o conhecimento das transcendências do Transracional oscilando entre o mundo da fé e o da razão; [...] o que diariamente dava de beber aos passarinhos na sua varanda e de comer aos cães e gatos de sua casa; o que fundou instituições e escolas de assistência social; o que presidiu com sabedoria e austeridade a Academia Amazonense de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; o que dirigiu como pedagogo eminente a Secretaria de Educação do Estado, a Faculdade de Filosofia da Universidade e a Escola de Serviço Social; o que escreveu livros de sociologia, de pedagogia, de teologia, de biografia, de organização judiciária; e o que foi Bom, Justo, Sábio, Puro, Grande. – não existe mais! (Braga, 1975, p. 3).

Filho do jurista Francisco Pedro de Araújo Filho, que devido a questões políticas, migrou de sua terra natal para Manaus. Seu pai foi uma figura pública relevante que participou ativamente do cenário intelectual e político em nível nacional, ingressou na luta pelo movimento abolicionista no Recife. Considerado um dos fundadores da Escola Universitária Livre de Manaus. Evidenciamos uma nota do Jornal “A Lanceta”, referente ao aniversário de Araújo Filho: “O ilustre Sr. Dr. Francisco Pedro de Araújo Filho, lente cathedratico [*sic*] da Universitaria é um dos advogados mais competentes do Amazonas [...]” (Dr. Araújo Filho, [...], 1912, p. 1).

Autor de livros, artigos e folhetos, colaborador de diversas revistas e jornais de sua época, entre eles: A Notícia; O Amazonas; A Folha do Amazonas; Diário do Amazonas; Jornal do Commercio; O tempo; entre outros.

Araújo Filho possuía uma das maiores e selecionadas bibliotecas de Manaus, dentro de cujas estantes refazia-se e aumentava a erudição do intelectual. Nele, encontrava-se um mundo enciclopédico armazenado, pouco a pouco durante décadas. Lá estavam clássicos latinos e gregos, como juristas nacionais (Bittencourt, 1970, p. 58).

É nesta conjuntura efervescente e diante dessas influências que André Araújo vivenciou sua infância e juventude, o que naturalmente moldou seu pensamento e suas ações. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Amazonas no ano de 1921, sendo o orador de sua turma. O discurso proferido em sua colação de grau foi publicado em 1922. Neste manuscrito, o autor citou diversos autores e obras clássicas, entre elas, “A Dialética” de Hegel, “A crítica da razão pura e a crítica da razão prática” de Kant, Schopenhauer, Spencer, Darwin, Maquiavel etc. Segundo André Araújo (1922), esses pensadores eram mestres do direito e da verdade.

Em sua preleção destacou ainda Aristóteles como símbolo do saber, Augusto Comte

como referência de fé e “Ruy Barbosa como religião, pátria, justiça, liberdade, saber e expoente de tudo que é magnífico e que alvorece majestosamente: paz, gênio, verdade, amor e ciência” (Araújo, 1922, p. 31).

André Araújo afirmava em suas obras que já havia exercido a função de professor em colégios, seminários e faculdades na capital e nos interiores do Amazonas, lecionando diversas matérias: Filosofia e História da Filosofia; Literatura; Sociologia; Psicologia; Pedagogia e História da Pedagogia; Pesquisa Social e Organização de Comunidades em Serviço Social (Araújo, 2002).

No âmbito do poder judiciário no Amazonas exerceu cargos na promotoria pública, foi juiz de direito, trabalhando em inúmeros municípios. Durante o período que ficou nessas localidades ao lado de sua esposa – a professora Milburges Araújo, construiu inúmeras escolas em regime de mutirão em conjunto com os moradores e padres locais. Este trabalho ficou conhecido como “Cruzada pela educação”. Costa (1995, p. 114) salienta que “por onde passou, com a ajuda das comunidades, construía escolas, aproveitando para isso suas tardes livres e a disponibilidade dos moradores [...] implantou mais de 200 Escolas no interior do Amazonas, sem qualquer verba pública”.

Muitas das iniciativas realizadas por André Araújo tiveram participação integral de sua esposa, a Sra. Milburges Bezerra de Araújo. Renomada figura no cenário pedagógico de Amazonas, foi professora normalista e de desenho, assistente social e professora da Escola de Serviço Social de Manaus e da Universidade do Amazonas; trabalhou ainda como secretária do Círculo Operário de Manaus e do Instituto Montessoriano Álvaro Maia, além de ter assumido algumas vezes a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) seção Amazonas (Milburges Bezerra de Araújo [...], 1979).

Destacamos um artigo da Sra. Milburges Araújo, publicado na Revista de Serviço Social (1950), intitulado: O Serviço Social na proteção à maternidade e infância. Em seu texto, a autora assinala temáticas como problemas da criança, assistência a infância, ação social e serviço social, entre outros. Evidenciamos as reflexões da autora no que concerne às funções de assistente social:

O Serviço Social é desempenhado por assistentes sociais – pessoas habilitadas com elementos de anatomia, fisiologia, higiene e profilaxia, com curso de economia doméstica, puericultura e serviço social. Devem agir sempre com superior inteligência e discrição, tais são os assuntos extremamente delicados que terão a seu cargo, como a reconciliação de casais desentendidos, recondução de mães solteiras ao lar paterno, legitimação de filhos, legalização de situações equivocadas, procura de alimentos, etc., etc. É a conselheira, a amiga mais experimentada que fala à razão, aconselha, persuade, tratando a paciente de igual para igual, procurando encaminhá-la na senda do bem estar para si e seu filho. É a irmã que instrui, que ensina, ajuda e promove a ordem em sua casa, em caso de internamento e coloca bem os filhos do casal. Reconduz ao consultório pré-natal as gestantes faltosas para os cuidados de que carecem; traz as lactentes ao consultório de higiene infantil para que sejam acompanhadas no seu desenvolvimento, e as mães sejam orientadas na sua criação. Assistente social deve ser pessoa de coração, abnegada e desprendida no exercício do seu apostolado; deve conhecer todas as obras e institutos destinados a amparar a maternidade; a infância, existentes no seu âmbito, de forma a poder deles se servir inteligentemente [*sic*], na

solução dos diversos problemas que se lhe apresentarem (Araújo, 1950, p. 57).

Dentre as obras fundadas por André Araújo e sua esposa no âmbito do movimento da cruzada educacional, destacamos o Instituto Dr. Astrolábio Passos no município de Coari, no ano de 1928, com funcionamento diário, no período vespertino e noturno, com cerca de oitenta e três alunos matriculados, oferecia ensino gratuito, instrução popular e educação cívica. “Mantido exclusivamente pelo doutor André Araújo que de há muito tempo se vem batendo pelo desenvolvimento do ensino nesse estado” (O desenvolvimento da instrução [*sic*], no interior, [...], 1928).

Salientamos ainda o Instituto Araújo Filho e o grupo escolar “Carlos Pinho”, criados no município de Manacapuru na década de 1930, no período que o intelectual assumiu o cargo de Juiz de Direito do município. Além de professores dos estabelecimentos, André Araújo e sua esposa eram respectivamente diretor e vice-diretora; cada um era responsável por uma turma dividida por gênero (masculino e feminino). Devido ao cabedal intelectual de seu diretor, o educandário rapidamente ganhou reconhecimento, pois oferecia orientação educacional, teatro escolar, festas em datas cívicas (Pereira, 1976).

De acordo com o sítio eletrônico da Câmara dos Deputados (BRASIL, s/n); Pereira (1976); Ferreira (2002); Montenegro (1986); Costa (1995), André Araújo exerceu diversas atividades profissionais e cargos públicos. Organizamos um quadro com algumas de suas funções institucionais, conforme quadro 01.

Quadro 01 – Funções institucionais exercidas por André Araújo.

FUNÇÃO	MUNICÍPIO	ANO
Promotor Interino	Urucará	1919
Promotor Efetivo	Boa Vista do Rio Branco (RR)	1919
Juiz-preparador	São Paulo de Olivença	1922
Juiz preparador	Carauari	1924
Promotor público	Comarca de Maués	1925
Promotor público	Comarca de Manacapuru	1926
Juiz de Direito em Moura	Comarca do Rio Negro	1926
Juiz	Coari	1927
Juiz	Manacapuru	1930
Diretor Geral da Instrução Pública	Manaus	1934
Desembargador	Manaus	1944
Presidente do Tribunal de Justiça	Manaus	1946
Juiz Privativo de menores	Manaus	1935
Secretário de Estado da Educação e Cultura	Manaus	1965
Presidente do Conselho Estadual de Educação	Manaus	1964/1967

Fonte: Elaboração da autora.

Ressaltamos ainda a participação desse intelectual em diversificados cursos: Filosofia Tomista com os padres da Ordem dos Pregadores no Rio de Janeiro; Psicologia Evolutiva da Criança,

Teste Psicodiagnóstico Roschard, Aplicações de Testes Miocinético e Teste de Aplicação Temático com Emílio Mira y López, no Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) (Pereira, 1976).

Foi partícipe do cenário social e político, não apenas local, mas do Brasil e de países onde atuava como membro associado, entre eles: Associação Americana de Escolas de Trabalho Social; Universidade de Porto Rico; Associação Internacional de Juízes Menores da Hungria; Academia de Política Social e Ciência Social da Filadélfia; Academia de Política Social da Colômbia; Instituto Humanista de Paris; União Católica Internacional do Serviço Social de Bruxelas (Pereira, 1976).

André Araújo participava ainda de seminários, congressos voltados ao serviço social e à ação católica, tais como: Seminário de Legislação Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; II Congresso Pan-Americano de Serviço Social do Rio de Janeiro; Congresso de Educação Católica; Congresso Inter-Americano de Ação Social Católica; I Congresso Nacional de Serviço Social no Peru; I Congresso Brasileiro de Serviço Social; Seminário Pedagógico sobre Crianças Excepcionais; Congresso Nacional de Proteção aos Menores; Semana de Intelectuais Católicos; entre outros (Amazonas perde um sábio: André Araújo, [...], 1975).

Pereira (1976) por ocasião do 59º aniversário de fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), expôs uma biografia de André Araújo, oportunidade em que o homenageou destacando seu protagonismo para a intelectualidade amazônica. O autor salienta que André Araújo era membro da Academia Amazonense de Letras (AAL), patrono da poltrona nº 06 do IGHA.

O IGHA entendeu que André Araújo deveria ser colocado como modelo para a nossa intelectualidade, como protótipo para a nossa juventude, como exemplo de metre e cultor das letras e da sociologia, enfim, **como a personalidade mais marcante que passou por Manaus**, nestes últimos cinquenta anos (Pereira, 1976, p. 14 – grifo nosso).

No que concerne as correntes de pensamento que permeavam seu discurso e ações, ressaltamos as contribuições de Andrade e Oliveira (2023) que realizaram uma apreciação das correntes filosóficas que exerceram influência no pensamento social de André Araújo. O intuito dos autores não consistiu em elaborar uma análise filosófica das obras, mas em lançar luzes acerca de suas inspirações filosóficas, ou seja, realizar aproximações. Nas palavras dos autores,

Este exercício interpretativo, que pode parecer, de algum modo, uma invenção ou uma ousadia, também procura evitar a incidência em anacronismo em relação ao pensamento do autor, tanto quanto cair em rotulação artificial, sobretudo, porque André Vidal nunca se identificou ou foi identificado como filósofo no sentido próprio do termo [...] (Andrade; Oliveira, 2023, p. 112).

André Araújo “em nenhum momento toma intencionalmente os filósofos para sustentar seus argumentos. De modo geral, a argumentação vem descolada de uma explicitação direta do

filósofo [...]” (Andrade; Oliveira, 2023, p. 109).

Nesse sentido, os autores identificaram, a partir das leituras dos escritos de André Araújo, pensadores que influíram direta ou indiretamente em suas proposituras argumentativas. Entre os principais pensadores filosóficos encontrados nos textos de André Araújo destacam-se: René Descartes; Santo Tomás de Aquino; Erasmo de Roterdã; John Locke; Aristóteles; Auguste Comte; Jacques Maritain; Sigmund Freud; Cardeal Mercier, entre outros.

No que tange às influências filosóficas, salientam o pensamento cristão de matriz tomista e neotomista, o caráter antimoderno de sua filosofia e, por fim, uma interpretação filosófica que se aproxima do hegelianismo, pois subtrai o indivíduo das relações sociais que o condicionam, ou seja, o homem é compreendido como um ser individual e responsável por seus infortúnios e o Estado e suas instituições possui caráter divino, “associa o Estado à realização da eticidade¹⁶” (Andrade; Oliveira, 2023, p. 118).

O neotomismo é uma corrente filosófica que ressurgiu no início do século XX e que tem profundas ramificações na ética, na política e no campo social, servindo de base para a formação de eclesiásticos e leigos. Seus pressupostos fundamentais estavam centrados na justiça social e promoção do bem comum. Conceitos que deviam ser um imperativo moral para a realização de ações concretas destinadas a mitigar as desigualdades e garantir que todos tenham acesso aos recursos necessários para uma vida digna (Aguar, 2011). André Araújo era um grande propagador dessa filosofia, buscando construir a justiça social, defensor da dignidade humana e dos direitos fundamentais. O intelectual se esforçava em retirar do campo abstrato tal abordagem, tornando-a um roteiro para suas ações especialmente de cunho social, ou seja, era uma resposta aos desafios morais e sociais do seu tempo.

André Araújo é identificado como um teórico de referência para estudar sociologicamente a região amazônica. Suas obras se diferenciam fundamentalmente dos outros autores que pesquisam a região, por três motivos, respectivamente: pelo seu enfoque sociológico, pela influência da doutrina social da Igreja Católica e por ser um homem de ação (Ferreira, 2002).

Conforme André Araújo,

Não se pode negar que a Amazônia é um vasto conglomerado humano em miscigenação. Indígenas e caboclos, portugueses e nordestinos, na grande maioria. Impera também um mínimo de negros e amarelos. A Amazônia é o grande campo da mestiçagem com indígenas. Essa mestiçagem é a grande transferência da sexualidade das três raças imperantes: indígenas, portugueses e nordestinos (Araújo, 2003, p. 101).

¹⁶ Hegel fez uma distinção entre moralidade – que é a vontade subjetiva, individual ou pessoal, do bem – e a eticidade, que é a realização do bem em realidades históricas ou institucionais, que são a família, a sociedade civil e o Estado.

Outro ponto salientado por Ferreira (2002) refere-se ao fato deste pensador fazer parte de um grupo de teóricos que não possuíam formação específica nos cursos de Ciências Sociais, contudo, seu arcabouço teórico foi constituído de uma busca constante pelo conhecimento rigoroso das relações sociais e do funcionamento da sociedade.

Os escritos de André Araújo podem ser compreendidos à luz do desenvolvimento do pensamento social na Amazônia. Além disso, sua obra é um dos elementos constitutivos desse mesmo pensamento. A proposta de estudar sociologicamente a região surgiu pioneiramente com André Araújo, no livro *Introdução à Sociologia da Amazônia*, e nos fornece significativos indícios de que também o autor pode ser estudado e conhecido dentro do desenvolvimento da sociologia no Brasil (Ferreira, 2002, p. 36).

André Araújo foi um exímio literato. Escreveu um cabedal de artigos para revistas e jornais. Evidenciamos seus inúmeros artigos para a Revista de Educação da Sociedade Amazonense de Professores: A Escola Suave; A Philosophia da Creança; Os prêmios escolares ante a Pedagogia moderna; Inauguração da Escola Normal; Oração a Ruy Barbosa.

Autor consagrado de inúmeras obras, que abordam diversificadas temáticas: delinquência infantil; “desajustamentos e males sociais”; proteção à infância e à juventude; questão social; serviço social; assistência social; organização da classe operária; higiene mental; ação social católica. Em seus escritos, o autor não realiza uma mera análise das problemáticas, ele propõe ações que venham combatê-las. No quadro abaixo (quadro 2), estão as obras do intelectual que conseguimos levantar.

Quadro 2 – Obras e escritos de André Vidal de Araújo.

ANO	OBRA
1922	Discurso como autor da turma de bacharéis em Direito
s.d	Guia para comissão no juiz de menores
s.d	Nova organização da Justiça de Menores
s.d	Um Capítulo da Vida de Francisco Pedro d’Araújo Filho
1936	Pedagogia social de combate ao alcoolismo
1938	A função docente no Estado Novo
1939	O preventório como meio de assistência social
1939	A ociosidade e o furto na predelinquência infantil
1940	A prol da Infância
1940	Proteção à infância e a juventude no Amazonas de hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (1935-1940)
1940	Serviço Social: problemas sobre maternidade, infância, juventude, velhice, tuberculose, lepra e todos os desajustamentos sociais
1941	Organização da assistência e Serviço Social no Amazonas
1947	O sentido do preventório
1947	Estudos de Sociologia
1951	Bases Sociais da pedagogia curativa
1952	Ensaio de uma teologia política para transformação do mundo
1956	Introdução à Sociologia da Amazônia
1966	Predelinquência Infantil em Manaus.
1967	Estudos de pedagogia e Antropologias Sociais

1974	Sociologia de Manaus – aspectos de sua aculturação
------	--

Fonte: Elaboração da autora.

Dentre as obras do período, às quais não conseguimos acesso e logo não foi possível analisá-las, são: Guia para comissão no juiz de menores [193-]; Nova organização da Justiça de Menores [193-]; Pedagogia social de combate ao alcoolismo (1936); A função docente no Estado Novo (1938); O preventório como meio de assistência social (1939); O sentido do preventório (1947). Cabe reiterar que muitas destas obras são consideradas clássicas, estando arquivadas em algumas instituições como “Obras Raras”, tornando sua aquisição desafiadora.

Outros livros não foram lançados, mas os evidenciamos devido à amplitude de suas temáticas: Educação como plenitude humana; Síntese de Sociologia; Síntese de Filosofia; Traços sobre organizações de Comunidade; Noções de pesquisas sociais; Manaus: uma comunidade em mudança social (Amazonas perde um sábio: André Araújo, [...], 1975).

Em alguns de seus livros, André Araújo demonstra as ações empreendidas nos cargos e funções que assumiu, enfatizando dados estatísticos de atendimentos, relatórios e questionários. No livro “A ociosidade e o furto na predelinquência infantil” (1939), o autor se dedicou a investigar e analisar as causas que geravam a delinquência infantil, além de evidenciar o trabalho do Juizado de Menores. “Sempre a falta do que fazer, é motivo para levar meninos e jovens à delinquência e às contravenções. [...] O tempo, o espaço, - como é fácil verificar, - influem bastante para a ocorrência de certas e determinadas infrações” (Araújo, 1939, p. 5).

Na obra “Proteção à infância e à juventude no Amazonas de hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (05.10.1935 a 01.10.1940)”, publicada na década de 1940, André Araújo realizou um levantamento estatístico sobre as atividades efetivadas nas diferentes instituições sociais daquele período, voltadas para o amparo da infância, em especial o Juizado de Menores. Nas palavras do autor: “A instituição da jurisdição especial para menores de 18 anos é um dos maiores passos que a civilização tem dado, no campo da assistência social” (Araújo, 1940b, p. 3).

O livreto “Organização de Assistência e Serviço Social no Amazonas”, de 1941, é uma obra de grande notoriedade para nossa pesquisa e que será melhor detalhada no próximo sub-tópico desta dissertação. Foi nesta produção que André Araújo elaborou um plano de organização para a Assistência e o Serviço Social do Amazonas, por determinação do interventor federal Álvaro Botelho Maia.

Com o presente, tenho a honra de passar as mãos de V. Excia. o projeto de organização de Assistência e Serviço Social do Estado do Amazonas, para cuja incumbência fui designado por decreto dessa digna Interventoria, quando da minha recente viagem ao sul do País, como representante do Amazonas ao Primeiro Congresso Brasileiro de

Direito Social, realizado em São Paulo no mês de maio último (Araújo, 1941, p. 3).

Nesta obra, o estudioso apresenta as bases e fundamentos que considerava imprescindíveis para a efetivação do plano de assistência. Para o intelectual, a reforma social visava à adaptação das pessoas às configurações econômicas e sociais do período, visto que a sociedade amazonense se encontrava permeada por males sociais – nos termos do autor, por desajustamentos – os quais atingiam diretamente inúmeros setores, família, economia, educação, trabalho.

Todos nós constatamos e averiguamos um mal geral que socialmente ataca todos os homens, especialmente os da classe pobre. Diante dessa averiguação, devemos fazer o diagnóstico das causas, para, finalmente, aplicar a terapêutica. Tentaremos, dentro desse programa, traçar um rumo para o Estado do Amazonas, fazendo a: averiguação do mal, o Diagnóstico das causas desse mal social, e a aplicação da terapêutica necessária para a cura do mal (Araújo, 1941, p. 6).

André Araújo foi um homem público de grande relevância social, não apenas no âmbito governamental, teve forte atuação em obras assistenciais não estatais. Possuía ainda uma inserção em diferentes espaços de intelectualidade e instituições governamentais. Destacamos sua participação na direção da Cruz Vermelha Brasileira do Amazonas (CVBAM) e na Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

A Cruz Vermelha Brasileira iniciou suas atividades em solo brasileiro primeiramente através da criação da Sociedade da Cruz Vermelha, em 05 de dezembro de 1908 na cidade do Rio de Janeiro, seu órgão central. Após cumprir as exigências do Comitê Internacional de Cruz Vermelha foi autorizada a implantar associações por toda a federação brasileira. A “Sociedade Amazonense da Cruz Vermelha”, fundada em 07 de setembro de 1916 é considerada a 3ª filial do país. Organização humanitária e patriótica, colaborava com os serviços auxiliares da Defesa Nacional. Seus objetivos estavam voltados para prestar socorros e atenuar os sofrimentos humanos, como uma sociedade auxiliar aos poderes públicos (Cruz Vermelha, 1917).

Destacamos a participação de André Araújo como diretor da CVBAM, nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, apoiando os feridos e filhos dos expedicionários da Força Brasileira. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi uma delegação militar enviada pelo Brasil à Europa para se associar às tropas dos países aliados contra as principais potências do eixo (Alemanha, Itália e Japão). Para obter recursos financeiros e assim prestar assistência e socorro aos seus associados e, de certo modo, aos necessitados sociais, a instituição organizava torneios esportivos, jantares, sessões de teatro, além de solicitar apoio aos comerciantes e aos sócios contribuintes. Trabalhou ainda em prol da proteção das crianças, das mães solteiras e pela merenda escolar (Cavalcanti, 1971).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi fundada no dia 28 de agosto de 1942, uma

iniciativa dirigida pela primeira-dama da época Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas. Possuía um elevado prestígio patriótico; no primeiro momento, seu objetivo consistia em amparar as famílias dos soldados que participavam do combate na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial. Todavia, a instituição passou ainda a oferecer assistência e amparo aos necessitados, prestando serviços de assistência social em colaboração com outras instituições.

No que concerne à LBA no Amazonas, cabe ressaltar que sua instalação aconteceu no dia 12 de setembro de 1942, tendo como presidente a Sra. Helena Cidade de Araújo, esposa do Dr. Ruy Araújo, irmão de André Araújo e naquele período Secretário Geral do Estado. Vale ressaltar que, nesta conjuntura de fundação, André Araújo, fazia parte do corpo dirigente da instituição e era responsável pelo setor de “Organização do Serviço Social” (Amazonas, 1942 *apud* Estradas, 2024b).

A LBA foi uma entidade marcada pela aliança histórica entre o Estado e a sociedade civil, voltada para efetivar ações de assistência que seriam efetuadas através de postos de puericultura, maternidades, lactários, creches e pelas comissões de visitadora, que realizavam visitas domiciliares. Conforme seu estatuto de 1942, suas finalidades precípua consistiam em: proteger a maternidade e a infância; favorecer o reajustamento de pessoas economicamente ou moralmente desajustadas; incentivar a educação popular, colaborando na criação e no desenvolvimento de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas; promover cursos e fazer divulgação em favor do progresso do serviço social no Brasil (Silva, 2020).

Em uma edição do Jornal do Commercio de 09 de fevereiro de 1947, com a seguinte manchete: “O GIGANTESCO PLANO DA L.B.A.: André Araújo, pontífice máximo da assistência social em nossa terra, fala de realizações em favor da pobreza”. André Araújo, como presidente, apresenta um plano de ações da L.B.A. para o Amazonas. Segundo o autor, a referida organização precisava encarar seriamente o problema da habitação da população pobre. Nas palavras do autor:

[...] nos casebres infamérrimos moram dezenas de milhares de mães pobres e crianças famintas, doentias, de pais que precisam de toda a espécie de assistência, desde o auxílio à alimentação ao auxílio ao conserto de barracas, com fornecimento de madeira e palhas para que no inverno a FAMÍLIA (unidade máxima, em essência, do que é maternidade e infância) seja defendida das intempéries mais dolorosas, e que arrastam mais acentuadamente a pobreza, ao sofrimento, fazendo-a dormir muitas vezes, em pé, encostadas às paredes do casebre ou sob alguma mesa, – lugares esses em que sempre chove menos, dentro de casa, no tempo das chuvas tremendas, demoradas e cruciante. (O gigantesco plano [...], 1947, p. 5).

Outros pontos são delineados por André Araújo, que assevera “[já] que não podemos fazer tudo o que devíamos fazer, façamos o que podemos realizar, no campo vasto que a LEGIÃO traçou para a sua obra social” (O gigantesco plano [...], 1947, p. 5). Descreve a necessidade da criação de pelo menos mais quatro lactários nos bairros pobres de Manaus, para a distribuição de leite, visto que

a alimentação era considerada crucial na primeira infância. Relata a implantação de um abrigo para lactantes, que já estava em andamento, para receber filhos de operários de 0 a 5 anos, sendo este considerado por ele um problema de urgência em Manaus. Destaca a fundação de uma maternidade para mãe pobre, com sala para gestantes, sala para puérperas, sala de partos, berçários, consultórios para atender diversas patologias, atendimento ginecológico, odontológico, laboratorial, entre outros. O projeto custaria cerca de dois milhões de cruzeiros.

No noticiário ressalta a construção de sedes para as comissões municipais, reconstrução de casas rurais, auxílios financeiros para as instituições particulares, implantação de uma Escola Doméstica e construção de um restaurante popular. O restaurante se destinava a atender especialmente os operários, fornecendo cerca de mil refeições diárias. Para a construção do restaurante, a L.B.A. teria que investir no máximo cem mil cruzeiros. O estabelecimento não poderia gerar lucro algum, porque “[...]o **lucro em serviço social só será colhido pelos que vierem e nunca pelos que hoje realizam a obra de assistência**” (O gigantesco plano [...], 1947, p. 5, grifo nosso).

O pensador defendia que para a realização efetiva de um trabalho de amparo à infância, a assistência aos pais era fundamental. “Os pais são sempre as maiores defesas dos filhos. O problema social do amparo à infância tem, nas suas raízes a questão dos pais envolvendo, desses, a saúde alimentação, habitação e a educação” (O gigantesco plano [...], 1947, p. 5).

Peremptoriamente, as propostas assinaladas por André Araújo no plano da LBA estavam em sintonia com as diretrizes do governo de Vargas¹⁷, em consonância ainda com as Constituições Federais Brasileiras homologadas nesse período. Em vários momentos, o intelectual ratificava a importância que estes documentos nacionais representavam. Nas palavras do autor, a Constituição de 1937,

Como um dos remédios a esse grave mal, a Constituição de 10 de Novembro de 1937 tem uma formula superior humana: assistência e proteção a família. Aí está um grande remédio para melhorar esse estado de cousas dolorosas. De certo, esta proteção trará grandes despesas e não poderá ser feita de momento, todavia, far-se-á aos poucos, depois que a União trace o plano de sua regulamentação (Araújo, 1940b, p. 22).

Pereira (1976) assinala que André Araújo participou de congregações religiosas da Igreja Católica, entre elas, a Ordem terceira de São Francisco, São Vicente de Paulo, Legião de Maria. Podemos dizer que essas foram a base para suas atividades sociais. Devido suas filiações devocionais,

¹⁷ Durante a Era Vargas (1930-1945), o governo brasileiro implementou uma série de ações significativas no campo da assistência social. Essas iniciativas refletiram uma tentativa de modernização da estrutura estatal e uma mudança na relação entre o governo e as entidades filantrópicas, marcando um novo momento no desenvolvimento das políticas sociais no país. Nesse contexto, foram criados diversos órgãos e instituições voltados para a assistência social, como o Serviço Social da Indústria (SESI).

recebeu formação para viver em espírito de pobreza, caridade e humildade, sendo reconhecido como um líder religioso, um católico atuante. Costa (1995, p. 113) reitera “André Araújo achava que a pobreza poderia engrandecer o homem se fosse vivenciada porque, em sua opinião, o poder e o dinheiro deformavam a personalidade do ser humano”.

No campo profissional, entre as várias funções que exerceu, destacamos sua vivência no Juízo Tutelar de Menores e Acidente de Trabalho do Amazonas, criado em 1935, pela Lei nº 18 de 21 de setembro de 1935, cujo objetivo primordial era dar assistência e proteção aos menores, ou seja, guiar e amparar a infância e juventude desvalida, oferecendo auxílio assistencial e material, assistência jurídica e formação moral. Podemos inferir que existia mascarada nessas práticas uma campanha dedicada a implementar um saneamento moral da infância e conseqüentemente de toda a sociedade, objetivando, então, um controle social sobre as classes subalternas e inserção no mercado de trabalho.

Nessa lógica, o Juiz de Menores tinha a obrigatoriedade de captar informações e esquematizar um quadro referente às condições psicológicas, social, econômica, biológica, de cada criança ou jovem atendido no Juizado. De acordo com o Juiz de Menores do Amazonas,

[...] cada menor que ingressa no juizado é rigorosamente observado e fichado, sendo medido antropocentricamente, testado por diversas maneiras, respondendo a diversos inquéritos e interrogatórios sobre suas tendências biológicas, sociais, psicológicas, fotografadas nos casos necessários, medicados, examinados pela professora, etc., etc., [...] Cada moço que ingressa no juizado deixa seu retrato moral, espiritual e físico registrado em mais de trinta livros especiais, de onde são colhidos todos os dados relativos à sua família, alimentação, vida infantil e adolescente; vida sexual, vida social, tara, tendências, vocações, vícios, hábitos, defeitos, virtudes, hereditariedade, etc. (Araújo, 1940b, p. 7).

Durante pesquisa documental aos diários oficiais do Amazonas referentes ao período de 1930 a 1950, realizada principalmente no Instituto Durango Duarte que permitiu acesso aos seus materiais, verificamos que durante a década de 1940, semanalmente era publicada nos diários uma página específica do Juizado Privativo de Menores, denominada de “Conselho de Assistência e Proteção aos Menores” (Figura 01), contendo artigos, notícias sobre a infância no âmbito nacional e regional e informativos sobre as atividades exercidas pelo referido órgão.

Figura 01 – Conselho de Assistência e Proteção aos Menores.



Fonte: Amazonas, 1944b.

Indubitavelmente André Araújo carregava um sentimento missionário, uma necessidade de salvaguardar a infância e juventude do Amazonas. Conforme o intelectual,

Não existe responsabilidade penal para o menor que comete um fato considerado delituoso. Para tal menor, cabe um esforço pela sua reeducação, seu reajustamento ao equilíbrio mediano dos outros menores. O delito aí é somente um grito de alarme para os sociólogos, pedagogos, psiquiatras, juristas (Araújo, 1947, p. 193).

André Araújo, em muitos de seus livros, ressalta e descreve o esforço do Juizado de Menores do Amazonas na realização de obras que deveriam ser auxiliadas pelos poderes públicos federais no que se referem às problemáticas da infância, solicitando maior atenção por parte dessas autoridades, visto que era uma questão não somente local, mas nacional. Desse modo, os problemas expostos sugerem a criação de novas instituições sociais para combater os “desequilíbrios sociais” daquela época.

Conviria, portanto, a criação de pequenos parques, de campos infantis para esportes, de uma biblioteca para crianças, o que não seria difícil e nem caro para o Município ou para o Estado. Bem organizadas essas instituições, elas convertem menores em bons cidadãos, quer pelo aspecto físico, quer mental e moral. Adquirem bons costumes, e como crianças, eles começam a desempenhar o papel de pequenos cidadãos. E através dessas instituições infantis, muitas campanhas salutares podem ser feitas, como as de higiene mental, as de reingresso à escola (Araújo, 1939, p. 7).

Desse modo, o autor enfatiza em seus escritos as responsabilidades que o Estado deveria assumir perante as problemáticas sociais, tendo como prioridade, especialmente, as crianças, a educação e a assistência social. Nesse sentido, o autor assinala,

[...] terá o Estado de criar um sistema de controle que favoreça à pessoa humana, seu desenvolvimento biológico e psicológico, fornecendo-lhe meios de vida, de educação, de assistência, de proteção. E surgem as leis assistenciais para estabelecer o equilíbrio social em todos os seus pontos de vista [...] (Araújo, 1941, p. 9).

Para o intelectual, a assistência social se materializava através de serviços e instituições de amparo e proteção social. Deveriam ser lema das administrações públicas as palavras: Crianças; Educação; Assistência Social. Conclamava um esforço coletivo, “A imprensa, o povo, o governo, as instituições particulares, as escolas, as academias, o comercio, as indústrias, o operariado, todos concorrerem para a grandeza da política assistencial [...]” (Araújo, 1940c, p. 18). No que concerne às obras e projetos fundados e dirigidos por André Araújo, destacamos:

Quadro 03 – Instituições dirigidas por André Araújo.

Instituições	Função	Ano
Juizado de Menores	Realização de trabalho preventivo da infância;	1935
Instituto Melo Matos	Reformatório para meninos abandonados;	1939
Escola Premunitória Bom Pastor	Internato para meninas desamparadas;	1940
Creche Circulista Menino Jesus	Acolhimento aos filhos de operários;	1942
Escola e Oficina de Serviço Social de Manaus	Capacitação de profissionais para atuação no campo da assistência social	1941
Instituto Montessoriano Álvaro Maia / Laboratório Pedagógico da Conduta Infantil Araújo Filho	Atendimento a crianças com deficiências, surdas e mudas;	1943

Fonte: Pereira, 1976; Ferreira, 2002; Montenegro, 1986; Costa, 1995.

Existe um consenso entre alguns autores (Montenegro, 1986, Ferreira, 2002, Costa, 1995) quanto ao pensamento social e conseqüentemente as materializações realizadas por André Araújo. Estas provinham preponderantemente de influências que o intelectual recebeu da Doutrina Social da Igreja Católica. Esses autores defendem que as encíclicas papais – “Rerum Novarum” (1891), “Ubi Arcano Dei” (1922) e “Quadragesimo Anno” (1931) – além de diversos documentos eclesiásticos, como “O Código Social de Malines”, elaborado pela União Internacional de Estudos Sociais, sob a presidência do Cardeal Mercier em 1920, suscitaram profunda inspiração a André Araújo.

Estes escritos abordavam importantes pontos, como o homem, a sociedade, a família e a educação. Certamente, o Código de Malines, a filosofia tomista e a Sociologia Cristã permearam as produções e os pensamentos de André Araújo (Ferreira, 2002).

Ao adensarmos as investigações sobre este intelectual, verificamos que seu arcabouço teórico esteve permeado por ideologias e interpretações, que não eram propriamente do pensamento católico, pois este mesmo pensamento já estava impregnado por outras correntes. Neste período, o Brasil partilhava do ideário de modernidade, ou seja, de uma campanha patriótica voltada para uma política que lograva o desenvolvimento e o progresso da nação a partir de práticas sanitaristas, eugênicas e de higiene mental. Inspirado por essas concepções, André Araújo defendia a investigação detalhada dos

menores, de seus instintos, anormalidades e herança. Nas palavras do autor,

O exame físico revelará taras e anormalidades, inclinações, obsessões, tics [*sic*], desvios, recalcamientos, traumatismos físicos e morais, deficiências constitucionais, psicopatias, neuroses, psicoses, retardamentos pedagógicos etc. O que houver de mórbido na constituição hereditária, surgirá (Araújo, 1947, p. 177).

Destarte, estudos como de Aguiar (2012), Lima e Vallina (2017) e Vasconcelos (2017) revelam que o pensamento de André Araújo foi atravessado por outras correntes, dentre as quais destacamos o higienismo e suas diversas vertentes (eugenia, sanitarismo, puericultura). Com a leitura de suas obras, bem como dos documentos relacionados a ele, torna-se notório que o autor possuía ligações com esses ideários.

Mas esses meninos que vos falo, só podem ser curados na escola e só podem ser curados por mestres. Segregá-los de seu meio, para tentar uma cura, é erro grave, nós precisamos que eles permaneçam entre professores, no ambiente escolar que os prepare para a vida. **Se o governo pudesse ou quisesse deveria fundar uma Clínica de Higiene Mental nas escolas, Clínicas de Hábito, Clínicas Ortofrênicas** (Araújo, 1947, p. 131, grifo nosso).

André Araújo emprega, em seu discurso doutrinário e moralizador, concepções e termos como: cura dos males sociais; modelação do homem; reforma social e dos valores humanos; reeducação; reajustamento; readaptação; taras; tendências; correção do comportamento; entre outros. Tais conceitos demonstram a influência de correntes teórico-metodológicas permeadas por um viés segregador, intervencionista com forte apelo para um processo de depuração social, contudo em concordância com os preceitos e propostas do Pensamento Social da Igreja Católica correlacionados com as ideologias do Movimento Higienista. Para André Araújo (2002, p. 330),

As origens da chamada delinquência infantil são várias, e entre elas a hereditariedade, o alcoolismo dos pais, a sífilis, a transmissão de tendências criminosas, a frequência de anormalidades mentais e físicas [...], fator endócrino, os influxos de ambiente, o ambiente familiar mau, a imoralidade familiar, a pobreza, as ruas; [...].

Stepan (2005), assinala que os intelectuais latino-americanos compreendiam a eugenia como símbolo da modernidade, identificaram-na como instrumento da reforma social, concentraram suas preocupações peremptoriamente nas questões de ordem social e ambiental e de forma elementar nos aspectos biológicos. Todavia, estes construíram suas próprias ações eugênicas, incorporando-as em suas produções científicas e em suas vivências. A autora ressalta que abordar sobre a eugenia significava automaticamente pensar em evolução, progresso e civilização, conceitos que constituíam o imaginário nacionalista das elites brasileiras. Para alguns teóricos, a eugenia era interpretada como a “nova religião da humanidade”, tamanha a admiração e a crença que os “homens de ciência”

depositavam neste saber científico (Stepan, 2005).

O higienismo no Brasil abrangia um campo amplo de intervenções, voltados a mudanças de hábitos relativos ao cuidado com o corpo, de mulheres, homens, jovens, adultos e crianças e dos espaços, ou seja, cidade, moradia, escola, instituições. O objetivo não era eliminar os "incapazes" geneticamente, mas estabelecer lugares específicos para reformá-los. (Veiga; Faria, 1999).

As mudanças sociais, econômicas e ideológicas da sociedade brasileira criavam demandas que deveriam ser atendidas por um programa higienista/eugênico que precisava ser institucionalizado. André Araújo (1947, p. 116) em um de seus livros propõe um planejamento de atividades envolvendo a iniciativa pública e privada. Sob essa lógica, destacamos alguns serviços delineados:

4° - um SERVIÇO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, com centro de puericultura; casas de crianças; socialização cristã da escola; parques infantis, o que não são difíceis fazer-se; colônia de férias, [...], abrigos para menores abandonados, e delinquentes; escolas reeducacionais; clubes de menores; patronatos agrícolas; escotismo; bibliotecas infantis; escolas para débeis; escolas para cegos e surdos mudos (o que já existe)" (p. 114-115).

5° - um SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, propriamente dito, divididos nos seguintes bureaux: a) educacional e cultural (escolas, cursos, ensino religioso, bibliotecas, cinema educativo). 48 b) sanitário, compreendido em serviço hospitalar, domiciliar, atingindo tudo – doenças infecciosas, clínica médica, nervosas e mentais, venéreas, dentárias, etc. [...] (p. 115).

7° - um SERVIÇO DE HIGIENE com os seguintes bureaux: a) de construção de habitações para pobres (como L. B. A. tem); b) de educação sanitária; c) de alimentação para uma campanha de vida pelo povo; d) de higiene escolar e mental (p. 115).

Essas iniciativas pretendiam desenvolver um atendimento profilático que perpassava pela infância, adolescência, família, influenciando fortemente na formação de suas personalidades, fazia-se necessário, corrigir, orientar e moldar o psiquismo das classes subalternas, através de vários campos de intervenção. Estavam ainda em consonância com o ideário de proteção à nacionalidade, de combate aos vícios sociais e de progresso do país.

André Araújo defendia a construção de uma nova mentalidade e estrutura social, embasada pela Doutrina Católica e pelas outras correntes com ela vinculadas, tais como a eugenia. Para este fim, os "Centros Operários" foram de fundamental importância, pois eram espaços que tinham por objetivo formar e capacitar a elite católica para atuar no seio da classe operária, difundindo assim suas concepções, fortalecendo ainda seus elos de poder e controle.

Os círculos operários estavam em consonância com os preceitos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e com o pensamento da Ação Social Católica, instituições que pretendiam mobilizar os fiéis para lutarem contra as ideias comunistas e liberais. A entidade "não se limitou ao estudo teórico da questão social, mas criou, ainda, em 1932, quatro centros operários que buscavam formar

uma elite operária para trabalhar no meio do proletariado” (Wanderley, 2016, p. 20). O CEAS foi considerado o responsável pela criação e manutenção da Escola de Serviço Social de São Paulo,

Como já mencionamos, o Círculo Operário de Manaus foi criado no ano de 1939 e presidido por André Araújo. Sua indicação ao cargo foi feita pelo então interventor federal Álvaro Maia, o que demonstra e assevera a boa relação institucional que possuíam. O círculo era uma associação trabalhista que colaborava nas solicitações dos operários, se dedicava a prestar auxílios à classe trabalhadora, podendo ser considerado o predecessor da Previdência Social. “Os operários das fabricas de beneficiamento de castanha, borracha, sova etc. pagavam uma pequena contribuição mensal e recebiam pensão, assistência médica, aposentadoria etc. [...]” (Costa, 1995, p. 116).

A criação dos círculos operários partiu de uma demanda estatal, em consonância com as diretrizes do governo varguista, na medida em que se configuravam como um instrumento, uma política de controle dos sindicatos e trabalhadores. Em Manaus, o círculo recebeu do Estado prédios para instalação de sua sede e para a criação de creches, além de auxílio financeiro para a construção de vila de casas. De acordo com o interventor Álvaro Maia,

O Círculo Operário de Manaus, com 3.000 sócios, acha-se instalado na antiga Escola de Aprendizes Artífices, cedida especialmente pela Interventoria, a fim de atender a necessidade de organização operária e preparação de trabalhadores para a sindicalização preconizada pelo Ministério do Trabalho. São assistidos por médicos, dentistas, advogados, e gozam de proteção eficaz em todos os sentidos, orientados pelo próprio Juiz de Menores. Pretende instalar a Vila Operária Getúlio Vargas, com auxílio da Interventoria e da Legião Brasileira de Assistência, em terreno doado pela Prefeitura (Maia, 1943, p. 102).

No Círculo Operário de Manaus se reunia um grupo de estudos voltados aos problemas sociais que assolavam o Amazonas, tendo como fundador o próprio André Araújo. Diante dos levantamentos e reflexões realizadas pelo grupo e especialmente pelo seu dirigente, verificou-se a necessidade de criar instituições assistenciais que amenizassem a pobreza que se avolumava no período. Foi neste solo de observações que nasceu a primeira Escola de Serviço Social de Manaus. Voltada para combater os problemas sociais e efetivar o plano de assistência social do Amazonas.

Portanto, são essas relações sociais, políticas e institucionais que delinearam os caminhos percorridos por André Araújo na preparação do solo para germinar as primeiras sementes da institucionalização da assistência social e do serviço social no Amazonas. A referência às diferentes inserções sociais de André Vidal nos indica que sua formação é plural. Suas relações com diferentes segmentos denotam que ele, enquanto ser social, se construiu social e historicamente. Há diversas influências sobre ele. Para se tornar semeador da assistência social no estado, ele também se construiu como produto de um determinado meio social.

2.2 A Escola de Serviço Social de Manaus como preparação para materialização da assistência social

Foi nesse contexto de preparação do solo e semeadura das primeiras políticas de assistência social no Amazonas, que nasceu, no Círculo Operário de Manaus, em novembro de 1940 de modo embrionário a primeira Escola de Serviço Social de Manaus, sua fundação oficial ocorreu dois meses depois, ou seja, em janeiro de 1941, sendo considerada a 7ª Escola de Serviço Social criada em solo brasileiro (Andrade, et. al., 2023).

Este é um acontecimento importante para nossa região que precisa ser reconhecido, investigado e problematizado. Logo, faz-se necessário compreender as motivações e conexões entre André Araújo, a Escola e o Estado. “A fundação da Escola de Serviço Social de Manaus, no ano de 1941, foi um marco histórico para o Serviço Social do Estado do Amazonas” (Montenegro, 1986, p. 3).

Indubitavelmente, o surgimento do serviço social em nossa região está diretamente interligado ao processo de organização da assistência social. No Amazonas, o poder público teve uma atuação decisiva na fundação e institucionalização do serviço social; a criação do serviço social partiu das demandas da sociedade e dos interesses da Igreja, mas é sobretudo uma demanda do próprio estado. “Foi, portanto, a partir do Poder do Estado e para servir a este, que o Serviço Social teve origem no Amazonas” (Montenegro, 1986, p. 66).

Conforme André Araújo (2002, p. 104), “a miséria, a dor, a doença, a orfandade geraram o serviço social”. Logo, cabia ao Estado gerar um aparato assistencial e promover o equilíbrio social, por meio de serviços de assistência, educação, justiça, saúde. Nessa lógica, a assistência se tornava necessária para o enfrentamento das expressões da questão social, surgindo então como uma resposta funcional às demandas que o poder público precisava administrar, ainda que essas ações carregassem uma série de precariedades, contradições e estigmas.

Nas palavras do autor:

Os estudos demográficos, as investigações dos problemas sociais, os estudos dos casos e causas da inadaptção social, o estudo da técnica da assistência social, os estudos biotipológicos e os estudos de psicologia social e individual, são as fontes que deverão ser consultadas para uma melhor instalação do serviço de assistência social (Araújo, 1941, p. 10).

Para adentrarmos nas ponderações sobre os liames de criação, funcionamento e institucionalização da Escola de Serviço Social de Manaus, faz-se necessário refletir acerca dos conceitos de assistência social e serviço social propagados pelo seu fundador, o Juiz de Menores André Araújo, bem como compreender a conjuntura que atravessava a região naquele período.

André Araújo assinalava em sua leitura da sociedade diversos fatores que contribuíram para o desenvolvimento da miséria e, conseqüentemente, o agravamento da questão social. Ressaltava, entre elas, as dificuldades e desconexão das famílias, as disparidades sociais, a ambição e divinização das máquinas em detrimento dos homens, a luta contra as epidemias e os males sociais: sífilis, tuberculose, alcoolismo, desemprego, êxodo rural, prostituição, analfabetismo, delinquência, desabilitação, mortalidade infantil.

Para o autor, o Serviço Social se configurava por ser um conjunto de esforços voltados para o ajustamento dos indivíduos a condições de vida digna, sendo o assistente social o agente fundamental desse serviço.

Todo serviço social está fundamentado na dignidade da pessoa humana. Mas isso se limita a um trabalho social, assentado no princípio de que todos devem ajudar, a que os outros se ajudem a si mesmos. Serviço Social não é paternalismo. Não é dar; mas é fazer a que os outros se ajudem por si mesmos, pelo trabalho de educação, de levantamento do homem pelo técnico especializado em serviço social (Araújo, 2003, p. 350).

Para este fim, era imprescindível que o profissional de serviço social possuísse amplos conhecimentos referentes ao homem e à sociedade. “Assim se trata de um preparo especializado com estudos especializados. A assistência social, fique claro, é profissão essencialmente de personalidade” (Araújo, 1967, p. 272).

Um das principais lutas firmadas por André Araújo refere-se a proteção à infância e à maternidade, por ele consideradas como formas basilares da assistência social, que precisavam ser tratadas seriamente e quando necessário receber intervenções. Entre outras pautas priorizadas pelo jurista, destacamos, a assistência aos alienados e aos fisicamente incapazes para o trabalho. Que conforme o autor, eram questões de suma importância para o país. Em seus textos asseverava outros aspectos essenciais da assistência social: assistência sanitária; organização do trabalho; família; mutualidade cooperativa e seguros; eugenesia; proteção da infância e da maternidade; assistência aos alienados e aos fisicamente incapazes para o trabalho; urbanismo social; serviço social (Araújo, 1939; Araújo, 1940; Araújo, 1941; Araújo, 1947).

Na perspectiva do autor, essas ações só poderiam ser materializadas pelo serviço social por meio da assistência social. “O serviço social é uma atividade que pretende suprir, sanar e prevenir, por meio técnicos e métodos próprios, a deficiência e os desajustamentos individuais ou dos grupos sociais” (Araújo, 2003, p. 445).

Sendo assim, era necessária uma centralização e unificação dos serviços, além de uma administração racional do trabalho. O autor sinaliza subdivisões do serviço social, que eram

utilizadas em alguns países:

Serviço Social da Infância; Serviço Social da Tuberculose; Serviço Social das Enfermidades infectocontagiosas (difteria) etc.; Serviço Social Escolar; Serviço Social dos Hospitais; Serviço Social da Sífilis e enfermidades gerais; Serviço Social de Subsídios; Serviço Social de Caixas de seguros; Serviço Social das Fábricas; Serviço Social da Vivenda; Serviço Social da Nutrição; Serviço Social da Penitenciária; Serviço Social da Aplicação da legislação social; Serviço Social da Emendação de menores abandonados e delinquentes, etc. (Araújo, 1940c, p. 8).

André Araújo assinalava que diante dos desastres morais da sociedade, como já citados, a exploração do trabalhador, os problemas de habitação, as doenças e epidemias, entre outros, causaram preocupação e reflexão em figuras importantes, como a assistente social Mary Richmond, e os médicos franceses Albert Calmette e Emile Roux, os padres Armand Delille e Jean Viollet. Segundo o autor, essas pessoas realizaram grandes obras no campo social.

Todos esses de acordo com suas preocupações e atividades criavam um serviço social para sua função. Assim nasceram o Serviço Social de Hospital, o Serviço Social de Infância, o Serviço Social na Indústria, o Serviço Social de Menores, o Serviço Social de Tuberculosos, o Serviço Social de Leprosos, etc. [...] Hoje, o que se chama verdadeiro Serviço Social é uma técnica de caráter curativo, muito generalizada pelo mundo, com grandes figuras em todos os países civilizados (Araújo, 2002, p. 104).

O autor enaltece o trabalho pioneiro de Mary Richmond, considerando-a “verdadeira fundadora do Serviço Social científico, com seus métodos, especialmente o de Caso Social Individual e o de Caso Social de Grupo” (Araújo, 2002, p. 104). Assinalando em várias de suas obras a importância de estudar os métodos de Mary Richmond, pois, para ele, “[...] o serviço social é uma ação inteligente, em bem do próximo. Tudo deve ser honestamente feito. Tecnicamente planejado. Daí ser difícil e difícilíssimo o serviço social” (Araújo, 1967, p. 296). Conforme André Araújo, Mary Richmond, concebia o serviço social a partir de um olhar de prevenção,

[...] porque o serviço social não é policial, não faz denúncias, não aceita reclamações, não tem gestos violentos, não cisma, não implica, não é orgulhoso, não despreza, não humilha, não abastarda, não é soberbo nem arrogante. **Abeira a perfeição, é desinteressado, não tem inimigos, não faz juízos temerários, é caridoso, é justo.** Poderíamos chamá-lo de novo mandamento social (Araújo, 1967, p. 296, grifo nosso).

Percebemos que André Araújo equipara o exercício profissional de assistente social a um sacerdócio, uma entrega voluntária ao bem comum, um apostolado, sendo fundamental para exercer-la uma formação espiritual, integridade de caráter, capacidade criadora e resignação. “Essa profissão exige caráter próprio, maturidade de idade. **É uma vocação como a do**

verdadeiro professor, do verdadeiro sacerdote, do perfeito juiz. Profissão essa que visa o verdadeiro bem do homem (Araújo, 1967, p. 270, grifo nosso).

O autor adverte ainda que o assistente social necessita ter profundos conhecimentos da vida e do mundo social, em seus diversos aspectos: morais, espirituais e físicos. Sendo essencial para o profissional: “[...] inflexibilidade de espírito de justiça distributiva, comutativa e social, alto sentido de liberdade espiritual, decência no vestir, disciplina firme para si mesmo, a fim de que não caia em excessos da moda nem viva no meio mundano (Araújo, 1967, p. 270).

Para ele, a Escola seria o local de capacitação dos profissionais para operacionalizarem corretamente a assistência social. Segundo o intelectual, a assistência social deveria se dedicar a amparar, aliviar o sofrimento, as misérias e desgraças humanas.

É um serviço feito em favor das classes desamparadas. E é tão íntima sua função com a do estado moderno, que até com ele próprio se confunde. É a própria solidariedade humana, transbordando da caridade cristã, e feita em bases científicas, para o trabalho do equilíbrio social e melhoramento das condições gerais da vida, na luta contra a miséria, enfermidade, delinquência, abandono (Araújo, 1940c, p. 6).

A partir dessas observações é necessário compreender a conjuntura e perspectivas que levaram o então Juiz de Menores a criar a Escola de Serviço Social de Manaus. Ressaltamos que, no Brasil, este movimento de fundação das escolas já estava acontecendo. Ao fazermos breves pontuações cronológicas sobre a criação das primeiras escolas de serviço social, no cenário nacional e internacional, teremos a Escola de Filantropia Aplicada dos Estados Unidos, considerada a primeira escola de serviço social a ser criada. Fundada em 1898, estava vinculada à organização da caridade de Nova York. “Achavam que somente pela reforma social seria possível superar os problemas gerados pela industrialização” (Yazbek, 1980, p. 15).

A Sociedade de Organização da Caridade nasceu no final do século XIX, como uma forma de racionalizar a assistência e reorganizá-la em bases científicas, aliando os desígnios da Igreja, da burguesia e do Estado. Sabemos que historicamente as ações assistenciais estavam voltadas ao âmbito filantrópico. A partir do agravamento da luta de classes, as práticas assistenciais passaram a ser utilizadas como um instrumento de domínio e submissão da classe trabalhadora. Tal organização pode ser considerada a primeira proposta de prática para o Serviço Social. (Martinelli, 2011, p. 99).

Yazbek (1980) assevera que, diante da complexidade dos problemas sociais oriundos e agravados no contexto da revolução industrial, as iniciativas de assistência de cunho filantrópico tornaram-se insuficientes para atender as grandes demandas do período. Conforme a autora, “evidencia-se o fato de que não bastam boas intenções, mas que é necessário um

trabalho de assistência cada vez mais rigorosamente controlado e fundamentado em conhecimentos técnicos” (p. 15).

Segundo Ferreira (2002), André Araújo percebeu que o mundo amazônico estava passando por transformações que não estavam restritas a essa parte do Brasil, pois são constitutivas de processos mais amplos que têm seus efeitos locais. O intelectual acreditava que no meio social amazonense já estavam presentes os males que atacavam os grandes centros, as consequências negativas do mundo moderno estendiam seus braços, alcançando o Amazonas. O intelectual se comprometeu devotadamente a identificar e combater esses males sociais.

André Araújo assinalava que o serviço social no Brasil emergiu influenciado pela linha histórica francesa, ligada à Bélgica. Contudo, após a instalação no Distrito Federal do Instituto Social, ocorreu a aproximação com a linha americana. Segundo o autor, o serviço social brasileiro cresceu sob três fases:

[...] na 1ª, de 1932 a 1945. Nessa fase surgiram algumas escolas sociais: primeiro o Instituto Social da PUC, no Rio; depois, a de São Paulo, à da rua Sabará; mais tarde a de Belo Horizonte, Minas. Foi nessa fase, em 15 de janeiro de 1941, que fundamos a Escola de Serviço Social de Manaus. A 2ª fase histórica de 1945 a 1958, é a de preparação, de buscas, de anseios democráticos, de profissionalização, do desenvolvimento de técnicas, de novas orientações nas obras sociais, por pressão dos novos processos, da revalorização de nossas consciências e responsabilidades. A 3ª fase, que é esta que estamos vivendo, vem de 1958 aos dias atuais, e procura acertar melhor os métodos, estendendo melhor a compreensão, re-humanizando melhor os temas, dando mais rigor ao curso, melhor exigindo estágios, criando uma melhor consciência científica dos problemas sociais, realizando plena compreensão sobre as necessidades de pesquisas sociais e de técnicas mais modernas (Araújo, 1967, p. 285-286).

No contexto brasileiro, a primeira Escola de Serviço Social foi instituída oficialmente no ano de 1936, na cidade de São Paulo. Criada e mantida pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade fundada no ano de 1932 em São Paulo, sendo um seguimento da Ação Social Católica, que tinha como objetivo promover a capacitação de seus filiados através de uma formação doutrinária e do conhecimento sólido dos problemas sociais. Posteriormente no ano de 1937, foi estabelecida a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, vinculada ao Instituto de Educação Familiar e Social da Igreja, considerada a segunda escola de serviço social criada no país (Iamamoto e Carvalho, 2009; Sá, 1995).

Como já mencionamos, a Escola de Serviço Social de Manaus é considerada a 7ª Escola do Brasil e a primeira da região Norte. Foi criada em 16 de novembro de 1940, com fundação oficial em 15 de janeiro de 1941. Seu reconhecimento por parte do governo estadual foi em 01 de junho de 1945 e pelo governo federal em 07 de maio de 1957, após 16 anos de sua fundação

oficial. (Montenegro, 1986; Andrade, et. al., 2023)

Seu funcionamento se deu primeiramente em salas concedidas pelo Grupo Escolar Marechal Hermes, em seguida foi transferida para o prédio da Justiça Tutelar de Manaus. O Governo cedeu para sua locação o antigo prédio da “Escola Premunitória Bom Pastor”, contudo sua sede definitiva (Figura 02) foi construída na Avenida Getúlio Vargas, no centro de Manaus, após doação de um terreno pela Prefeitura, além dos auxílios recebidos pela Interventoria Federal, pela LBA e pelo comércio amazonense. (Montenegro, 1986; Andrade, et. al., 2023).

Figura 02 – Sede da Escola de Serviço Social de Manaus.



Fonte: Acervo João Bosco Araújo *apud* Duarte, 2009.

A inauguração da Escola foi um marco para Manaus, sendo noticiada nos jornais da época. Evidenciamos a edição do Jornal do Commercio de 01 de dezembro de 1940 com a seguinte nota: “Fundação da Escola de Serviço Social”. Conforme a notícia:

O juízo privativo de menores a cuja frente se encontra a atividade do Dr. André de Araújo, acaba de instalar a Escola de Serviço Social, com a finalidade de preparar alunos, com especialização prática e teórica, para a luta eficaz que se faz mister nos meios sociais contemporâneos. Modelada por idêntica escola de São Paulo, a Escola de Serviço Social terá dois cursos, ambos de seis meses, com aulas de trinta minutos de duração. Serão estabelecidas muitas vantagens para aqueles que tenham o seu curso, tanto no preenchimento de determinados cargos de saúde pública como no de outros que a interventoria breve vai estabelecer. Funcionara no salão da ordem dos Advogados, e sua matrícula será aberta amanhã, no Juízo de Menores (Fundada a Escola [...], 1940, p. 1).

Como sabemos, o fundador, diretor e mantenedor por décadas, aproximadamente vinte e sete anos da Escola de Serviço Social de Manaus, foi André Araújo e sua família, reconhecido como um espírito empreendedor e maior vulto da assistência aos desamparados da Amazônia.

A Escola era declarada como uma instituição particular e especializada na preparação e formação de técnicos em serviço social (Andrade, et. al., 2023).

André Araújo se declarava um autodidata em serviço social, um assistente social nato e assim era reconhecido. Informações do Jornal do Commercio, do dia 03 de janeiro de 1971, asseveram a formação do intelectual em Serviço Social. A notícia declara que o pensador tinha o curso técnico em Comunidade, “diplomado que é Assistente Social” (Cavalcanti, 1971, p. 7). Reiterando ainda: “André Araújo foi sempre um fascinado pela Educação e pelo Serviço Social. Aliás, como já referimos antes, diplomou-se, nosso biografado não somente em Direito, mas, também, como Assistente Social” (Cavalcanti, 1971, p. 7). André Araújo assim se identificava: “Assistente Social do Círculo Operário” (Amazonas, 1944a).

Essas informações certificam a responsabilidade assumida pelo estudioso, em aprimorar seus conhecimentos e as bases educacionais da Escola para uma melhor capacitação dos futuros assistentes sociais. “Temos pleno conhecimento de nossas responsabilidades, na preparação dos técnicos sociais. Tem-nos faltado, entretanto, um pouco de melhor compreensão nesse trabalho pelo bem de nossa mocidade e de nossa terra” (Araújo, 1967, p. 271).

Segundo o autor, a Escola de Serviço Social de Manaus objetivava proporcionar aos seus alunos: conhecimento prévio dos problemas sociais; técnica especial de trabalho; compreensão elevada da necessidade de coordenação de esforços. Além de promover aos seus alunos uma formação geral e sólida em serviço social, oferecendo conhecimento teórico e prático referente ao homem, a sociedade e seus problemas sociais. Dessa forma, os alunos eram preparados com uma técnica efetiva e com métodos de ação especiais.

A preparação pela escola dará ao indivíduo o senso, o tino da assistência social em seus problemas mais intrincados. Facilitará o conhecimento das crises familiares, estimulará um espírito de simpatia entre os homens dos quais nos aproximaremos melhor. Diagnosticaremos mais facilmente a miséria nos alimentos, habitações, higiene, roupas, educação, cultura, instrução profissional, vida familiar, cuidados médicos, diversões (Araújo, 1940c, p. 9).

Para o intelectual a formação adequada e qualificada para atuar no serviço social era fundamental. “Quem é portador do bem-estar social, precisa estar aparelhado em conhecimentos. Ser bom, atrair simpatias, saber fazer diagnósticos sociais de cada caso que se lhe apresente” (Araújo, 1940c, p. 9). Para este fim, o autor afirma a urgência da fundação de escolas de serviço social em todos os estados do país, com programas de estudos uniformes e com um bom quadro de professores. As escolas dariam aos alunos preparação técnica e prática adequadas, além do aperfeiçoamento do espírito de solidariedade, de caridade cristã.

Nas palavras de André Araújo (1947, p. 117-118),

Infelizmente ainda não se compreendeu o valor de uma Escola de Serviço Social. Volta-se a essa instituição, que há seis anos venho mantendo, o mais doloroso desprezo. Se não fosse a subvenção de quatro contos de reis que nos dá o Estado e o prestígio que nos oferece a L.B.A., já ela teria encerrado seu ciclo de ação. Com ótimos professores, - médicos, bacharéis e normalistas, - a escola vai tendo uma vida um pouco anêmica, apesar do interesse, no Sul do País, que ela se vota, pois é a única de Pernambuco para cá. Sem uma Escola de Serviço Social não é possível realizar-se um serviço social ou assistencial.

O autor asseverava que a criação das escolas de Serviço Social eram justificáveis, pois eram instituições que se destinavam à preparação indispensável de pessoas especializadas para atender em diferentes áreas do serviço social e da assistência social, preparando-as com um extenso conhecimento científico sobre o homem e a sociedade, capacitando-os com métodos especializados de ação. O assistente social, nas palavras de André Araújo (1967, p. 270),

Deve ter conhecimento das questões sociais, da psicologia social e individual, de medicina social, de sociologia de grupo, de direito social, de sociologia geral, de estatística, de higiene mental, de pesquisa social, de direito da família, enfim, de serviço social em todos os seus aspectos, especialmente de casos, grupos e comunidade.

Na concepção do autor, o serviço social possui uma função humana, tendo como finalidade sanar ou minorar os males sociais; exerce sua ação “[...] sobre a sociedade e instituições para normalizar a vida dos indivíduos, melhorando-os de condições, readaptando-os à vida normal da sociedade” (Araújo, 1940c, p. 28).

De acordo com Montenegro (1986), que é autora referência na análise histórica de criação da Escola de Serviço Social de Manaus – refletindo sobre seus cinco primeiros anos de funcionamento – o surgimento da Escola não é um acontecimento isolado, está relacionado ao contexto sociopolítico em âmbito nacional. De acordo com a autora,

A Escola de Serviço Social de Manaus surgiu para atender as necessidades regionais, mas sofreu influências das tendências políticas nacionais e do movimento mundial da Ação Católica. Nasceu, no momento em que idealismo e necessidade encontraram um ponto comum: o estudo do Serviço Social. A Escola foi o resultado da convergência de tendências nacionais com necessidades locais (Montenegro, 1986, p. 125).

Sabemos que a conjuntura de criação da Escola de Serviço Social de Manaus estava permeada por um bojo de contradições sociais decorrentes do declínio do período econômico da borracha, ou seja, as transformações socioeconômicas desse período agravaram diversas problemáticas sociais. A acumulação do capital gerou modernização e urbanização em Manaus

e, em decorrência, aprofundou a desigualdade social entre as classes. Era necessário encontrar formas de coordenar e amenizar os conflitos e tensões entre capitalistas e trabalhadores.

Como explica Montañó (2012), o capitalismo é um tipo de sociedade que, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, não enfrenta escassez de produtos, pelo contrário, é considerada uma sociedade de abundância. Mesmo assim, é um tipo de sociedade que não extinguiu de seu cerne a miséria, altos índices de pobreza convivem com altos índices de riqueza. Essa contradição é parte da natureza do modo de produção capitalista. Como Marx (2013, p. 721) constatou: “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria no polo oposto [...]”.

Em consonância com o restante do país, em Manaus, a Igreja e seus movimentos, como a “ação católica”, impulsionaram e delineararam muitas ações voltadas ao enfrentamento dos problemas sociais do período. É nessa lógica de atividades assistencialistas, direcionadas pelas encíclicas papais que objetivavam a restauração da ordem social e reconstrução da sociedade nos postulados da Igreja, associadas ainda ao poder público, que esses grupos dominantes almejavam instituir reformas morais e não transformações sociais.

André Araújo ressaltava que as mudanças sociais, os “males sociais” impactavam especialmente os grupos familiares. A família, como um dos campos prioritários de suas intervenções, é considerada pelo autor um grupo sagrado, contudo, conforme se contaminava pelos desajustamentos sociais, desmoronava-se moralmente. Para salvaguardar o núcleo familiar, o serviço social seria a terapêutica correta. “O indivíduo cada vez mais está se afastando dos grupos centrais, como a família. A industrialização do mundo afasta o indivíduo desses núcleos primitivos, para uma vida de standardização exagerada” (Araújo, 1940c, p. 12).

Este pensamento era defendido e propagado por André Araújo, para quem só era possível efetivar serviços de assistência se estes estivessem baseados nos pressupostos da Igreja, na recristianização da vida, nos princípios de ordem religiosa e moral; somente assim seria possível o estabelecimento do equilíbrio social, o reajustamento da sociedade. “As metas do serviço social são as metas fundamentais da vida cristã. São os exercícios práticos das bem-aventuranças eternas do Sermão da Montanha” (Araújo, 1967, p. 283).

A Escola de Serviço Social de Manaus possuía uma oficina de Serviço Social, um espaço que objetivava atender o público externo através de atividades pedagógicas que eram realizadas pelos próprios alunos da Escola. A oficina era administrada por uma assistente social e tinha como auxiliares uma equipe de “Visitadoras Sociais”. Esta era a profissional que desenvolveria ações do serviço social, atuando juntamente com o médico na assistência sanitária. Para o exercício de suas atividades precisava ser polivalente para ter seu poder de

penetração do serviço social. “Quanto menor é o seu número de especialidade, maior será a sua penetração no campo das necessidades” (Araújo, 1940c, p. 8).

De acordo com o regulamento da Escola, de 1941, para ingressar no curso de serviço social era necessário preencher alguns critérios como: ser maior de 18 anos e ter, no máximo, 45 anos de idade; comprovar ter boa saúde por meio de certificado médico; apresentar diploma de curso secundário ou formação geral; certificado de idoneidade moral (Araújo, 1947a).

Como já sinalizamos, segundo o autor, o curso de serviço social desenvolvia a capacidade do senso prático, oferecendo arcabouço teórico para uma compreensão integral dos problemas sociais, dentro do tetranômio: “ciências sociais, ciências jurídico-administrativas, ciências médicas, ciências psico-pedagógicas” (Araújo, 1940c, p. 10).

De acordo com André Araújo, a partir desse conjunto de quatro pilares principais, foram organizadas as matérias a serem ministradas no curso de serviço social. Como podemos verificar no quadro abaixo:

Quadro 04 – Disciplinas da Escola de Serviço Social.

Ano	Disciplinas
1°	Sociologia; Psicologia Social e Pedagogia Social; Biologia Aplicada à Educação; Higiene; Estatística; Economia Política e Social; Direito.
2°	Moral; Psiquiatria Infantil; Puericultura; Nutrição; Psicotécnica; Prática do Trabalho Social; Enfermagem.

Fonte: Araújo, 1941; Araújo 1940c.

No que concerne as matérias ofertadas na Escola, embora Montenegro (1986) assevere que as disciplinas ministradas eram em sua maioria de influência da doutrina social da igreja católica, estudos contemporâneos como os de Aguiar (2012) e Vasconcelos (2010) assinalam que o surgimento do Serviço Social em solo amazonense e brasileiro foi permeado pelas concepções do movimento higienista. As análises das matrizes curriculares dos primeiros cursos de Serviço Social em cenário regional e nacional atestam essas elucidações.

Aguiar (2012) ao realizar uma investigação das primeiras grades curriculares do curso de serviço social de Manaus, verificou nas matérias ministradas conteúdos inerentes as ideias higienistas. Tais evidências foram ratificadas posteriormente por Lima e Vallina (2017), que analisaram os Trabalhos de Conclusão de Curso (TTC) da Escola, no período de 1941-1946.

Vasconcelos (2010), nos indica a influência do movimento de higiene mental no conteúdo das escolas, especialmente nas escolas de São Paulo e Rio de Janeiro, relatando que no primeiro ano do curso havia disciplinas pertinentes à doutrina da Igreja, entre elas: moral geral, religião, círculos de estudos para formação individual e social. Além de disciplinas com

conteúdo identificado como pertencente ao movimento higienista, tais como, higiene e educação da criança.

Nessa perspectiva, o autor assevera,

[...] Chamou-nos imediatamente a atenção o volume de disciplinas e conteúdos claramente identificados com temáticas colocados pelo movimento de higiene mental, constituindo um fenômeno ainda não identificado pela literatura e historiografia do Serviço Social brasileiro. [...] O Serviço Social doutrinário católico brasileiro, inspirado diretamente no dos serviços sociais belga e francês, além de ter embutida uma influência higienista explícita e direta no currículo de suas escolas, através de um forte conjunto de disciplinas do curso de graduação, que apresenta clara correlação com parte significativa na plataforma do movimento de higiene mental, conteúdo este que é integrado de forma complementar e/ou subordinada à abordagem doutrinária católica na escola paulista. (Vasconcelos, 2010, p. 128-129).

Em consonância com os relatos de Aguiar (2012), Lima e Vallina (2017), Vasconcelos (2010) e Vasconcelos (2017), verificamos nos livros de Araújo (1940) que as disciplinas ministradas em Manaus no primeiro e segundo ano da escola incluíam matérias referentes à matriz higienista, sendo que, entre as disciplinas específicas relacionadas à religião, somente foi encontrada na matriz curricular do 2º Ano, no caso, a disciplina denominada de Moral.

A investigação dessas disciplinas reforça os estudos realizados por Aguiar (2012) e Lima e Vallina (2017), evidenciando que a matriz curricular do Curso de Serviço Social de Manaus em sua fundação demonstra a presença das concepções higienistas na formação profissional.

O Serviço Social – compreendido neste contexto como pertencente preponderantemente ao bloco católico – não estava isolado dos debates científicos, ao contrário, passou a incorporar muitos preceitos destas discussões. André Araújo, afirmava que o serviço social se originou da assistência sanitária, da assistência médico-social. Advindo dos hospitais, das clínicas, do trabalhos de profilaxia sanitária, dos “[...] que velam pela saúde humana e lutam para debelar as enfermidades sociais como o câncer, a tuberculose, a sífilis, o paludismo, – surgiu a medicina social e com ela os problemas sanitários, sociais e econômicos (Araújo, 1940c, p. 5).

Suas ações e atividades estavam permeadas pelo projeto higienista e suas diversas ramificações. O intuito de preservar a família, a moral, a ordem social, na verdade, faziam parte de uma organização de cunho nacional e mundial, que almejava o ideal de um “novo tipo de homem”, uma nova civilização. De acordo com Rizzini (2011, p. 248), “a repercussão das ideias eugênicas nos meios assistenciais é evidenciada pelos textos dos autores da época, inclusive de autoridades do setor público, como os juízes de menores das décadas de 1930”.

O serviço social, nesse contexto, atuava como um instrumento para promover o controle social, buscando normatizar os indivíduos em um padrão específico, muitas vezes em

conformidade com os preceitos morais e éticos defendidos pela igreja. Portanto, as ações realizadas tinham como propósito influenciar o comportamento das pessoas, remodelando a sociedade.

A manutenção da normalidade da ordem social requeria a abordagem e resolução dos ditos desajustamentos sociais. A pobreza era interpretada como um desajuste que precisava ser tratado e eliminado do organismo saudável da sociedade. O indivíduo (pobre), visto como responsável por sua própria situação, deveria passar por um processo de “refuncionalização” e ser “curado” de sua condição, como meio de restaurar a normalidade social (Siqueira; Alves, 2014).

Conforme a autora, as soluções para os desajustes se concentravam no foco da exclusão e reajuste do indivíduo por meio de abrigos, assistência e educação, visando protegê-los. Por outro lado, em certos contextos, ocorria a reclusão e a aplicação de medidas repressivas, como encarceramento e criminalização, com o objetivo de proteger a sociedade, estigmatizando como ameaça os considerados desajustados.

Para este fim era necessária a conjunção de várias instituições que se dedicavam a atender a população. A luta contra os “venenos sociais” estava firmada, apesar de suas verdadeiras intenções serem totalmente opostas aos preceitos humanitários (Vasconcelos, 2010).

André Araújo se dedicava a promover um crescente número de formações em Serviço Social, especialmente para atender as diversas comunidades próximas a Manaus e regiões da Amazônia. Segundo o intelectual, era importante que as assistentes sociais fossem habilitadas para atuar na sua área de vivência. Logo, precisavam ter conhecimentos sobre os problemas locais. Não recomendava a saída dos estudantes e profissionais para outros locais do país, dada a formação profissional voltada às particularidades da Amazônia. O autor considerava fundamental “[...] compreender que os que não tenham vivido os nossos problemas sociais, não poderão, com real compreensão e profundidade, enfrentar com precisão o tratamento dos fenômenos sociais de desajustamento” (Araújo, 1967, p. 282).

Ele defendia que a realidade social do Amazonas era diferente do restante do Brasil. Desse modo, a Escola de Serviço Social de Manaus possuía singularidades regionais, que precisavam ser reconhecidas. No primeiro momento, a escola foi criada seguindo os parâmetros da Escola de São Paulo, posteriormente a experiência o aconselhou a efetivar no Amazonas uma Escola Social que formasse assistentes sociais para a realidade local. Para isso, era necessário “evitar que daqui saiam moças para estudar fora e não mais regressem, ou se

desambientem com outro serviço social, que não seja verdadeiramente entrosado com a cultura da Amazônia” (Araújo, 1967, p. 280).

Perante estas considerações concernentes à Escola de Serviço Social de Manaus, podemos afirmar que a profissão foi pensada estrategicamente para dar materialidade à assistência social. Importante assinalar que, para André Araújo, tal profissão não poderia se efetivar sem critérios e parâmetros objetivos e bem delineados. Para exercer a profissão, era necessário ter atributos essenciais, características de personalidade que habilitava o indivíduo para essa função.

Quanto ao conhecimento, o serviço Social exige formação integral, especialmente moral, humana, social, econômica e cultural, e conhecimento de psicologia, de relacionamento, de comunidade, de grupos. Para isso tudo, emprega como meios, métodos especiais que englobam serviço social de casos, serviço social de grupos, serviço social de organização e desenvolvimento de comunidade (Araújo, 1967, p. 281).

O assistente social não era apenas executor de ações, mas um sujeito que refletia e interagia com o meio social, por isso, André Araújo se dedicava a proporcionar uma formação ampla, com espaços de aprendizagem teóricos e práticos e principalmente articulada a realidade amazônica, era necessário o conhecimento de inúmeros aspectos referentes as misérias e problemas humanos existentes na sociedade. Conforme o autor,

Bondade e justiça devem ser o lema de todo assistente. Tendo ele a consciência de que exerce sua função por delegação do poder público, basta que se veja o interesse que ele tem pela higiene das fabricas, na escola, na família, como ele intervém nas lutas pelos bons salários, pela paz social, pela compreensão entre patrões e trabalhadores, como a presença dele e necessária nos hospitais, nas penitenciarias, nos abrigos, nas agencias, nos consulados, nas organizações patronais, nos reformatórios de menores, nas fabricas, nos consultórios médicos, nos serviços de assistência a maternidade, infância, adultos, etc. (Araújo, 1967, p. 272).

No cenário descrito, a necessidade de atender a população de forma abrangente e eficaz exigia a colaboração de várias instituições. No próximo tópico, será apresentado o projeto de organização da assistência social e do serviço social no Amazonas, sistematizado por André Araújo (1941) em seu livro e apresentado ao Interventor Federal Álvaro Maia. Isso nos permitirá compreender como essas instituições trabalhavam em conjunto para enfrentar os desafios sociais e promover um certo bem-estar da população naquele contexto e época. “Serviço Social é uma forma de vida, mas de interiorização do que de exteriorização. Daí dizermos: quem não tiver dentro de si o que dar, nunca poderá dar coisa alguma, pois o vazio nada tem que entregar (Araújo, 1967, p. 297)”

2.3 Descortinando o projeto de Organização da Assistência Social e Serviço Social do Amazonas

Como amplamente mencionado, André Araújo carregava uma forte preocupação com o estado de miséria de sua época. Segundo o intelectual, dentre as causas dessa crise geral, que produziam desajustamentos sociais em diversas áreas, econômica, familiar, educacional, evidenciava: o liberalismo econômico; as ideias filosóficas extremas; o desemprego; a desmoralização dos costumes; o alcoolismo; o pauperismo; a injustiça social; a irreligiosidade das massas; o sensualismo da época; frouxidão moral dos pais (Araújo, 1940b; Araújo, 1940c; Araújo, 1941; Araújo, 1947).

Esses males sociais, esses “desajustes” precisavam ser combatidos, como condições essenciais para o progresso do país e assim se consolidaria uma reforma social. Para este fim, o intelectual compilou um plano de ação, ou seja, um plano de organização da assistência social para o estado do Amazonas, que respondia a uma solicitação e incumbência a ele conferida pelo Estado por meio do Interventor Federal Álvaro Botelho Maia.

Tal requisição se deu após sua participação e representação no Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, em maio de 1941 na cidade de São Paulo. Este encontro foi promovido pelo Instituto de Direito Social, tendo patrocínio do Governo Federal e demais governos estaduais participantes. “Para o Congresso de Direito Social, em São Paulo, sob o patrocínio do Exmo. Sr. Presidente da República, seguiu o Dr. André Vidal de Araújo, Juiz de Menores” (Maia, 1941, p. 60).

O plano de ação foi apresentado ao Interventor Federal em 19 de agosto de 1941, em uma obra denominada de “Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas – Projeto de ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO, Juiz de Menores”. Em novembro do mesmo ano, o projeto foi homologado e sancionado em Decreto-lei nº706 de 06 de novembro de 1941, criando o Serviço de Assistência Social do Estado do Amazonas.

Nesse momento, iremos realizar uma investigação, detalhamento e análise específica do projeto criado pelo pensador em seu livro e no próximo capítulo abordaremos o referido projeto transformado em decreto-lei, instituído pelo governo. De acordo com Araújo (1941, p. 3), o projeto apresentava as bases e fundamentos para alicerçar “os orientadores do serviço social, para aconselharem a realização de uma reforma social que venha definitivamente evitar os desajustamentos que flagelam a família brasileira”.

Nessa perspectiva, para André Araújo era necessário averiguar o mal geral que assolava a sociedade, especialmente a população pobre, gerando desajustamentos. Somente após acurada observação seria possível fazer o diagnóstico das causas e, por fim, aplicar a terapêutica correta para curá-los. Para ele, os desajustamentos são disseminados na sociedade e isso a corrói. Contribuem

ainda para isso os pensadores contrários à fé cristã.

A civilização está em crise. Isto é uma frase que todos dizem e todos sentem a sua verdade. Do esplendor a que chegamos, – **a decadência foi semeada** pelos Erasmo, Lutero, Locke, Rousseau, Voltaire, Marx, Comte, Nietsche e muitos outros, que são **responsáveis máximos pelo mal** que lançaram e cujos resultados estamos vendo. Houve como que um **trabalho de descristianização do mundo**, para que certas forças negras lhe pudessem traçar o destino maldito (Araújo, 1941, p. 7, grifos nossos).

O intelectual demonstrou nas primeiras páginas do plano que sua direção na construção do projeto e na materialização das atividades era de base espiritualista cristã. Podemos afirmar que, para o intelectual, é travada uma luta entre a anarquia do mundo e os pressupostos da Igreja, pois “[...] qualquer reforma social, fora dos ensinamentos cristãos, – não alcançará os seus fins humanitários, dentro da caridade divina” (Araújo, 1941, p.7).

Para o autor, direitos e deveres são prerrogativas inatas do homem. Os primeiros se relacionam com Deus, com o próprio homem e sua comunidade. Dos deveres nascem os direitos e estes devem ser respeitados pelo Estado, desde que se coadunem. A partir dessa lógica, são criadas as leis assistenciais, objetivando o estabelecimento do equilíbrio social, não apenas no âmbito público, mas também no privado, como nos casamentos, com a indissolubilidade do matrimônio e do pátrio poder. Para tanto, “terá o Estado de criar um sistema de controle que favoreça à pessoa humana o seu desenvolvimento biológico e psicológico, fornecendo-lhe meios de vida, de educação, de assistência, de proteção” (Araújo, 1941, p. 9).

André Araújo escreveu um tópico específico sobre “O princípio da autoridade”, asseverando a preponderância da autoridade do Estado, compreendido como um regulamento ordenador e centralizador para uma reorganização e reforma social efetiva. “O Estado exerce proteção, estende a tutela jurídica sobre todos e coopera com a sua assistência no desenvolvimento do trabalho” (Araújo, 1941, p. 10).

O autor asseverava que a assistência social estava intrinsecamente ligada à responsabilidade do estado. Ela não apenas complementava as políticas públicas, mas muitas vezes se confundia com a própria atuação do estado. Isso ocorria porque o Estado tinha a responsabilidade de proteger e promover o bem-estar de seus cidadãos. No contexto do Amazonas, essa interligação assumia um significado particularmente importante, dado o vasto território e a diversidade de desafios enfrentados pela região.

A organização da assistência social no Amazonas precisava levar em consideração as necessidades específicas da população local, incluindo questões de saúde, educação, justiça, habitação, cultura, proteção a crianças, idosos, dentre outros. André Araújo em suas produções

expressava a necessidade de investigar as expressões da questão social dentro das particularidades regionais do Amazonas. “A organização dos serviços sociais do Estado do Amazonas, visando melhor rendimento assistencial ao homem da planície, deve caracterizar-se pela direção que os serviços tomarem” (Araújo, 1941, p. 4).

A análise de conjuntura por ele realizada e sua vasta formação humana foram pilares fundamentais para a estruturação do projeto de assistência social no Amazonas. André Araújo advertia: [...] aos dirigentes brasileiros cabe a espinhosa tarefa de orientar uma reforma social capaz de integrar o nosso povo nas realidades do seu verdadeiro destino” (Araújo, 1941, p. 5).

O autor assinalou que, para a criação do projeto, pesquisou as mais célebres autoridades em assuntos assistenciais e para uma real efetivação do projeto adotou, como já mencionamos, o sistema alemão d’Elberferd de Daniel Von Der Heydt¹⁸, cuja base era a junção da assistência pública com a particular, com o intuito de não sobrecarregar o orçamento estatal. A unificação das instituições cooperaria para o reajustamento dos desequilíbrios da sociedade. A iniciativa particular possuía uma função colaborativa e precisava ser incluída no plano de assistência do Estado (Scherer, 2016).

Nesse processo minucioso de estudos dos problemas sociais e ao analisar as práticas bem-sucedidas nos estados do Norte, Nordeste e Sul, inspirado ainda pelo estudioso Carlos Miguel Delgado de Carvalho¹⁹, o autor asseverava: “O que vi e observei, daqui até São Paulo, Estado por Estado, Capital por Capital, – foi o que pude verificar como o melhor e mais aconselhável para o nosso Estado” (Araújo, 1941, p. 16). Do estudo feito pelo intelectual de seu meio social, estabeleceu então sete desajustamentos que sistematizavam seu plano de ação.

Segundo André Araújo, o estado de miséria social nos tempos modernos se acelerava, o meio social estava se desagregando, ocorria um aniquilamento moral. Esse estado precisava ser modificado, era preciso combater suas raízes, pois esses males sociais infestavam a sociedade e geravam os desajustamentos. Logo, “[para] evitar o desmoronamento total, só uma organização perfeita do serviço social” (Araújo, 1941, p. 11).

Conforme o autor, as organizações sociais deveriam ser distribuídas conforme os sete desajustamentos: Desajustamento da Saúde; Desajustamento da Cultura; Desajustamento de Amparo: infância e velhice; Desajustamento dos Sentidos: cegueira, surdo-mudos; Desajustamento do Espírito: alienados e retardados; Desajustamento da Condição: pauperismo e miséria; Desajustamento da Conduta: crime e delinquência (Araújo, 1941).

¹⁸ Considerado pioneiro na estruturação de uma assistência social organizada, articulando a assistência pública e particular. Dedicava-se ainda a estudar a situação do proletariado. Desenvolveu um sistema de assistência social como parte integrante de uma ação governamental, denominado de Sistema Elberfeld (Sales, 2012).

¹⁹ Foi um renomado intelectual brasileiro, autor de importantes obras nos campos da Geografia, Sociologia e História.

Ressalta-se que o uso do termo “desajuste” dentro do contexto da pobreza e suas implicações reforçam questões intrinsecamente ligadas a uma visão funcionalista e positivista das disparidades sociais. Mais do que apenas abordar questões morais e comportamentais, a noção de desajuste nos remete a uma perspectiva que historicamente permeou o Serviço Social e que, como já discutido em uma seção anterior desta dissertação, revela influências conservadoras que tendem a mascarar as contradições inerentes à relação entre capital e trabalho (Martins, 2021).

Conforme André Araújo (1941), os desajustamentos deveriam ser objeto de intervenção da assistência social, a qual se materializaria a partir das ações do Estado e também de organizações particulares, dadas as limitações de ação do poder público. O autor sistematizou no plano uma ampla rede de instituições e serviços de colaboração mútua entre as entidades públicas e privadas, com o intuito de não acarretar uma carga significativa de despesas ao orçamento do Estado. “O meio amazônico já reclama sua defesa por uma lei salutar que organize o seu serviço social, dentro dos moldes mais modernos do direito assistencial e da maneira mais econômica possível” (Araújo, 1941, p. 12).

Para a efetivação do plano era imprescindível a criação do “Departamento do Serviço Social”, que tinha como finalidade o estudo e defesa do ensino especializado de Serviço Social, a este departamento ficariam subordinadas as Escolas de Serviço Social, tendo como diretor técnico para instruções e orientações o próprio Juiz de Menores: André Araújo.

O referido Juiz defendia veementemente que era imprescindível a presença de profissionais qualificados para efetivar essas ações e enfrentar os desajustamentos na sociedade: o assistente técnico de Serviço Social. Assim sendo, caberia a esse profissional,

Para combater os males sociais, só organização dos estudos de Serviço Social nos hospitais, nas creches, nos centros de saúde, nas escolas, nas bibliotecas, nos arquivos públicos, nas usinas, nas fábricas, na justiça, nas secretarias, nos escritórios, nos internatos, nos aprendizados, nos patronatos, nos parques infantis. Onde houver necessidade de serviço social, só a técnica do mesmo serviço social preencherá a falha, porque ela resolve todas as questões e está orientada em tudo, para atender a todas as necessidades. O assistente técnico de Serviço Social estuda biologia, sociologia, psicologia, pedagogia social, economia social, psicologia social, escrituração, serviço social, técnica do serviço social, moral, direito criminal, direito civil, enfermagem, higiene geral, higiene escolar, puericultura, alimentação dietética, estatística, fichários, prática de relatórios, psiquiatria forense, código de menores. Se bem que ele não saia da escola com as noções fundamentais dessas matérias, mesmo assim, ele está sempre em melhores condições para atender ao serviço, que qualquer outra pessoa (Araújo, 1941, p. 15-16).

Para o intelectual, a Assistência Social e o Serviço Social eram indissociáveis, sendo a terapêutica imprescindível para a cura das “infecções” no organismo social, considerava-os a salvação. Em seu plano de ação delineia a implementação do: Serviço de Assistência Social; Serviço

de Assistência e Proteção aos Menores; Serviço de Proteção aos desvalidos – dos mendigos; Serviço de proteção aos trabalhadores; Serviço de proteção aos egressos de educandários emendativos, de estabelecimentos penais, reeducacionais, hospitalares etc.; Serviço de Proteção e amparo a família.

O Serviço de Assistência e Proteção aos Menores seria efetivado conforme o Código de Menores do período e suas leis subsequentes. Todos os serviços e instituições voltadas a esse âmbito ficariam sob responsabilidade do Juizado de Menores e seu Juiz privativo.

O Serviço Social de assistência e proteção aos egressos de educandários emendativos, de estabelecimentos penais, reeducacionais e hospitalares ficaria sob responsabilidade da Justiça Tutelar de Menores em conjunto com o Conselho de proteção aos Egressos, formado por diversos representantes, entre eles, o Juiz da Vara Criminal, Chefe de polícia, Diretor da Casa de Detenção e o Conselho Penitenciário Estadual. Este serviço se estenderia às famílias dos detentos, aos indivíduos que fossem arrimo de família e especial aos filhos menores de idade, estes sendo legalmente reconhecidos ou não. No caso do sentenciado possuir filhos abandonados, caberia ao Juiz Criminal providenciar a internação do menores.

A cargo da Justiça de Menores ficaria também vinculado o Serviço Social de assistência e proteção a família, caberia a esse serviço: realizar pesquisas sociais concernentes às necessidades das famílias atendidas; coordenar as iniciativas públicas e privadas voltadas ao amparo social à família; efetivar uma política demográfica preventiva que protegesse a natalidade e socorresse as famílias numerosas; efetuar uma profilaxia social da prostituição; conceber uma dignificação social, moral e cristã das mulheres vítimas de abusos sexuais. As ações propostas por André Araújo demonstram a abrangência de sua leitura social; o pensador sistematizava iniciativas que buscavam alcançar as principais problemática de seu tempo.

No que tange ao Serviço Social de Assistência aos Trabalhadores, este seria executado pela Justiça de Menores, de duas formas distintas: os trabalhadores menores de idade ficariam sob responsabilidade do Juizado de Menores e os outros trabalhadores estariam subordinados ao Juízo de Acidentes do Trabalho.

O intelectual asseverava que o projeto “[...] orientará toda a assistência e proteção social no Amazonas, organizando programas para isso e harmonizando a ação social do Estado” (Araújo, 1941, p. 21). Por ora, nesse item, iremos nos ater ao detalhamento e apreciação do esquema de organização da assistência social apresentado em seu plano de ação.

Figura 03 – Organização da Assistência Social no Amazonas.



Fonte: Elaborado pela autora, com base no projeto de André Araújo (1941), 2023.

A figura 03 apresenta os sete grupos de desajustamentos sociais estruturados por André Araújo em seu esquema do projeto de assistência social no Amazonas. Eles abrangiam todas as organizações sociais públicas e privadas que existiam ou que deveriam ser criadas no Estado do Amazonas. Nas palavras do intelectual, “[...] ao Estado, cumpre amparar e proteger os desprotegidos, os necessitados, os desajustados, socialmente falando (Araújo, 1941, p. 25).

Dentro dessas categorias, as instituições e serviços ficariam subordinadas ao Conselho Técnico de Assistência e Serviço Social, um órgão de extrema relevância, sendo consultivo e auxiliar na administração das ações, presidido por uma diretoria eleita por voto secreto, por um período de dois anos, com um presidente e dois secretários, composto ainda “por membros natos que serão todos os chefes e diretores de serviços públicos ou particulares que tenham, direta ou indiretamente, relação com assistência social, proteção, amparo, defesa de homem e da sociedade” (Araújo, 1941, p. 28).

Sua sede ficaria instalada na capital, onde o Secretário Geral determinasse, contudo os serviços se estenderiam aos municípios amazonenses. Para a efetivação da obra de assistência social nos interiores, os prefeitos municipais separariam verbas orçamentárias para estes serviços, além de receberem auxílio do governo do Estado.

As comissões técnicas nos municípios teriam regulamento próprio; este teria que ser aprovado pelo Conselho Técnico da Capital. Sua composição seria formada por presidente, secretário e tesoureiro. Podendo ser criadas se necessário subcomissões, contendo: juízes de direito e municipais;

promotores de justiça; delegados de polícia; prefeitos; diretores de grupo escolares; professores; médicos; coletores estaduais. “Cada Município deverá ter sua obra assistencial promovida por sua comissão, com a colaboração do povo, comércio, indústrias e classes laboriosas” (Araújo, 1941, p. 36).

Caberia ao Conselho de Assistência receber e direcionar as verbas e doações para a assistência e distribuir subvenções e auxílios do poder público às organizações da capital, interior, públicas e particulares, bem como, desenvolver investigações, orientar e realizar o “tratamento” necessário às problemáticas sociais, emitindo relatórios, pareceres e deliberações concernentes ao campo da assistência, com organização das ações e propaganda das atividades. De acordo com o artigo 6º, ao Conselho competia:

- a) fiscalizar e controlar os atos da DIREÇÃO TÉCNICA;
- b) sugerir ao Governo as medidas necessárias para a proteção, amparo e defesa do homem desajustado e da sociedade;
- c) auxiliar o Diretor Técnico, nas suas múltiplas obrigações;
- d) atender as convocações do Diretor Técnico, para as resoluções a tomar sobre os casos individuais, sociais que surgirem (Araújo, 1941, p. 28).

Subordinada ao Conselho ficaria a “Direção Técnica”, que teria como diretor técnico o próprio Juiz de Menores. “O serviço de Assistência social será dirigido pelo Juiz de Menores como Diretor Técnico, sob controle do Conselho Técnico de Assistência e Serviço Social do Amazonas” (Araújo, 1941, p. 28). A Direção Técnica estava sujeita ao controle do referido órgão, onde todas as instituições, escolas, institutos e departamentos tinham voz ativa, contribuindo para determinar a direção segura e baseada em princípios cristãos dos serviços sociais no Amazonas. O Diretor Técnico teria ao seu cargo a administração geral dos serviços, tais como, correspondências, representações, recebimentos, pagamentos, compras e demais atos.

André Araújo (1941) sugere e afirma que a Direção Técnica poderia ser administrada pela própria Justiça de Menores, com seu juiz e funcionários. Justificando que o Juizado já era uma repartição organizada e responsável por praticamente todo o serviço de proteção e assistência à família abandonada, infância e adolescência, “bem como o serviço de orientação da conduta dos menores, da reconciliação dos casais desarmonizados, de fiscalização do trabalho de menores nas fábricas, do serviço geral de acidente do trabalho, etc.” (Araújo, 1941, p. 22).

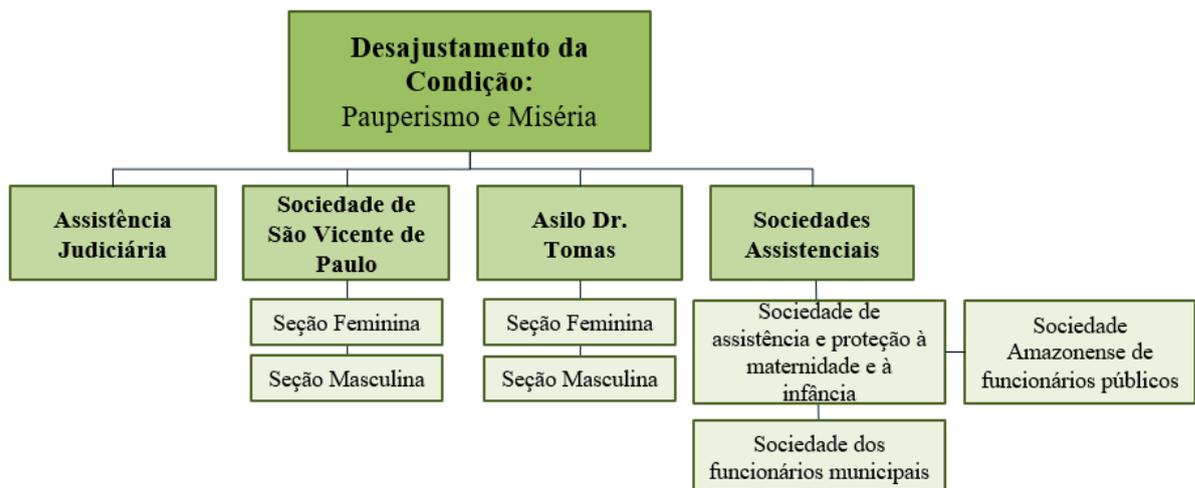
Essa sugestão feita pelo intelectual demonstra seu interesse precípuo com a efetivação do plano. Ele deixa claro que, caso o Estado não possa criar uma diretoria para esta finalidade, o Juízo de Menores poderá se encarregar dessa função, sendo necessário apenas dois datilógrafos para os serviços internos, que poderiam ser realocados de outras repartições, minimizando custos (Araújo,

1941). A proposta de André Araújo visava a eficiência na implementação de ações de assistência social e serviço social no estado, com foco na colaboração, otimização dos recursos existentes e responsabilidade coletiva para promover o bem-estar e proteção social à população. Isso assevera sua preocupação em manter a eficiência operacional sem onerar os cofres públicos.

Entre os delineamentos descritos no plano, salientamos a criação de um livro especial para registro e matrícula das instituições particulares de assistência existentes no Estado, estando elas ou não inscritas no plano geral. Segundo o documento apenas as associações de assistência devidamente matriculadas poderiam receber apoio financeiro público (federal, municipal e estadual). As instituições matriculadas iriam pagar no momento de seu registro o valor na época de 20\$000 Réis, esses valores arrecadados seriam revestidos em fundos de reserva para o Serviço de Assistência. Para efetivar a matrícula era necessário encaminhar “[...] um requerimento à diretoria técnica do Serviço de Assistência Social, juntamente com uma cópia dos estatutos, um pequeno histórico das instituições, com movimentos estatísticos [...]” (Araújo, 1941, p. 30).

Dentro da perspectiva de prestação de serviços sociais e com o objetivo de resolver as problemáticas relacionadas ao pauperismo e miséria, André Araújo estabelece no plano o “Desajustamento da Condição” (Araújo, 1941), indicando para este propósito várias instituições que tinham a finalidade de combater as desigualdades sociais da época. Essas entidades se dedicavam a oferecer serviços de necessidades básicas às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Figura 04 – Desajustamento da Condição.



Fonte: Elaborado pela autora, com base no projeto de André Araújo (1941), 2023.

O “Desajustamento da Condição” (Figura 04) integrava os serviços de proteção aos desvalidos. Direcionado a todas as pessoas desprovidas de recursos, que se necessário poderiam ser recolhidas em instituições públicas ou privadas, a elas seriam oferecidos alojamento, vestuário,

orientação moral e espiritual. André Araújo evidenciava que o indivíduo retido passaria por avaliação através de exames para classificar sua invalidez absoluta ou relativa. Conforme o artigo 24º, “Os que tiverem invalidez relativa serão aproveitados nos serviços do estabelecimento, especialmente nos de agricultura, horticultura, fruticultura” (Araújo, 1941, p. 32). Caso o usuário desse serviço voltasse a adquirir recursos, seria suspensa sua proteção e colaborações que recebia.

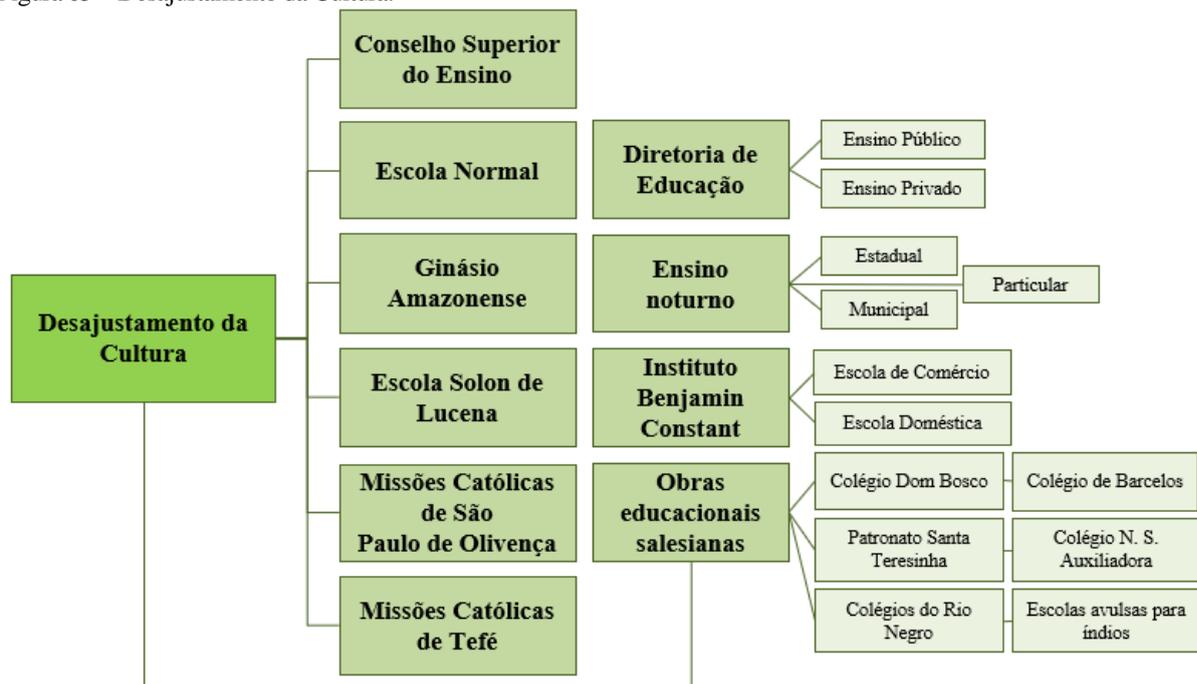
Para as pessoas em situação de mendicância, caberia ao governo a criação de asilos especiais para atendê-los, com seções específicas para homens e mulheres. Para que esses indivíduos recebessem atendimento nos asilos eram necessários exames para avaliá-los, os quais seriam realizados pelos médicos legistas da polícia.

Segundo Siqueira (2014), essa abordagem classifica os chamados “desajustes sociais” como problemas de natureza familiar, muitas vezes atribuindo-os a uma suposta falta de amor, de zelo entre os membros da família. No entanto, essa visão simplista negligencia a complexa rede de fatores socioeconômicos e estruturais que contribuem para a pobreza e a desigualdade. A abordagem do desajuste social, nesse sentido, tende a culpar o indivíduo ou a família por sua própria situação, desviando o foco das questões sistêmicas e estruturais que desempenham um papel significativo na perpetuação da desigualdade.

Portanto, para a autora, ao analisar o uso do termo atrelado à pobreza, reconhece-se que essa terminologia muitas vezes reflete uma leitura conservadora que não abrange adequadamente as complexas questões de desigualdade e exclusão social. A compreensão das causas subjacentes da pobreza deve considerar fatores econômicos, políticos e estruturais, em vez de atribuir exclusivamente a responsabilidade aos indivíduos e às dinâmicas familiares.

Reconhecemos que André Araújo era um homem de seu tempo e isso se reflete em sua leitura social, em seu discurso e ações. Ao visualizarmos o desajustamento da cultura (Figura 05), que trata dos serviços e instituições de educação, notamos sua preocupação constante com a infância e a educação.

Figura 05 – Desajustamento da Cultura.



Fonte: Elaborado pela autora, com base no projeto de André Araújo (1941), 2023.

É possível perceber claramente que o desajuste cultural estava intimamente relacionado à educação. As escolas recomendadas por André Araújo eram parte integrante da assistência social, com foco especial nas crianças e adolescentes. A preocupação de André Araújo com a educação era evidente e profunda. Segundo a concepção de André Araújo (1967), somente por meio do estudo seria possível superar os problemas que surgiam no seio familiar e que influenciavam os jovens. Para ele, a escola desempenhava um compromisso fundamental na formação de hábitos e caráter, pensamento crítico e reflexão. Ele acreditava que a formação da personalidade era uma exigência intrínseca da educação.

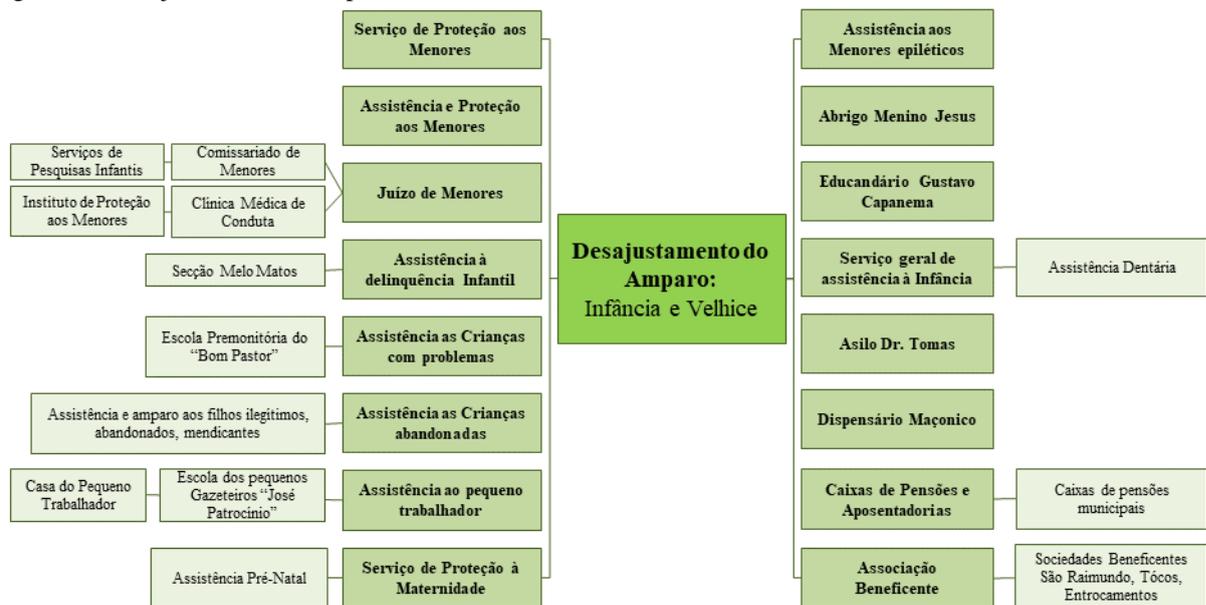
Tanta importância dada à fundação de escolas está certamente apoiada na concepção de que a escola é fundamental para a cura dos males sociais. Há em sua obra uma percepção sociológica predominante, analisando os problemas do ponto de vista da organização social, atentando para o problema da infância desassistida e preconizando a necessidade de educação adaptada às necessidades da criança. Pode-se dizer que também há nela uma percepção antropológica, ao observar reiteradamente que a escola deve levar em consideração os elementos culturais que diferenciam seus educandos. Para André Araújo, uma escola que não oferece condições adequadas ao pleno desenvolvimento da criança contribui para a criminalidade (Ferreira, 2002, p. 86-87).

Essa ênfase na educação como meio de moldar os jovens e de incutir neles valores e princípios fundamentais reflete a preocupação de André Araújo em combater o desajuste cultural por meio do fortalecimento da educação. Para Araújo (1967), as escolas não eram simples instituições de ensino, mas agentes de mudança individual e principalmente social, desempenhando uma missão crucial na

formação de cidadãos responsáveis e aptos ao mercado de trabalho. Portanto, a sua visão da educação como um instrumento de transformação cultural era parte integral de sua abordagem da organização da assistência social no Amazonas.

Ainda na lógica de proteção à infância, o intelectual cria o “Desajustamento de Amparo”, inserindo também a velhice nessa categoria. As instituições e serviços que iriam combater ou atenuar as demandas desses grupos, são apresentadas na figura 06.

Figura 06 – Desajustamento de Amparo: Infância e Velhice.



Fonte: Elaborado pela autora, com base no projeto de André Araújo (1941), 2023.

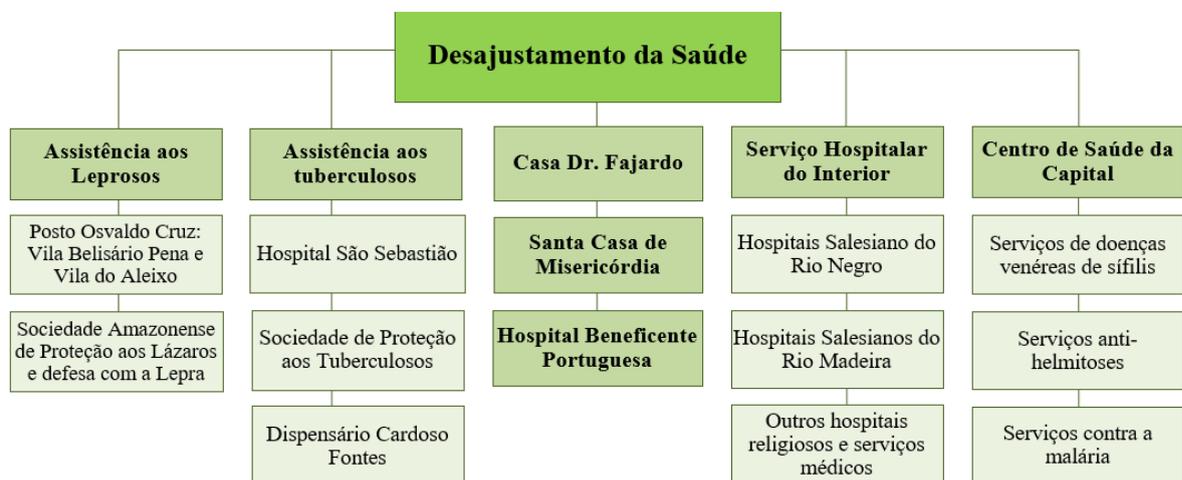
Embora assinala os serviços de atenção à infância e à velhice, é notória a preponderância de serviços e organizações voltadas à infância. Para enfrentar as questões relacionadas aos menores e solucionar os desafios relacionados a esse grupo, as instituições envolvidas diretamente na assistência desempenhavam um dever fundamental. Muitos dos locais dedicados ao atendimento desses problemas foram inclusive criados por André Araújo, demonstrando seu comprometimento com o bem-estar e o futuro das crianças. Entre eles: Escola Premunitória do Bom Pastor; Escola José do Patrocínio.

André Araújo como já ressaltamos teve posição de destaque como Juiz e educador, sendo um fervoroso defensor da infância. Enfatizava sua missão como a de alguém que devia pedir e buscar apoio para as crianças desfavorecidas. Para ele, ao fazê-lo, desempenhava com afincos seu “[...] dever de pedinte, de esmolar das crianças infelizes [batendo] a todas as portas, casas, comércios, bancos, associações, magistrados, proprietários, advogados. E cada qual dê o que o coração determinar”. (Araújo, 1940b, p. 11). Essas ações o fizeram ser reconhecido no meio social manauense como um “verdadeiro mendigo”.

No âmbito da assistência social para a maternidade, a higiene pré-natal desempenhava uma função crucial na proteção da saúde das gestantes e dos recém-nascidos. Esse trabalho social englobava a criação de dispensários pré-natais, que ofereciam assistência médica a esse grupo. Para André Araújo (1940) esses dois tipos de instituições eram fundamentais, uma vez que serviam de base para outras iniciativas, como os ambulatórios. O principal objetivo dos ambulatórios era educar as mães sobre a saúde de seus filhos, oferecendo oficinas de puericultura, que envolviam o cuidado com as crianças após o nascimento.

Dentro dessa lógica, também faziam parte da assistência social os serviços e instituições referentes a saúde:

Figura 07 – Desajustamento da Saúde.



Fonte: Elaborado pela autora, com base no projeto de André Araújo (1941), 2023.

Os serviços voltados ao “Desajustamento da Saúde” (Figura 07) estavam inseridos em uma lógica de parceria entre o setor público e privado, formando então uma grande rede de atendimento responsável por atender as necessidades da população amazonense. No que concerne aos hospitais descritos, estes realizavam atendimento tanto na cidade quanto no interior. Estavam incluídos ainda: assistência aos leprosos; tuberculosos; doenças venéreas; malária; doenças parasitárias e infecciosas.

De acordo com Ferreira (2002), a colaboração entre o setor público e privado foi uma dinâmica eficaz na oferta de serviços de saúde, garantindo que um maior número de pessoas tivesse acesso aos atendimentos. André Araújo, ao enfatizar essa lógica de parceria, demonstrou um entendimento da importância de unir esforços para atender às necessidades de saúde da comunidade de forma mais abrangente e efetiva.

Galvão (2003) afirma que a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital Beneficente Portuguesa e a Casa Dr. Fajardo foram organizações da saúde que tiveram sua origem no campo da caridade, ou

seja, suas fundações foram voltadas inicialmente para atendimento da população pobre. Salientamos que esses lugares estavam pautados nos princípios da caridade, todavia também estavam permeados pelo viés profilático de limpeza da sociedade, de ideais higienistas.

Nessa perspectiva, de preservação, construção e modernização da sociedade, apresentamos as iniciativas delineadas por André Araújo voltadas ao Desajustamento do Espírito: alienados e retardados (Figura 08).

Figura 08 – Desajustamento do Espírito.

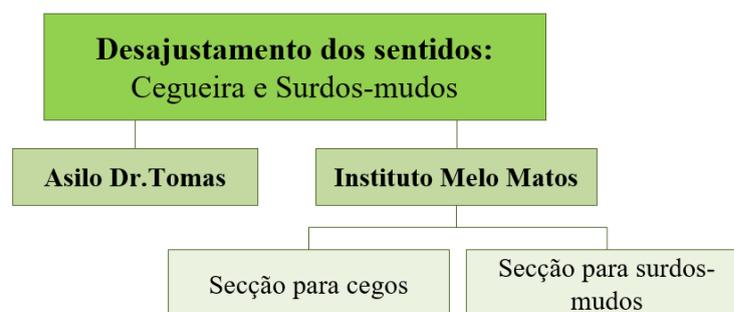


Fonte: Elaborado pela autora, com base no projeto de André Araújo (1941), 2023.

A saúde mental nesse período era abordada de forma excludente, era crucial manter a urbe saudável. Logo, os indivíduos considerados “loucos” eram vistos como indesejáveis. Portanto, era preciso segregá-los para não haver contaminações. André Araújo os classificou no desajustamento do espíritos, referindo-se especificamente a questões de saúde mental, como era o caso da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, Consultório de Neurologia e o Serviço de Higiene Mental.

No que tange ao “Desajustamento dos sentidos” (figura 09), André Araújo indicava o Asilo Dr. Thomas e o Instituto Melo Matos para atender pessoas com deficiência física, auditiva e visual, além de sugerir a criação de escolas específicas para esse segmento. Reitera que caso o governo não pudesse arcar com a construção imediata que fizesse em tempo oportuno.

Figura 09 – Desajustamento dos Sentidos.



Fonte: Elaborado pela autora, com base no projeto de André Araújo (1941), 2023.

Dentro dessa estrutura, André Araújo consolidou no ano de 1943 o Instituto Montessoriano Álvaro Maia, que estava inserido tanto no Desajustamento do Espírito quanto no Desajustamento dos Sentidos. Destinado a educação de crianças deficientes física e mental, atendendo as da capital e interior. “Essa escola tem um sentido rural amazônico” (Maia, 1943, p. 103).

No contexto do Desajustamento da Conduta (Figura 10), André Araújo aponta estabelecimentos voltados para combater a delinquência e contravenções de crianças e jovens. Nesse grupo, a Seção Melo Matos foi um exemplo de serviço de assistência ao menor delinquente.

Figura 10 – Desajustamento da Conduta.



Fonte: Elaborado pela autora, com base no projeto de André Araújo (1941), 2023.

O Instituto Melo Matos, como a mais antiga instituição do Juizado, desempenhou ações fundamentais na reabilitação e formação de jovens em situações de delinquência, vadiagem e abandono. Oferecia uma variedade de oficinas, incluindo sapateiro, marceneiro, tipógrafo, encadernação e ferreiro, nas quais os menores, sendo a maioria deles em situação de abandono, tiveram a oportunidade de adquirir habilidades e conhecimentos (Maia, 1943, p. 101).

André Araújo optou por manter os delinquentes juvenis em outras instituições, reconhecendo que suas necessidades eram diferentes das dos adultos e que o tratamento e a reabilitação adequados exigiam abordagens específicas:

Para o abandono e delinquência infantis, o remédio está na instituição dos Juizados Privados de Menores. Para isso dar-se-ão aos juizes recursos mais necessários, para o desenvolvimento de sua ação. [...] O problema do menor é complexo. Exige especialidades, dedicação, carinho, sacrifício, amor. Só o juízo privativo, com o prestígio do poder público, poderá ser encarregado da solução de tão grande assunto (Araújo, 1940c, p. 19).

Os menores que delinquentes, o fazem para procurar o que lhes foi negado em carinho. Em bens necessários à sua existência. Convém observar que mais de noventa por cento, deles, são rapazes oriundos de famílias pobres, sem recursos, que vivem em casas anti-higiênicas, em ambientes maus, moralmente e materialmente, mal nutridos, sem formação espiritual, com pronunciado atraso mental, como verificamos. Os especialistas deviam ser ouvidos sempre nesses casos. Esses rapazes precisam mais de assistência, do que de penas e reclusões policiais. Faça-se um inquérito social, para investigar os fatores, e os que possam entender

do assunto, ficarão presos, em face da responsabilidade da sociedade, dos erros de nossa organização social, cheia de defeitos e injustiças sociais (Araújo, 1965, p. 15-6).

Conforme as pontuações realizadas por André Araújo referente ao plano de ação para a organização da assistência social no Amazonas, podemos inferir que a construção desse documento foi muito mais que um atendimento a uma demanda do poder público estatal formalizada ao pensador. A sistematização do projeto é fruto de trabalho contínuo e amplo de investigação, registros e observações, compostos de um vasto arcabouço teórico e metodológico sustentável pelo intelectual.

Indubitavelmente, a própria construção do plano reflete uma espécie de leitura do mundo que ele fez, contendo relação direta com sua história, trajetórias e perspectivas. A estruturação do plano é fruto de alguém que foi socialmente engajado, que compreendeu a necessidade de enfrentamento do que ele intitulou como “males sociais”. Deste modo, o plano de ação para a assistência estruturado por André Araújo torna-se fundamental para que se possa perscrutar a política de assistência social no estado do Amazonas e as ações que foram empreendidas no período subsequente, objetivando dar continuidade nas iniciativas a partir do poder público. Como poderemos verificar no próximo capítulo, embora essa política seja intitulada de assistência social, sua organização e estruturação transcende a política de assistência social, pelo menos no que concerne aos pressupostos assinalados no documento e homologados pelo Estado.

CAPÍTULO III

O FLORESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS

3.1 André Araújo: do germinar das sementes ao florescer

Neste capítulo temos o desafio de investigar e apresentar algumas obras sociais, ou seja, instituições que foram planejadas e efetivadas por André Araújo. Em muitas desses projetos, o intelectual não apenas assumiu o papel de gestor e diretor, mas também foi o principal mantenedor. Sua figura é ressaltada como a de um idealista e semeador incansável, cujas visões ganharam vida por meio de sua determinação e dedicação. Testemunhamos, assim, como muitas de suas ideias se transformaram em projetos tangíveis, deixando um legado notável.

A notoriedade e influência de André Araújo se destacava em várias esferas e era estimada pela grande elite e pela classe trabalhadora. Através do seu protagonismo e comprometimento humanitário e social, o intelectual deixou uma marca indelével na assistência social do Amazonas. Reconhecido perante a sociedade amazonense como o orientador do serviço social do Estado: “dirige todos os departamentos o doutor André Araújo devotado juiz a quem se deve às instalações de institutos creches e escolas especializadas” (Maia, 1943, p. 101).

Como apresentado, no capítulo anterior, o projeto de organização de assistência e serviço social do Amazonas, criado por André Araújo, então Juiz Tutelar de Menores, foi oficializado pelo Decreto – Lei nº 706 de 06 de novembro de 1941, intitulado: Serviço de Assistência Social do Estado do Amazonas. Importante reiterar que o Serviço de Assistência Social do Amazonas é fruto do projeto de organização da “Assistência e Serviço Social”, idealizado e sistematizado por André Araújo.

A aprovação do referido decreto-lei para institucionalização do “Serviço de Assistência Social no Amazonas” foi objeto de avaliação do departamento administrativo do governo do estado. Participavam do departamento os Senhores João Nogueira da Mata, Júlio José da Silva Neri, Monsenhor Raimundo de Oliveira e, por fim, Leopoldo Péres como presidente. Os avaliadores eram considerados conhecedores afincos da ideologia política do Estado Novo, além de ser seus aplicadores legítimos. Conforme o documento,

II - A elaboração do esboço, ora submetido ao nosso estudo e aprovação, é fruto de acuradas observações colhidas, entre abalisados orientadores do serviço social, pelo magistrado patricio, por sua vez conceituado sociólogo, dentro de uma “base espiritualista cristã”, e no humano escopo de resolver problema de tamanha magnitude como esse, que ataca de perto os males flageladores da família brasileira, tangidos até nós pelas incríveis vicissitudes

porque passa a civilização hodierna.

O trabalho que o Juiz Tutelar de Menores apresentou à Interventoria Federal, e publicado em opúsculo, recebeu de quantos se dedicam ao interessante assunto cuidadosa atenção por basilares em que o valor individual coloca os dirigentes dos povos em situação de prontamente decidir entre o direito e o dever, oferecer o justo equilíbrio de que tanto necessita o Estado, seja qual for a concepção sistemática que lhe possamos dar, tendo em mira manter o princípio da autoridade decorrente dos mais elevados sentimentos de ordem e de disciplina.

III - O projeto que apreciamos é, ainda, resultado do que o enviado oficial do governo amazonense pode “verificar como o melhor e mais aconselhável para o nosso Estado”, em sua viagem pelas capitais brasileiras, Estado por Estado, daqui até São Paulo. Produto de aturada experiência, traz-nos subsídios fartos para iniciar o amparo aos desprotegidos sociais, sem que o erário passa sofrer maiores sacrifícios do os impostos por obras de imprescindível necessidade.

Compreendendo o “Serviço de Assistência e Proteção aos Menores”, “Serviço de Proteção aos Desvalidos”, “Serviço de Proteção aos Trabalhadores”, “Serviço de Amparo Social à Família”, todos por si já dependentes do Juizado de Menores, está o sistema assistencial subdividido em sete outros serviços, que ficarão subordinados, caso não haja expressa disposição, ao Diretor-Técnico, isto é, ao próprio Juiz de Menores, podendo ter um chefe, se o Conselho Técnico assim o entender.

IV – Desde que, como se depreende da análise do esboço, as despesas com a criação do “serviço de Assistência Social” não vem afetar sobremaneira a possibilidades da Fazenda Pública e, o que convêm salientar, as que possam ser feitas redundarão, por certo, em benefício para a coletividade, o Departamento Administrativo **aprova o projeto de decreto-lei** que lhe foi submetido, na mesma redação de seus texto (Amazonas, 1941, p. 1 *apud* Estradas, 2024).

Sabemos que tais iniciativas voltadas à consolidação e institucionalização do plano de ação para a assistência no Amazonas não se propuseram a alterar a estrutura de classes. Contudo, foram fundamentais para o referido período, constituindo-se como as primeiras sementes a serem adubadas para a implementação de políticas sociais que minorassem as expressões da questão social no Estado. Seus determinantes precisam ser desvelados, bem como valorizadas tais iniciativas.

O esforço contínuo de André Araújo no campo jurídico, social, educacional e até mesmo na área da saúde, tiveram um impacto na sociedade amazonense, refletindo-se na criação de escolas e instituições que ofereciam amparo e apoio às pessoas em situações de vulnerabilidade, sementes que foram plantadas no pretérito, porém que hodiernamente ainda geram frutos. Por meio de sua vasta contribuição, André Araújo deixou um legado duradouro, com influências no desenvolvimento social e educacional da região. Organizamos algumas das iniciativas e serviços capitaneados por André Vidal, identificadas durante a pesquisa documental:

Quadro 05 – Instituições fundadas por André Araújo.

Instituição	Função/Propósito
Centro "Dom Vital"	Espaço de assistência e apoio a diversas necessidades sociais.
Círculo Operário	Entidade dedicada a questões trabalhistas e sociais dos operários.
Conselho de Assistência e Proteção aos Menores	Proteção e assistência a crianças em situações de risco e vulnerabilidade.
Clínica de Conduta Infantil Araújo Filho	Instituição especializada no tratamento e cuidado de crianças com distúrbios de conduta.
Clubes das Mães	Apoio e empoderamento das mulheres, com foco na educação e desenvolvimento social.

Creche Menino Jesus	Assistência e cuidado para crianças em tenra idade.
Cruz Vermelha	Apoio humanitário e assistência em emergências e necessidade.
Enfermaria de Crianças da Santa Casa	Atendimento médico e cuidados para crianças na Santa Casa de Misericórdia.
Escola Premunitória do Bom-Pastor – Instituto Maria Madalena	Educação e reabilitação para jovens em conflito com a lei.
Escola José do Patrocínio “Escola dos Gazeteiros”	Instituição de ensino fundamental para crianças.
Escola de Serviço Social de Manaus	Formação de assistentes sociais.
Escolas de Alfabetização no Interior do Amazonas	Iniciativas educacionais voltadas para a alfabetização em áreas remotas do Amazonas.
Instituto Araújo Filho – Manacapuru	Centro de apoio e educação para crianças e jovens na cidade de Manacapuru.
Instituto Astrolábio Passos	Promoção da educação e do bem-estar social.
Instituto de Direito Social – Secção do Amazonas	Espaço de estudo e debate sobre direitos.
Instituto Melo Matos	Reabilitação e educação para jovens em situações de desajuste social.
Instituto Montessoriano "Álvaro Maia"	Instituição que acolhia crianças e adolescentes com deficiência.
Jardins da Infância "Menezes Veiga" e "Alexandre Rayol"	Instituições de educação infantil para crianças em idade pré-escolar.
Posto de Puericultura	Serviço dedicado à saúde e ao cuidado de crianças pequenas.
Serviço Social de Mães Solteiras	Apoio e assistência voltados para mães solteiras.

Fonte: Braga, 1975.

O Conselho de Assistência e Proteção aos Menores de Manaus foi estabelecido em 1935, instituído conforme o Conselho do Distrito Federal e do Rio de Janeiro. Sua inauguração oficial ocorreu em 1938, sendo inicialmente liderado por André Araújo. O conselho era definido como “uma sociedade benemerente, grandiosa e útil, incumbida de realizar estudos científicos sobre a criança em todos os seus aspectos e problemas de assistência e proteção” (Amazonas, 1935. p. 3). Para atingir esse objetivo, André Araújo convocou renomadas autoridades das áreas do direito, educação, saúde, literatura, magistratura e jornalismo para integrarem o conselho. Esses intelectuais eram considerados capazes de moldar e disseminar hábitos, condutas e costumes disciplinares à população carente.

Em consonância com esses pressupostos o Juiz de Menores fundou em Manaus a “Sociedade Recreativa de Menores”, com o intuito de controlar as brincadeiras, os horários e os locais para essas atividades. Essa associação visava resolver o problema das brincadeiras nas vias públicas, que, no entendimento do juiz, gerava perturbação do sossego público e aumento da vadiagem. Os menores se encaminhavam ao juizado, faziam um cadastro e recebiam um cartão emitido pela secretaria recreativa. As crianças portadoras do cartão não podiam ser presas por estarem brincando, nos horários e conforme as condições estabelecidas.

[...] É de todos conhecidos os agrupamentos desordenados de menores, que se veem verificando nas vias públicas, das menos transitadas até as de maior movimentação, num afã desordenado de se agitarem com os seus brinquedos prediletos, futebol, bolinha, papagaio, etc., principalmente este último, que causa sérios transtornos não só particulares como públicos, e que motivam constantes reclamações chegadas ao Juízo de Menores. Atendendo a isso é que foi fundada a Sociedade Recreativa de

Meninos. Quanto ao caso dos maiores, que são constantemente surpreendidos nas ruas em promiscuidade com aqueles, nas mesmas diversões, muito mais perigosos porque, quase sempre audaciosos e impertinentes, é a Polícia que cumpre resolver. Quanto às bases da sociedade que quiserem fazer parte da associação virão ao Juizado inscrever-se e receberão um cartão de associados, o qual traz no frontispício os dizeres: “Sociedade Recreativa de Menores”. Este menino não pôde ser preso, por estar brincando (Amazonas, 1941, p. 1).

O Instituto Melo Matos foi uma das grandes instituições estruturadas pelo Juiz de Menores. Era um reformatório destinado a atender menores delinquentes, criado em 1939, que oferecia diversas oficinas, além de proporcionar ensino de letras (alfabetização), refeitório e dormitório.

Casa de correção, sim, porém na qual menores encontram um verdadeiro lar venturoso, tendo na pessoa do Juiz (André Araújo) um venerado protetor, um igual perante a lei de todas as cousas, porque o Juiz também assim o crê, e um verdadeiro irmão pela fraternidade de gestos. Assim se expressa o Dr. André Araújo (Juizado de Menores [...], 1944, p. 41).

Esta instituição foi um desdobramento da “Secção de Menores Melo Matos”, fundada em setembro de 1939, para pequenos contraventores sociais, conforme decreto n° 286 de 09 de agosto de 1939, que aprovou o regulamento da referida secção. Destinava-se a receber os menores contraventores do sexo masculino, que ficavam em observação no período de um mês, sendo avaliados por uma equipe de profissionais, composta por médicos, professores, inspetor vigilante. Este acompanhamento objetivava conhecer o caráter e inclinações dos menores matriculados. A Secção ficava no mesmo prédio da Cadeia Pública de Manaus, mas possuía uma entrada específica para ficar separada das outras alas (Araújo, 1940a).

Conforme o Juiz de Menores,

A Secção Melo Matos veio resolver um problema seríssimo, tal seja o afastamento dos menores delinquentes de entre os presos adultos, no propósito de evitar corrupção maior. Funciona na própria casa de detenção do Estado, mas em dependência especial, separada dos criminosos comuns e com entrada independente. Modesta, pobremente aparelhada, mesmo assim vai servindo, e belamente, as suas finalidades educacionais (Araújo, 1940a, p. 7-8).

Mesmo operando em condições precárias, um ano após seu estabelecimento, a Secção Melo Matos já havia acolhido cerca de 43 menores. Essa iniciativa buscava inicialmente remover das ruas jovens tidos como delinquentes, sujeitando-os a um rígido regime de confinamento e monitoramento. Contudo, conforme demonstram as pesquisas documentais, a instituição não estava apta para recebê-los, carecendo de recursos para prover educação e treinamento profissional. Assim, a intenção proclamada de reeducação não se concretizava na prática, sugerindo e reiterando que a principal finalidade era segregá-los, em vez de reabilitá-los.

Nas palavras de André Araújo, a Secção Melo Matos estava inserida no grupo de instituições

do “Desajustamento de Amparo: Infância e Velhice”, prestava abnegados serviços à sociedade amazonense, por isso a necessidade precípua de transformá-la em Instituto Melo Matos, ampliando suas instalações e tornando-a um laboratório de pedagogia corretiva, para “ processar o trabalho de reeducação dos menores delinquentes, anormais e de educabilidade difícil, devendo existir nesse Instituto secções para crianças epiléticas, bem como para as surdo-mudas” (Araújo, 1940a, p. 13).

No ano de 1940, durante a visita do presidente Getúlio Vargas a Manaus, o Juiz de Menores, André Araújo, entregou um memorial intitulado “A prol da Infância – apelo do Juiz de Menores de Manaus, Dr. André Vidal de Araújo, ao Presid. Getúlio Vargas”. Este documento detalhava as atividades do Juizado de Menores na capital amazonense e solicitava recursos para dar continuidade aos projetos, enfatizando a necessidade de investimentos para aprimorar as condições dessas instituições. Essa solicitação pretendia garantir um processo de reabilitação e reintegração social dos menores, mostrando a carência de apoio financeiro para alcançar esse objetivo (Araújo, 1940a).

Com base na necessidade de atender às demandas de crianças e jovens do sexo feminino, a Escola Premunitória do Bom Pastor, estabelecida pelo Decreto n.º 426, de 17 de maio de 1940, também fazia parte das instituições de Amparo ao Desajustamento: Infância e Velhice. Funcionava em regime de internato, um abrigo de reeducação moral e doutrinação para crianças e jovens moças, vinculada à Justiça de Menores. Esta Escola foi uma importante obra assistencial criada por André Araújo.

Considerada como assistência às crianças problemas, ou melhor, meninas em perigo de se perder, vista como uma casa de preservação e correção. Nas palavras de André Araújo, “Uma casa de preservação é uma grande necessidade para Manaus, porque é o prolongamento da ação tutelar do Estado, exercida através das atividades da justiça de menores” (Araújo, 1940b, p. 11).

A Escola foi inaugurada em 31 de maio de 1940, estabelecida no prédio reformado da antiga Creche Alice de Salles, no bairro da Cachoeirinha. Considerada uma entidade de admiráveis finalidades educativas e reformadoras, resultantes do árduo trabalho da Justiça de Menores e de seu juiz André de Araújo. Segundo Pessoa (2019), a localização da Escola no bairro da Cachoeirinha foi estratégica e carregou um significado relevante. Naquela época, esse bairro abrigava principalmente a população de baixa renda e trabalhadora. Era um local onde numerosas fábricas de beneficiamento de juta e castanha estavam situadas, com uma grande parte de seus trabalhadores sendo mulheres. Muitas dessas funcionárias levavam suas filhas para o trabalho, mas aquelas que não recebiam cuidados integrais dos pais corriam o risco de serem lançadas à margem da sociedade.

A Escola Premunitória do Bom Pastor e o Instituto Melo Matos foram instituições inseridas em uma extensa rede de estabelecimentos disciplinares que ganharam notoriedade tanto no âmbito nacional quanto regional durante as décadas de 1930 e 1940.

Considerada a primeira instituição de internato voltada para o público feminino do norte do Brasil. A Escola Premunitória do Bom Pastor, era administrada sob a gestão das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus e a direção pedagógica ficava a cargo do Juiz de Menores André Araújo, essa escola se destacou por sua missão de controle e disciplinamento da infância, com o propósito de direcionar os jovens para o mercado de trabalho (Pessoa, 2019). Conforme a Figura 11, podemos vislumbrar as alunas da referida escola realizando uma oficina de costura.

Figura 11 – Escola Premunitória do Bom Pastor.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional, “A noite”, 1942.

Era um espaço destinado à reabilitação, reforma e regeneração. Recebia meninas encaminhadas pelo Juízo de Menores, com idades entre 8 e 18 anos, consideradas delinquentes ou desamparadas. Suas atividades abrangiam uma variedade de oficinas, como costura, bordado, lavanderia, encadernação, cozinha, além do cultivo de hortas, jardinagem e criação de aves.

Preconizava como princípio o amor à pátria, o respeito às leis e o sentimento de cooperação. Entendemos que a finalidade da instituição estava subentendida na denominação da própria escola pois Premunitória significa aquilo que prenuncia, ou seja, os modos de vida das meninas indicavam uma tendência para a prostituição. Enquanto Bom Pastor estava relacionado com aquele que procurava resgatar a ovelha desgarrada do rebanho. Neste caso, caberia ao Estado zelar pelas meninas que eles acreditavam se encontrar na eminência de se perder moralmente devido a condição de “abandono” em que se encontravam (Pessoa, 2019, p. 277).

É crucial ressaltar que, nesse período, a infância era um foco de atenção do governo de Getúlio

Vargas, concernente ao seu projeto nacionalista que se inspirava em ideias higienistas, direcionadas às famílias pobres, com o objetivo de introduzir preceitos morais e cívicos. Além da preocupação com a disciplina e reeducação, esses programas sociais refletiam um esforço em moldar a juventude para integrá-la à sociedade de maneira mais ordenada e produtiva.

A Escola Premunitória do Bom Pastor, em particular, representava um dos pilares dessa iniciativa, visando não apenas corrigir supostos desvios de comportamento, mas também fornecer habilidades práticas para a inserção dessas jovens no mercado de trabalho. Ao promover a instrução profissionalizante, aliada a princípios de moral e cidadania, tais instituições buscavam, em última instância, criar uma nova geração de trabalhadores alinhados com os ideais do governo e aptos a contribuir para o desenvolvimento nacional.

Outra instituição de suma relevância criada por André Araújo foi o Instituto Montessoriano Álvaro Maia, em 1943. Este instituto foi uma iniciativa particular do então Juiz de Menores. Após anos de observação e atendimento a crianças excepcionais no Juizado, André Araújo identificou a urgente necessidade de um local adequado para oferecer cuidados e educação a esse grupo. De acordo com André Araújo, eram consideradas “anormais” as crianças que sofriam de transtornos psíquicos, “[...] a idiotice, a cretinice, a imbecilidade, até os casos de educabilidade difícil, o nervosismo infantil, irrequietação, instabilidade, etc.” (Araújo, 2002, p. 42).

Este estabelecimento já fazia parte dos projetos do intelectual, ele foi sinalizado em seu plano de ação, pontuando a necessidade da criação de: Escolas para cegos e surdo-mudos; Escola para epiléticos; Escola para retardados mentais. Sua materialização ocorreu dois anos após a publicação do projeto e homologação do decreto-lei da assistência social.

No dia 16 de outubro de 1943 era dado o primeiro passo concreto para a realização de um velho sonho acalentado pelo magistrado que então desempenhava as funções de Juiz de Menores de Manaus foi inaugurada a Escola Montessoriana Álvaro Maia, muita gente estranhou que um estabelecimento de ensino especializado, destinado a abrigar e educar meninos anormais, ceguinhos, surdos e mudos, e também aqueles que apresentassem distúrbios mentais, por serem muitas vezes filhos de pais alcoólatras [...] nada mais era que um galpão de madeira, escondido por trás de uma cerca do mesmo material, e longe do centro da cidade, baseado no método pedagógico da conhecida educadora italiana Maria Montessori (A fé que remove [...], 1948, p. 9).

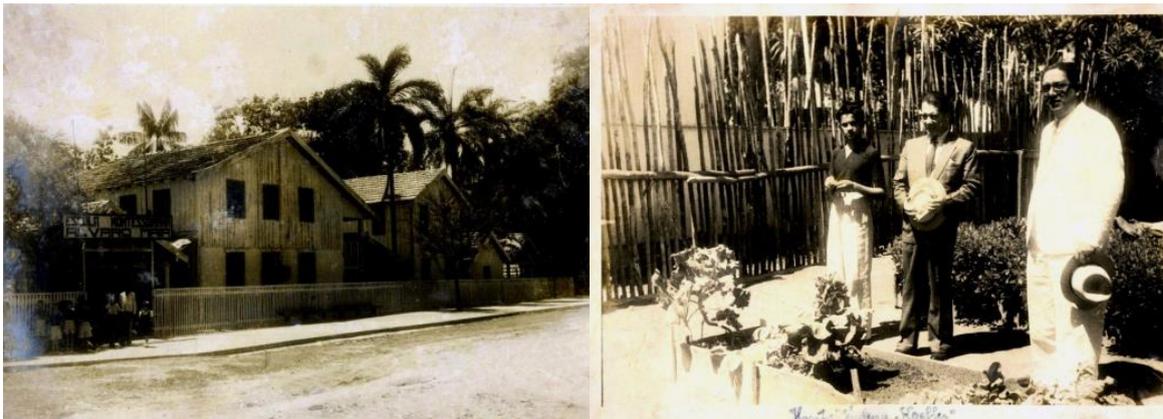
Tendo seu trabalho de reabilitação de deficientes (surdos-mudos, cegos, oligofrênicos e paralíticos) reconhecido nacionalmente, André Araújo – “painho” – criou a Escola Montessoriana Álvaro Maia, uma escola para o reajustamento de pessoas com deficiências orgânicas, adotando a metodologia pedagógica de Maria Montessori.

Segundo Milton Araújo (1950, p. 17),

Fazendo um estudo psicométrico das crianças que assiste, a obra do Dr. André de Araújo proporciona aos seus alunos uma educação profissional compatível com as possibilidades físicas e mentais de cada um. O “painho” (paizinho), como é conhecido pelos que assiste, adota, como base pedagógica do ensino, o sistema “Braile”, para os cegos; o “alfabeto manual” e a “mímica natural”, para os surdos-mudos e o método de MONTESSORI, para os oligofrênicos e paralíticos. Convém ressaltar que, na obra de assistência social que se propôs levar avante, vai além. Encara e propõe solução até para a prostituição, problema que julga deva ser solucionado com a colaboração da consciência, pois, “trata-se de criaturas que sofrem, que também estão à margem da sociedade, e que se afastaram da vida normal”. Apesar da complexidade do problema, sua campanha em prol dos entes que sofrem tem merecido as mais lisonjeiras referências, não só feitas por homens públicos, como pela própria imprensa local. [...] No Estado do Amazonas, é só. Mas, já é muito.

O Instituto Montessoriano Álvaro Maia (Figura 12) teve seu início em uma casa de madeira situada na Rua Paraíba, localizada no bairro de Adrianópolis. De acordo com Costa (2010), o acesso à sede da instituição era difícil e não tinha transporte regular. No instituto havia um vasto espaço, arborizado, contendo piscina, hortas e oficinas.

Figura 12 – Instituto Montessoriano Álvaro Maia.



Fonte: Álbum Instituto Montessoriano Álvaro Maia: Tomo 2, 1946.

Sua proposta inicial de funcionamento consistia no regime de semi-internato, contudo objetivava no futuro oferecer atendimento integral. “Só pela educação é que é possível a transformação dessas crianças, no sentido de **colocá-la à altura de se tornarem menos pesadas à sociedade**” (Araújo, 2002, p. 49, grifo nosso). Essa perspectiva do autor demonstra uma visão funcionalista no que tange a esse grupo, que era considerado um peso para a sociedade. Logo, deveria receber um atendimento que o colocasse novamente como funcional aos ditames do mercado de trabalho, ou menos, oneroso ao Estado.

Destacamos que dentre os desafios que o instituto enfrentou para o seu funcionamento consistiu na busca por professores dedicados ao ensino do sistema braile. Este sistema foi oficializado em 1852, possibilitando a partir de códigos formados por sinais em relevo, que pessoas com

deficiência visual – parcial ou total – pudessem ter acesso à leitura e a escrita.

A dedicação e empenho de André Araújo em superar esses obstáculos demonstram não apenas seu comprometimento com a causa da educação inclusiva, mas também sua visão pioneira para fornecer oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para crianças com deficiência.

O fundador André Araújo junto com a diretora professora Regina Coeli de Araújo não tinham tempo para seus interesses particulares, pois seus objetivos eram servir as crianças com deficiências múltiplas. Os dois foram conhecidos por lutarem muito neste período de consolidação do instituto, de forma que a instituição progrediu e as instalações foram ampliadas. Outros prédios foram construídos no mesmo terreno. Houve a ampliação da clínica de conduta, museu pedagógico, sala de ortopedia, biblioteca, gabinete de psicométrica, salas de aulas especializadas como surdos, cegos, alfabetização para alunos com deficiência intelectual leve, refeitórios, capela, quatro dormitórios (dois para sexo masculino e dois para sexo feminino) e cozinha (Costa, 2022, p. 65).

O Instituto Montessoriano, em diversos momentos, enfrentou consideráveis dificuldades financeiras devido à interrupção dos repasses mensais de recursos pelo Estado, um apoio que sempre se mostrava vital para a manutenção do local e realização das atividades. Logo, tornava-se imperativo a obtenção de recursos para aquisição de aparelhos auditivos, medicamentos, brinquedos voltados ao estímulo, material escolar especializado e outros elementos que contribuíssem para o desenvolvimento pleno dos alunos (Costa, 2010).

O ônus financeiro relativo à alimentação dos estudantes e ao pagamento dos professores constituía um desafio significativo para a diretoria da instituição. Entretanto, graças às doações provenientes dos comerciantes do Mercado Municipal Adolpho Lisboa e ao engajamento das pessoas vinculadas ao Poder Executivo, foi possível a continuidade dos serviços (Costa, 2022).

O Estado manteve a parceria e a continuidade do pagamento somente para os professores. E outros 7 (sete) empregados, o mesmo André Vidal pagava pelo seu próprio salário com sacrifício, pois ele era presidente do Tribunal de Apelação do Estado e da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência. Ele também trabalhava como juiz de Menores de Manaus, mas nunca deixou o Instituto Montessoriano. O senhor André Vidal não tinha um funcionário para fazer o serviço de secretaria. O André datilografava os seus trabalhos e era muito ativo (Costa, 2022, p. 67).

Em pesquisa com relatos orais realizada por Costa (2022), os egressos do IMAM guardavam boas lembranças de André Araújo, o descreviam como um homem bom e que se preocupava verdadeiramente com as crianças:

O André Vidal não aceitava que os funcionários fizessem qualquer coisa semelhante a castigos físicos ou punição corporal. [...] O senhor André Araújo era devotado às crianças deficientes, pois eram tratados com muito amor e paciência. As crianças o chamavam como pai e ele os considerava como filhos adotivos (Costa, 2022, p. 65-69).

As obras explicitadas – Instituto Melo Matos, Escola Premunitória do Bom Pastor e Instituto Montessoriano Álvaro Maia – não tiveram seus serviços perdurados. No entanto, foram de extrema importância para o desenvolvimento da assistência social no estado do Amazonas, tendo recebido reconhecimento em nível nacional. Vale assinalar que, a partir do ano de 2007, foi criado pela Prefeitura de Manaus o Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo, destinado a ser referência na educação especial de crianças e jovens, reverenciando o legado de André Araújo.

3.2 As instituições de assistência social sob a responsabilidade estatal

No recorte temporal realizado por essa dissertação, propomo-nos a averiguar como ocorreu o processo de legitimação da assistência social e, em paralelo, do serviço social no estado do Amazonas. A organização e a materialização da assistência social só puderam ocorrer a partir da anuência e do apoio do governo da época.

Neste momento, nossa proposta consiste em perscrutar se o poder público manteve tais iniciativas, se houve investimento e manutenção dessas instituições voltadas para o campo social. Para esse intento, debruçamo-nos sobre as análises dos diários oficiais, bem como das notícias publicadas nos jornais de grande circulação da época, além de outros documentos oficiais.

Nessa conjuntura o Estado era visto como responsável pela educação das famílias consideradas desajustadas, a fim de nortear a formação moral e psíquica da população, em especial, a população pobre. As instituições geridas por ele tinham essa lógica de funcionamento e projeto político. Contudo, a imagem divulgada a grande massa era de “proteção estatal”.

Propomo-nos a investigar se o Estado do Amazonas, após a criação do projeto de Organização da Assistência Social no Amazonas (Araújo, 1941) e publicação do decreto que criou o “Serviço de Assistência Social” (Amazonas, 1941), realmente efetivou as instituições e serviços declarados no documento. Ressaltamos que coube a André Araújo realizar um estudo e levantamento das instituições existentes na época e apresentar propostas para a criação de novas organizações, conforme as refrações da questão social existentes.

Algumas das instituições idealizadas por André Araújo e propostas no projeto passaram por mudanças de nome e local, com encerramento das atividades de algumas delas após o falecimento do referido intelectual. Outras foram integralmente assumidas pelo governo do estado do Amazonas e outras criadas ou transformadas conforme iniciativa governamental.

Desse modo, apresentamos um breve balanço do quantitativo de instituições e serviços que foram delineadas por André Araújo (1941), em seu livro: *Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas*. Na obra, o autor construiu um “Esquema do projeto de assistência social do

Amazonas”, apontando no documento um conjunto de cerca de 45 instituições e 30 serviços, públicos e privados. Destes, 90% já existiam. Todavia, os estabelecimentos voltados para o atendimento de pessoas com deficiência propostos no documento foram criados posteriormente, como o Instituto Montessoriano Álvaro Maia, citado anteriormente. Dentre os outros estabelecimentos e serviços criados após institucionalização do plano, identificados em nossas pesquisas foram: Creche Circulista Menino Jesus; Escola José do Patrocínio “Casa do Pequeno Gazeteiro”.

Considerando os objetivos estabelecidos nessa dissertação, voltaremos nosso olhar para as instituições propriamente de assistência social. No grupo do desajustamento do amparo: infância e velhice, grande parte das organizações e serviços são específicas do campo de atendimento da assistência social. Tais instituições compunham o “**Serviço Social de Assistência aos desajustados do amparo**”, conforme previsto no Decreto estadual nº 706 de 06 de novembro de 1941 (Amazonas, 1941).

No que concerne à assistência social à infância desvalida, algumas instituições já vigoravam antes do plano, como é o caso do Juizado de Menores, criado pela Lei nº 18 de 21 de setembro de 1935. Entre os outros órgãos, destacam-se o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores (Decreto-lei nº 92 de 19 de novembro de 1935) e o Serviço de Assistência e Proteção aos Menores (Decreto-lei nº 173 de 07 de janeiro de 1937).

O Juizado foi um marco no tratamento e assistência sociojurídica das crianças e jovens da época. Exercia uma tutela sobre os menores encaminhados e atendidos pelo órgão, sendo de sua responsabilidade: processar e julgar os casos de abandono, de crimes e contravenções; examinar o estado físico, mental e moral dos menores; ordenar medidas concernentes ao tratamento, vigilância e educação dos menores (Araújo, 1940b).

O Juizado e conseqüentemente seu Juiz possuíam ampla tutela sobre os menores e seu campo familiar. A problemática da infância saía do campo individual (o menor) para o grupo social (a família). Tinham ainda a competência privativa de processar e julgar as ações cíveis e criminais de acidentes no trabalho. Nas palavras do Juiz de menores André Araújo (1940b, p. 22),

Os casos sociais graves, que se passam na infância e juventude, decorrem, na maioria, diretamente da desorganização familiar, a qual perdendo suas qualidades morais e cívicas, em virtude das necessidades e misérias por que passa, atira os filhos às ruas, para a vadiagem, mendicância, furto, atentados ao pudor e um sem número de contravenções penais.

Nessa perspectiva, cabia ao Estado implantar uma “Casa de Preservação”, recebendo os menores que era atendidos pelo Juizado. “A orientação, a reforma, a educação moral e profissional dos menores com seus inúmeros e delicados problemas psicológicos, serão toda feita pelo amor, pela bondade” (Araújo, 1940, p. 12). A função da instituição seria acolher os menores e readaptá-los às

exigências sociais da época. Posteriormente, após serem “corrigidos”, estariam aptos ao mercado de trabalho, assim seriam encaminhados para casas de famílias com um pequeno salário mensal. Eles receberiam uma nova formação e prestariam serviços a esses novos lares.

Outro estabelecimento sob a tutela do poder estatal foi a Escola José do Patrocínio, também conhecida como “Casa do Pequeno Gazeteiro” e ‘Casa do pequeno trabalhador’, oferecia assistência, amparo e proteção, através de cursos de alfabetização, instrução primária, assistência médica e odontológica, medicamentos, vestuário e algumas vezes alimentação aos menores que trabalhavam como jornaleiros na cidade. Produziam ainda, de forma manual, um jornal intitulado “A Voz do Gazeteiro”. “Não existe um só menor gazeteiro que não saiba ler e escrever. Vendem jornais devidamente uniformizados” (Maia, 1943, p. 102).

Nesse período, o trabalho infantil em Manaus e especificamente dos menores jornaleiros, conhecidos também como pequenos gazeteiros, era intenso e desgastante. Essas crianças começavam a jornada de trabalho na madrugada, ficavam aguardando nas oficinas de jornais da cidade.

Com os jornais sobre a cabeça saíam oferecendo as notícias em papel tentando conseguir o dinheiro que lhes poderia garantir a refeição para si e para família. No entanto, não era difícil encontrá-los “com fome, esmolando nos hotéis restos de comidas para pais e mães doentes”. Nos bondes, ou caminhando, percorriam os bairros mais distantes noticiando as manchetes do dia (Pessoa, 2018, p. 148).

Diante desse quadro lastimável, o Juizado de Menores e seu respectivo juiz tutelar, André Araújo, fundaram a referida instituição. Nas palavras de seu fundador, cerca de trinta meninos frequentavam a instituição “[...] obscuros patrícios, antigamente atirados à inconsciência e ao descaso dos poderes públicos, mas hoje sob o controle do Juiz de Menores e, por isso mesmo, enquadrados na ideia do direito” (Araújo, 1940, p. 8-9).

Ressaltamos que não foi possível encontrar em nossas pesquisas a data exata de criação da Escola. Algumas informações nos fazem entender que foi no ano de 1939, contudo não podemos afirmar com exatidão essa informação. Em noticiário do Jornal do Commercio de 03 de janeiro de 1944, verificamos o relato de um desses pequenos trabalhadores jornaleiros que era atendido pela instituição: “Gosto. Gosto da casa do jornaleiro, que é a nossa casa. Ali nos são dadas boas aulas, por professoras distintas. Roupa, casa; e tudo nos dão. *O Juiz de Menores é o Papai Noel da gente...*” [grifo nosso] (Juizado de Menores [...], 1944, p. 41).

Esse estabelecimento estava interligado à secção de fiscalização de trabalho de menores criada pelo Juizado no dia 18 de abril de 1939. Objetivavam prestar assistência médica e social aos menores, além de investigar o estado deles perante a lei. Conforme Barbosa (2018), a Escola José do Patrocínio se diferenciava das outras instituições da época por não funcionar em regime de reclusão,

reeducação ou reforma.

No entanto, é notório que a Escola estava voltada para um disciplinamento desses “menores trabalhadores”, que eram vistos como prósperos operários do futuro. Fazia-se necessário organizá-los, amenizando as adversidades que enfrentavam. Para este fim, foram criados regulamentos que objetivavam instituir normas de conduta e disciplina para a participação na instituição. De acordo com nossas pesquisas hemerográficas nas décadas seguintes a Escola ficou vinculada a Associação dos Gazeteiros de Manaus, oferecendo instrução para inúmeras turmas. Não foi possível em nossa pesquisa inferir como e quando ocorreu a desativação da escola.

O Educandário Gustavo Capanema, foi inaugurado no dia 07 de fevereiro de 1942, localizado no bairro Colônia Oliveira Machado, construído para receber as crianças que eram retiradas do seu seio familiar, para “preservá-las” da contaminação da hanseníase. O nome da instituição foi uma homenagem ao Ministro da Saúde e Educação do governo de Vargas, o político Gustavo Capanema Filho, devido suas efetivas ações no combate à doença no Amazonas (Santos, 2006).

Antes da criação da referida instituição “os órfãos da lepra” eram encaminhados à Casa São José e ao Abrigo Menino Jesus. Estas instituições faziam parte das políticas de profilaxia de combate da doença na época, que consistia prioritariamente na segregação e isolamento dos filhos de pais acometidos pela lepra, desde seu nascimento, conhecidos, como os “descendentes de lázaros”. O objetivo era amparar a infância, preservando as crianças da contaminação da doença, oferecendo a elas cuidados e educação.

Cabe ressaltar que nesse período grande parte da manutenção desses estabelecimentos era realizada pela “Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra”, uma associação caritativa formada por um grupo de senhoras da alta sociedade amazonense, que, em conjunto com representantes da elite urbana e médicos, realizavam ações para combater a doença na região. Vale ressaltar que André Araújo foi integrante do Conselho Deliberativo da associação, desde sua criação (Cabral, 2023). Este grupo arrecadava roupas, medicações, donativos, alimentos, produtos de higiene, bem como, realizavam festejos para angariar recursos financeiros.

Devido ao aumento gradativo de crianças que eram encaminhadas à Casa São José e ao Abrigo Menino Jesus, verificou-se a necessidade de uma instituição maior e moderna para acolhimento e internação. A criação do educandário Gustavo Capanema foi efetivada em ação conjunta através de iniciativas de associações caritativas, comerciantes e apoio do governo municipal, estadual e federal.

No que concerne aos regulamentos para admissão na instituição, destinava-se às crianças nascidas nos leprosários, as que foram enviadas aos preventórios após o nascimento, que se encontravam em locais que eram considerados focos de contágio da doença e as que as famílias não

possuíam recurso para sua sobrevivência. Recebiam jovens em idade máxima de 15 anos para meninos e 18 para meninas. Para a saída da instituição, os critérios eram: contaminação pela lepra, falecimento, ultrapassagem da idade, casamento, trabalho com boa remuneração ou postura indisciplinar (Santos, 2006).

Importante reiterar que a fundação do educandário fazia parte das políticas de combate à lepra em nível nacional. Os pais diagnosticados com a doença eram vistos como ameaça aos seus filhos e à sociedade em geral. De certa forma, os “assistidos do estado” perdiam sua liberdade. Eram isolados os pais doentes e, conseqüentemente, segregados os filhos sadios. O discurso e as ações estavam envoltos em uma dinâmica de filantropia.

O educandário funcionou neste contexto de internação durante 36 anos. Foi desativado no ano de 1978 após mudança na legislação sobre a política de combate e controle da hanseníase no país, a qual priorizava a unidade familiar e não mais a segregação (Portaria Ministerial nº165, de 14 de maio de 1976). No primeiro semestre de 2024, o educandário funciona como um centro municipal de educação infantil, uma organização da sociedade civil que atende crianças de 04 a 12 anos, que estejam em condição de vulnerabilidade social, e oferece atividades socioeducativas e de recreação.

A Creche Circulista Menino Jesus, apesar de possuir um nome similar ao Abrigo Menino Jesus, tinha uma linha de trabalho diferente. O abrigo, como pontuado anteriormente, acolhia em formato de internato as crianças nascidas de pais com hanseníase. A creche, porém, atendia filhos (as) de operários, crianças de até seis anos.

A Creche foi inaugurada no dia 19 de abril de 1943, com sede no bairro da Cachoeirinha. Cabe evidenciar que essa instituição foi criada pelo próprio André Araújo após a publicação do projeto. A instituição ficava a cargo do Juizado de Menores e estava subordinada também ao Círculo Operário de Manaus. Recebia ainda apoio da LBA, com alimentos, roupas, remédios.

Esse estabelecimento nas décadas posteriores efetivou vários convênios com o poder público para dar continuidade em suas atividades em prol do trabalho socioeducativo, assistencial e promocional realizado pela instituição. Dentre eles, destacamos o que foi firmado no ano de 1983, entre a Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEDUC) e o Círculo Operário de Manaus, mantenedor da creche Circulista Menino Jesus, objetivando assegurar gratuidade a grande parcela da população escolar na faixa de ensino pré-escolar carente. Neste convênio, o Estado se responsabilizava pelo pagamento no período de 04 anos de dois professores e dois auxiliares de serviços gerais, que iriam trabalhar diretamente na creche (Amazonas, 1983, p.11). Em 2024, a referida instituição se encontra sem funcionamento. Não foi possível obter informações sobre como ocorreu o seu encerramento, data e motivos.

Entre as instituições previstas no plano de organização, evidenciamos também o Asilo Dr.

Thomas que estava sinalizado no Serviço Social de Assistência aos desajustados de amparo, Serviço Social de Assistência aos desajustados do espírito e Serviço Social de Assistência aos desajustados da condição. Criado em 1909, com o nome de “Sociedade Asilo de Mendicidade de Manaus”, no ano de 1932, passou a ser denominado de “Asilo de Mendicidade Doutor Thomas”, uma homenagem ao médico canadense, o Dr. Harold Howard Shearme Wolferstan Thomas²⁰.

Essa lógica fica evidente nos informativos dos jornais da época:

O dr. Joaquim Tanajura, prefeito municipal, tendo dito ciência, pela fiscalização municipal, da permanência de mendigos nos passeios e logradouros públicos, implorando a caridade, oficiou, à directoria do Asylo de Mendicidade, nesse sentido, perguntando-lhe se no referido estabelecimento ainda há capacidade para abrigar esses indigentes que vagou pelas ruas da cidade, evitando-se assim as reclamações que sujem a tal respeito (Varias [...], 1930, p. 1).

Para manutenção do órgão eram realizados eventos, como sessões de cinema, festivais, entre outros. A instituição recebia apoio das damas da caridade, comerciantes, grande elite e entidades religiosas da época. Nessa conjuntura, a assistência social recebia investimentos provenientes do Estado, contudo em especial da sociedade civil, através das associações caritativas, que realizavam inúmeras ações para arrecadar fundos financeiros. O que demonstra que a assistência não era reconhecida como um direito ou uma obrigatoriedade estatal, mas uma questão religiosa, de moralidade, sendo exercida em grande parte pela elite da época.

Na edição do Jornal do Commercio de 31 de dezembro de 1944, foi apresentada uma crítica realizada pela rádio Baré, descrevendo as péssimas condições do Asilo Dr. Thomas e apresentando a proposta feita pela Associação São Vicente de Paulo, para dirigir a instituição. No noticiário, era evidente o posicionamento a favor de que o asilo fosse gerido pela Associação São Vicente de Paulo, demonstrando a falta de recursos direcionada ao asilo provenientes do poder governamental.

Vivem aqueles nossos avós no seu abandono, naquele casarão velho e sem conforto, uma verdadeira tragédia. Comem mal, dormem mal, e vestem mal. Sabemos todos que grandes são os encargos do município no que diz respeito à assistência que deve ser dada aos pobres sem amparo. Não justifica esse aspecto, porém, o estado de coisas em que se encontra o Asilo dos Velhinhos. E não justifica porque sobre ter ele uma ajuda mensal de quase cinco mil cruzeiros, que, ao que tudo indica, não está sendo devidamente aplicada na alimentação dos asilados. Mereceu ainda prefeitura municipal, da Associação São Vicente de Paulo, pela sua directoria a proposta de tomar aquela entidade, a si, o encargo de dirigir o Abrigo, comprometendo-se ainda recolher quantos pobres vivam pelas ruas estendendo a mão a

²⁰ O médico canadense Harold Howard Shearme Wolferstan Thomas fazia parte da Escola Inglesa de Medicina Tropical de Liverpool. Esta instituição se dedicava a pesquisas sobre doenças tropicais e saúde pública nos trópicos. O referido médico iniciou no ano de 1905 seus estudos na cidade de Manaus, pesquisando especialmente a febre amarela, montando para este fim um laboratório científico, *The Yellow Fever Research Laboratory*. Realizava ainda atendimentos médicos gratuitos na Santa Casa de Misericórdia, onde possuía a honraria de ser sócio benemérito. Faleceu em Manaus no 1931, aos 56 anos, está sepultado no cemitério da capital São João Batista.

caridade pública (Todos os dias [...], 1944, p. 1).

Em exposição realizada no Jornal do Commercio na edição de 22 de janeiro de 1950, o vereador Walter Rayol apresentou um projeto de lei feito pela Comissão de Finanças e Orçamento propondo a criação da taxa de assistência social, visando principalmente a manutenção do Asilo Dr. Thomas, que abrigava na época em regime de internato cerca de cem (100) idosos. Segundo o vereador, para custeio da casa, era necessário o valor anual de Cr\$360.000,00, sendo que as verbas liberadas pela prefeitura ao asilo eram de Cr\$180.000,00, 50% apenas do quantitativo necessário (Razões apresentadas [...], 1950, p. 5).

Na década de 1960, no mandato do prefeito Paulo Nery, iniciaram-se reformas na instituição, com construção de inúmeros pavilhões para abrigar nessa nova estrutura especificamente os idosos em situação de abandono e vulnerabilidade social. O Jornal “A Crítica” de 23 de setembro de 1969 divulgou a seguinte manchete: “Prefeito Paulo Nery ampara a velhice”. Conforme o noticiário, a prefeitura da época estava investindo cerca de 1 bilhão de cruzeiros antigos para a construção de 20 pavilhões modernos, “onde os velhos irão ocupar 5.400 metros quadrados de área construída e passarão a residir em apartamentos arejados, com lavatórios internos, guarda-roupas e armários embutidos” (Prefeito Paulo Nery, 1969).

Nesse período, a Câmara Municipal de Manaus, através da Lei nº 995, de 30 de novembro de 1967, instituiu a criação da Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas – FTD. *A posteriori*, foi a Lei Municipal nº 942 de 20 de janeiro de 2006, reestrutura a entidade tornando-se uma instituição municipal, de caráter filantrópico de administração indireta. Atualmente, a FTD, conforme a Política Municipal de Idosos – PMI (Decreto-Lei nº. 5.482/01) é responsável pela coordenação, avaliação e efetivação de ações que garantam os direitos sociais da população idosa de Manaus.

Cabe reiterar que, durante nossas pesquisas, encontramos notícias que escancaravam as condições de funcionamento de algumas instituições que no primeiro momento eram geridas por André Araújo; contudo, ao passar dos anos, foram assumidas integralmente pelo Estado.

André Araújo, mesmo sendo um grande idealizador de projetos nesse âmbito, muitas vezes criador, cocriador, gerenciador, mantenedor, não era capaz de efetivar e prover sozinho as ações e serviços apontadas no plano. Sabemos que após a homologação do plano de assistência social, o Estado passou a assumir a responsabilidade pela materialização de muitos serviços e ações sociais. Contudo, foi possível verificar, pelas críticas encontradas nos noticiários da época, que a administração dessas iniciativas e estabelecimentos não recebia os devidos investimentos.

O Instituto Melo Matos e a Escola Premunitória do Bom Pastor no final da década de 1940, passou a ser denominadas de Instituto Melo Matos e Instituto Maria Madalena. Estas organizações

foram duramente criticadas no artigo publicado no Jornal do Commercio em 14 de abril de 1948. O referido artigo assinalava a precariedade das instituições infantis mantidas pelo governo, descrevendo que os menores alojados nos institutos dormiam em camas sem colchão e não possuíam cobertas para se protegerem do frio.

Figura 13 – Manchete “Garotos esfarrapados, de olheiras profundas, tristes e mal alimentados”.



Fonte: Instituições infantis [...], 1948.

Essa matéria, na verdade uma denúncia (Figura 13), alertava para as condições insatisfatórias em que viviam os menores, mencionando ambientes insalubres e falta de alimentação adequada. Relatos semelhantes persistiram na década de 1950, como evidenciado pela mensagem do governador Plínio Ramos Coelho à Assembleia Legislativa do Amazonas, alertando sobre o iminente desabamento do espaço do Instituto Maria Madalena, além de outras observações negativas:

Dependente da Secretaria do Interior e Justiça no setor administrativo e, na esfera judiciária, do juízo da Vara da Família de Manaus, esse estabelecimento de educação emendativa não é mais que um órgão a mais que inassiste a mocidade, constituindo-se, por isso, um vivo labéu contra os Governos anteriores. Faltam a esse Educandário técnica pedagógica especializada, instalações adequadas, dotações orçamentárias que bastem às suas necessidades reais, notando-se por igual, ausência completa de equipamento, no gerar mais educação, má alimentação, desconforto e ociosidade (Coelho, 1955, p. 51).

Na ótica de Coelho (1955), o Instituto Maria Madalena funcionava mais como um depósito de moças socialmente desajustadas e perdidas. Apesar de inicialmente ser considerado um local disputado, o trabalho oferecido ali mostrava-se ineficaz. Segundo Pessoa (2019), nos primeiros anos de funcionamento, muitas famílias pobres viam na Escola Premunitória a oportunidade de garantir alimentação, abrigo e aprendizado para suas filhas, uma tentativa das famílias de proporcionar melhores condições de vida para suas filhas. Todavia, a permanência na instituição era marcada por vigilância e trabalho.

Similarmente à Escola Premunitória, o Instituto Melo Matos, segundo Coelho (1955), foi completamente negligenciado pelos governos de Álvaro Maia e Leopoldo Neves. Originalmente designado para a reabilitação social de menores desajustados e delinquentes, o instituto, devido à indiferença dos líderes estaduais em relação ao seu propósito fundamental e crucial, reduziu-se a

restringir a liberdade dos jovens, adotando um sistema punitivo. Indo ao oposto de suas propostas iniciais, que consistiam em empregar um método pedagógico racional para promover a reabilitação dos jovens e, em última análise, resolver de maneira mais eficaz o problema da delinquência.

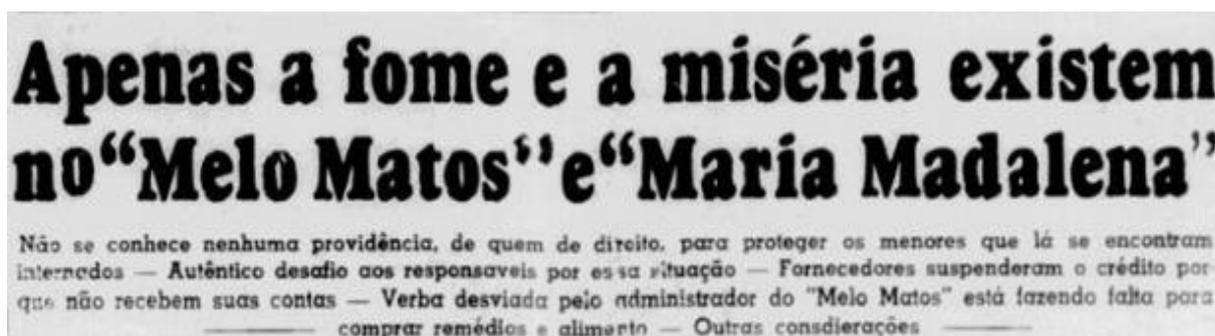
Pessoa (2019) assinala que essas mudanças foram desencadeadas por alterações no Juizado de Menores no ano de 1944. Em relatório ao governo do estado, o juiz Arnoldo Peres destacou que o Instituto não estava cumprindo as finalidades para as quais tinha sido criado. Peres (1944) argumentava que havia ociosidade predominante, oficinas obsoletas e ausência de uma estratégia pedagógico-repressiva efetiva. Ele considerava que o Instituto não merecia ter sido reconhecido como tal, especialmente porque não havia recebido melhorias em suas instalações, necessitando de uma reestruturação física e de uma nova organização em seu quadro funcional e nas práticas pedagógicas.

Encontramos críticas aos referidos institutos em um relatório feito por Arthur Reis denominado: “Como governei o Amazonas”. Nesse documento, o intelectual apresenta um balanço sobre seu mandato como governador do Estado do Amazonas no período de 27 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967. De acordo com o autor, o Instituto “Maria Madalena” não possuía condições mínimas para funcionamento, estava em completo abandono. Em seu governo realizou uma reforma geral no prédio, passando a administração do local para o Serviço Social da Casa Civil do Gabinete do Governador do Estado, firmando ainda um convênio com o poder judiciário.

Hoje, o Instituto “Maria Madalena” não só promove o ajustamento social de menores (mulheres), como também, dá uma educação básica, mantém cursos de auxiliares domésticas, de artes industriais, além das atividades esportivas e sociais promovidas regularmente para as menores (Reis, 1967, p. 105).

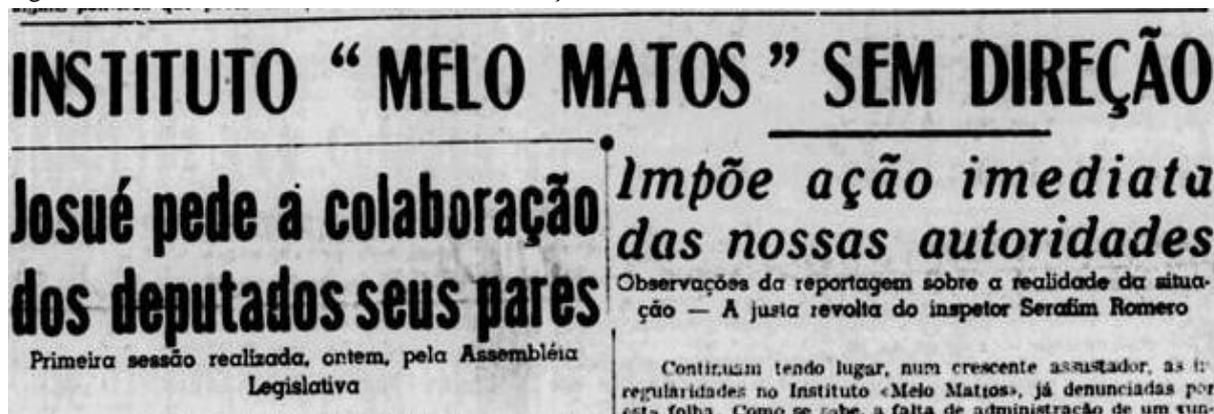
Dessa maneira, observa-se que enquanto André Araújo esteve à frente das ações do Juizado no que diz respeito ao Instituto Melo Matos e a Escola Premunitória Bom Pastor, houve um trabalho mais efetivo e que produziu resultados, mas que não foi mantido pelos seus sucessores e pelo governo. Como podemos verificar nas manchetes abaixo (Figuras 14 e 15).

Figura 14 – Manchete “Apenas a fome e a miséria existem no “Melo Matos” e “Maria Madalena”.



Fonte: APENAS a fome [...], 1958.

Figura 15 – Manchete “Instituto Melo Matos sem Direção.



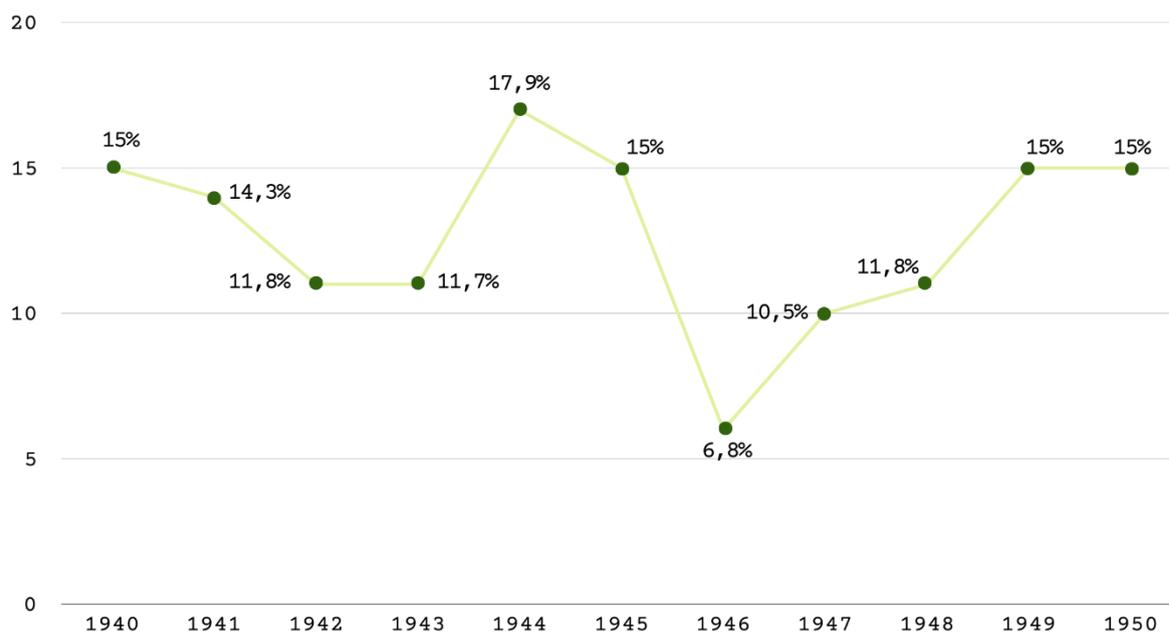
Fonte: INSTITUTO “Melo Matos” [...], 1959.

Diante desse quadro, o governador Plínio Ramos Coelho, na década de 1960, nomeou uma comissão para avaliar as necessidades das duas instituições. A partir das informações coletadas, o governador deu início a ações imediatas para a recuperação do Instituto Melo Matos e Maria Madalena. Dessa maneira, decidiu pelas seguintes providências:

- Os institutos deverão ter direção centralizada num órgão de assistência social;
- Os serviços de administração deverão ficar a cargo de associações religiosas ou à assistidas por assistentes sociais.**
- Deverá ser adotado o regime de recuperação pelo trabalho em escolas e oficinas;
- Revisão das dotações orçamentárias para fazer face a despesas de manutenção e assistência aos internados;
- Estabelecimento de regime de acordo ou convênio com o Serviço de Assistência a Menores e com a Escola de Serviço Social para esforço comum em prol do menor abandonado e sua reabilitação;**
- Que os menores recolhidos permaneçam pelo menos o período de 30 dias para observação;
- Levantamento de fichas e estudo da possibilidade de recuperação;
- Que os institutos sejam campo de trabalho dos assistentes sociais os quais através de processos técnicos e científico promovam o reajustamento dos menores internados** (Amazonas, 1963, p. 1, grifos nossos).

Essas críticas expressam claramente a falta de investimento público na política de assistência social do Estado. Para alcançarmos nosso objetivo de averiguar como o Estado do Amazonas passou a operar no que tange ao campo da assistência social, após o reconhecimento do plano, realizamos um levantamento sobre as receitas orçamentárias do governo, destinadas à assistência social, com um recorte temporal de 1940 a 1950. Em 1942, houve uma mudança na moeda utilizada no território nacional, passando de réis para cruzeiro, o que tornou a comparação direta dos valores mais complexa, por isso optamos por apresentar os percentuais. Para isso, elaboramos o gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Balanço das receitas orçamentárias destinadas a segurança pública e assistência social (1940 – 1950).



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa documental.

Constatamos, a partir das mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas que, no intervalo de 1940 a 1950, a média aritmética de destinação dos recursos para a assistência social era de 13,2%. É importante pontuar que, neste intervalo, os recursos apresentados não eram exclusivos da política de assistência social, visto que compunham a dotação intitulada “Segurança Pública e Assistência Social”.

Embora não tenha havido grande variação no período, identifica-se um percentual menor no ano de 1946, o que inferimos ser justificado por conta de um empréstimo que o Estado do Amazonas começou a pagar à República. Essa situação causou instabilidade na economia, afetando os recursos disponíveis para a assistência social (O chefe do executivo[...], 1946).

Numa leitura muito rápida o percentual de 13,2% do período de 1940 a 1950 pode soar como um excelente percentual para a assistência social. Entretanto, é importante pontuar que, neste intervalo, os recursos apresentados não eram exclusivos da política de assistência social, visto que compunham a dotação intitulada “Segurança Pública e Assistência Social”. Pelos documentos apreciados, não foi possível identificar quanto seria específico de cada uma dessas políticas.

Ao contrastarmos com os percentuais destinados em 2024 à assistência social (2,2%) e à segurança pública (8,68%), que juntos somam 10,88%, conforme o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2024 (Amazonas, 2023), podemos conjecturar que o valor destinado à assistência social entre 1940 e 1950 também não tenha sido tão elevado, considerando as muitas denúncias de falta de estrutura das instituições de assistência social

difundidas nos jornais escritos da época, como apresentamos anteriormente, bem como a necessidade de ação filantrópica de segmentos da sociedade. Disso, podemos deduzir que o plano de assistência social, criado em 1941 por André Araújo e sob responsabilidade do Estado, não foi materializado em sua totalidade nas décadas seguintes.

Essas observações foram ratificadas na Exposição do Governador à Assembleia Legislativa em 1955, ao mencionar o Setor de Assistência Social: “a Secretaria, desde sua instalação, não desenvolveu, em absoluto, nenhuma atividade. No Estado inexistia qualquer legislação que sirva de base ou mesmo de orientação para atividades com esse fim” (Coelho, 1955).

Tal manifestação do governador Plínio Ramos Coelho em 1955 desconsidera o embasamento legal e as ações voltadas à assistência social coordenadas por André Vidal de Araújo no governo de Álvaro Botelho Maia, seu predecessor. Não é possível afirmar se tal manifestação resulta de desconhecimento ou de certa desavença política. Entretanto, denota a descontinuidade da condução da política de assistência social no estado.

Como sabemos, não é possível materializar a política social sem investimentos efetivos para esse campo. Cabe ao Estado assumir a política de assistência social no sentido financeiro e operacional, financiando e gerenciando serviços e ações.

Indubitavelmente, o compromisso e o engajamento assumidos por André Araújo no campo da assistência social não foram os mesmos do poder público. Enquanto o intelectual ficou à frente de muitas ações, observamos uma ascensão das instituições e ações, uma dinâmica de funcionamento gradativa. Todavia, à medida que a gestão da assistência passou a ser realizada majoritariamente pelo Estado, ocorreu uma desorganização, uma precarização das instituições e serviços prestados à classe trabalhadora.

Nessa conjuntura, percebemos ainda que novos elementos vão se instituir no cenário político do Amazonas a partir dos anos de 1950 e 1960. Um desses elementos refere-se à vinculação da assistência social a uma conotação filantrópica e de subjugação a grupos políticos, sobretudo com a introdução do primeiro damismo. Esse tema foi habilmente abordado por Torres (2002), que evidencia que a partir da década de 1950 ocorreu uma dinâmica em nível nacional e regional em que as esposas dos governadores passaram a ser inseridas no campo da assistência social, trazendo uma nova lógica política, como trataremos no próximo tópico.

3.3 O legado de André Vidal de Araújo para a Assistência Social e o Serviço Social no Amazonas

Como sabemos, a assistência social no Brasil até meados do século XX esteve fortemente marcada por iniciativas individuais, de grupos caritativos e religiosos ao invés de ser assumida como uma política de Estado sistemática e efetiva. No Amazonas – uma unidade da federação que estava permeada por um quadro de grande miserabilidade urbana – não foi diferente do contexto nacional. A partir de demandas da gestão estatal, iniciou-se o processo de institucionalização de políticas públicas de cunho social na região.

Nessa conjuntura, uma ação importante no sentido de responsabilização do poder público foi introduzida na década de 1940, com um conjunto de ações de proteção social, capitaneadas por um sujeito histórico, que assumiu a responsabilidade por inserir na burocracia estatal uma política de assistência social ampla e articulada.

É desafiador dissertar sobre o vasto legado de André Araújo, consagrado como o “Pontífice Máximo da Assistência Social no Amazonas” (O gigantesco plano [...], 1947, p. 5). A cada fase dessa pesquisa, a cada informação coletada, um novo universo se abria. Algumas dúvidas se sanavam, outras surgiam. Um terreno fértil de descobertas e estudos.

Esta pesquisa não tem a pretensão de limitar este tema, ao contrário, visa suscitar novas indagações sobre tão importante temática. Entretanto, postula-se ser uma contribuição para o campo histórico e historiográfico das políticas públicas e do Serviço Social no Estado do Amazonas. Retratar os protagonistas da História, dar voz aos seus escritos, compreender seus feitos é um exercício intelectual necessário.

As sementes lançadas e adubadas pelo intelectual desabrocharam, rompendo em outras árvores, que merecem ser devidamente observadas e descritas, por outros pesquisadores. Como dissemos anteriormente, o terreno é fértil para outros estudos. Scherer (2016) afirma que existe uma lacuna histórica referente ao desenvolvimento da assistência social no estado do Amazonas. Parafrazeando Yazbek (1980): A escrita da história do serviço social em nosso país e, nesse caso, no Amazonas, está em processo de construção e para realizarmos esse feito são necessários estudos pontuais de seu processo de constituição e desenvolvimento.

No contexto amazônico, para realizarmos pesquisas sobre a trajetória política da assistência social ou para resgatarmos a história e a memória da profissão de serviço social, é impossível não discorrer sobre o pioneirismo e feitos de André Araújo no campo social, pois os resultados de muitos de seus projetos reverberam na contemporaneidade.

Considerando os objetivos firmados para esta dissertação, nesse tópico iremos apresentar um

singelo, mas significativo panorama do legado desse protagonista social, especialmente no que se refere à dinâmica desenvolvida por ele, que, em nossa análise, é um marco no que tange ao florescer de uma estrutura racional da política de assistência social no Amazonas.

Contudo, como iremos verificar, a organização da assistência social no Estado do Amazonas não seguiu um caminho linear. Após a institucionalização do plano (na década de 1940) que passou a ficar sob responsabilidade estatal, constatamos que os governos subsequentes não deram continuidade à lógica estabelecida e sistematizada por André Araújo.

Boschetti (2018) assinala que a garantia de direitos sociais nos países capitalistas se deu de modo reformista, ou seja, era necessário reformar o Estado, ampliar suas funções sociais, porém mantendo sua natureza capitalista. A ampliação dos direitos sociais possui uma funcionalidade política e econômica para o capital, trata-se de uma concessão à crescente luta por parte da classe trabalhadora, criando uma falsa interpretação sobre a conquista da cidadania e a garantia de direitos igualitários dentro do sistema capitalista, além da falsa perspectiva de redistribuição crescente da renda nacional.

Considerando os limites dessa dissertação e os objetivos assumidos, iremos pontuar brevemente algumas gestões governamentais, o que nos proporcionará reconhecer e ratificar conforme as informações supracitadas da Assembleia (Coelho, 1955) que o referido plano e, conseqüentemente, o legado de André Araújo não foram devidamente adotados e até mesmo aprimorados nos governos posteriores.

É válido assinalar que, no período de 1930 a 1955, o governo do Amazonas foi administrado por aproximadamente 12 representantes políticos, alternando entre interventores nomeados pelo governo federal e governantes eleitos por sufrágio universal. Diante dessas trajetórias políticas, destacamos os mandatos de Álvaro Botelho Maia, que possuía intrínseca relação com André Araújo e sua família.

Sua carreira política é considerada uma das mais longas do Amazonas, no qual foi: interventor federal nomeado por Vargas, entre os anos de 1930 e 1933; deputado federal de 1933 a 1935; governador eleito, 1935 a 1937; interventor federal nomeado, 1937 a 1945; senador eleito, 1946 a 1951; governador eleito, 1951 a 1954; por fim, senador eleito 1967 a 1969 (Pio Junior; Silva Filho, 2019). Álvaro Maia certamente possibilitou a efetivação de muitas ações capitaneadas por André Araújo.

Torres (2002, p. 111) assinala que, no Amazonas, no âmbito da assistência social antes da década de 1940, ou seja, antes das iniciativas propostas e materializadas por André Araújo, não existia “[...] qualquer iniciativa governamental dirigida à proteção social. A assistência aos desvalidos era prestada de forma voluntária por senhoras da sociedade, em geral mulheres e funcionários públicos

que, movidas pelo espírito religioso, prestavam socorro aos pobres”.

No transcorrer do século XX, diversos foram os modos de interpretação e conseqüentemente de resolução no que tange às demandas da assistência social, no trato sobre as refrações da questão social. As políticas de assistência social ao longo dos anos foram sendo apropriadas pelos diferentes grupos políticos como estratégia de controle da população numa direção contrária à lógica do direito, sendo visíveis ações de distorção da política pública²¹, aqui merecendo nossa especial atenção a política social²² voltada à assistência social.

Como exposto anteriormente, a lógica predominante da assistência nas décadas de 1930 e 1940 partia de ações caritativas e pontuais, não era reconhecida ou exercida pela perspectiva do direito, da cidadania. Entretanto, no Amazonas a partir do deferimento estatal que instituiu o Serviço de Assistência Social, André Araújo idealizou para o Amazonas uma política de proteção social à classe trabalhadora e não somente a alguns grupos vulneráveis. Não estamos falando de um estado ampliado de direitos, mas de uma lógica de responsabilidade estatal. Embora naquele período não houvesse uma compreensão ampla de política pública, no Amazonas a política de assistência social tem uma grande dívida com André Araújo.

Cabe ressaltar que um sistema de proteção social não se restringe a uma política social. O que configura um sistema de proteção social “é o conjunto organizado, coerente, sistemático, planejado de diversas políticas sociais, financiadas pelo fundo público e que garante proteção social por meio de amplos direitos” (Boschetti, 2018, p. 25).

Ressaltamos que embora André Araújo tenha delineado e consolidado suas ações a partir de uma visão de mundo altruísta voltada sobremaneira para o âmbito religioso, não percebemos em nossas investigações que suas iniciativas estavam associadas a uma questão político-partidária, de busca por votos, atreladas à lógica do favor ou de dominância.

É imprescindível pontuar que nessa conjuntura na qual a cidadania não era encarada sob a ótica do direito, e por mais que o intelectual não sinalizasse em seus discursos esse tipo de intencionalidade, no campo social percebemos uma visão paternalista a ele associada, diante de suas iniciativas e ações voltadas para as populações vulneráveis. Aclamado como o pai dos menores abandonados, reconhecido carinhosamente como “painho”. Entretanto, essa identificação não foi por nós entendida como uma dinâmica de controle ou submissão. Essa conotação estava permeada por

²¹ Conforme Sposati (2014), historicamente a assistência social foi interpretada por ações vinculadas a tutela, favor, voluntarismo, clientelismo, populismo, assistencialismo e não compreendidas como política social.

²² As políticas sociais referem-se às intermediações necessárias para a universalização dos direitos sociais. Possui uma natureza recheada de contradições, pois atende demandas sociais e as exigências e interesses do sistema capitalista (Pereira, 2008).

um sentimento de gratidão e reconhecimento pelas ações empreendidas por André Araújo.

No início da década de 1940, um fenômeno político e social emergiu em nosso país: a dinâmica do primeiro damismo. Segundo Torres (2002), essa lógica consistia em um deslocamento do papel estatal na efetivação das políticas públicas para o campo caritativo, nesse contexto exercido principalmente por mulheres, alcançando diversas esferas: gestão; liderança; persuasão. “O Estado se exime da sua responsabilidade e da sua função de intervenção na chamada ‘questão social’, transferindo essa responsabilidade para a própria sociedade sob a direção das primeiras-damas” (Torres, 2002, p. 22).

Nessa perspectiva são implementadas ações permeadas por um discurso de benemerência, que impregnava no imaginário coletivo uma noção de gratidão dos que demandavam a assistência. Reforçada ainda pela questão de gênero, a primeira-dama era vista como a mãe que acolhia, que ajudava e quando necessário intervinha junto ao pai em relação aos seus filhos. O controle da população nessa conjuntura não era exercido pela violência ou repressão explícita, mas por uma dinâmica paulatina de espoliação de direitos, mantenedora da estrutura social dominante. “A hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle (Iamamoto; Carvalho, 2009).

No transcorrer da década de 1940, um nome de destaque, considerada ainda a expressão máxima desse movimento que muito colaborou em âmbito nacional e regional refere-se à Sra. Darcy Sarmanho Vargas, esposa de Getúlio Vargas, consagrada como a criadora da LBA e que por um longo período presidiu a instituição. A liderança de Darcy Vargas e as ações da LBA não se limitavam ao Estado do Rio de Janeiro – capital do Brasil até início da década de 1960 – pretendiam englobar todo o país e assim foi feito.

A fim de promover suas ações e principalmente as propostas de governo de seu esposo, passou a convocar as primeiras-damas de todos os territórios nacionais para participarem da estrutura institucional da LBA. Todas deveriam assumir uma ação “missionária e salvadora” dos lares familiares e, conseqüentemente, do país. Iniciou-se assim em solo brasileiro, permeada por intenções políticas e estratégias de controle, a dinâmica do primeiro damismo.

Foi então criado um aparato institucional para que novas estratégias políticas e de dominação fossem realizadas, centradas no assistencialismo a partir do trabalho das primeiras-damas, gerando uma deformação da lógica da assistência social. Logo, há uma relação de poder e de dependência entre o sujeito que “dá” e o que “recebe”, fortalecida pela concepção de gênero, sendo a mulher, aquela que cuida, que ampara o desprotegido.

Em nossa região, na década de 1940, não tivemos a presença da primeira-dama. Como evidencia Torres (2002), a “historiografia informa que Álvaro Maia era uma pessoa solitária, que nas

horas de descanso preferia isolar-se em sítios e seringais para escrever as suas crônicas, mensagens e obras” (p. 115).

No Amazonas, no período de implantação da LBA na região, a coordenação dos programas ficou a cargo da Sra. Helena Cidade de Araújo, presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência no Amazonas. A Sra. Helena era esposa do político Ruy Araújo, que nesse período era o Secretário Geral do Estado e como relatado anteriormente era irmão de André Araújo. Em uma entrevista publicada no *Jornal do Commercio* de 11 de julho de 1943, em que a Sra. Helena Cidade foi perguntada sobre o que era a LBA, respondeu:

A Legião Brasileira de Assistência, patriótica iniciativa da Senhora Darcy [sic] Vargas, torna-se, dia a dia, uma notável obra que se caracteriza pelos relevantes serviços que vem prestando à coletividade, notadamente às famílias de soldados e marinheiros do Brasil, à infância, à velhice, à maternidades e aos desamparados da sorte. Além do mais colabora a L.B.A. com as nossas autoridades em todos os movimentos brasileiros, desenvolvendo esforços e ativando os seus órgãos de administração, a prol de uma campanha de elevado civismo e, ainda exaltando os brios do nosso povo para melhor compreensão de deveres (Araújo, 1943, p. 2).

Conforme Torres (2002), essa dinâmica do primeiro damismo não ficou centrada apenas no Estado, mas envolveu iniciativas privadas: o empresariado e o voluntariado. Esse apoio era exercido não somente por grupos da burguesia, mas tinha participação de integrantes da classe trabalhadora, especialmente de mulheres: “Tão forte foi o movimento que se formou em prol dos objetivos da L.B.A que se instalaram numerosos postos de inscrição, em que se alistaram muitas centenas de senhoras dispostas a coadjuvar com a benemérita iniciativa da Senhora Darcy Vargas” (Amazonas, 1943, *apud* Estradas, 2024b).

Torres (2002) assevera que, no Estado do Amazonas, a figura da primeira-dama ganhará destaque a partir de Dona Nazaré Coelho, esposa do ex-governador Plínio Ramos Coelho, que pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTD, que exerceu seu primeiro mandato entre os anos de 1955 a 1959, reconhecido pela sua defesa ao movimento sindical e colaboração aos trabalhadores, especialmente os portuários. O PTD foi o grupo político de oposição que sucedeu o governo de Álvaro Maia, que tinha como representante o candidato Ruy Araújo (irmão de André Araújo) que pertencia ao Partido Social Democrático – PSD. A eleição de Plínio Coelho selava a ruptura de cerca de 25 anos de liderança política de Álvaro Maia.

Dona Nazaré Coelho passou então a assumir os trabalhos desenvolvidos pela LBA, prestando serviços de assistência especialmente na área da saúde, além de ações voltadas para a velhice, infância e trabalhadores desempregados. Esse período foi marcado ainda pela era do trabalhismo e getulismo na região. Plínio Coelho, em seus discursos, assumia compromissos com a classe operária, “[...] que

[vive] nas periferias, lutam nas fábricas, nas usinas, oficinas, balcões e portos” (Scherer, 2016, p. 103).

A operacionalização da assistência social na década de 1950 ganhou novos contornos. Em consonância com as mudanças no cenário regional e nas forças políticas, irrompeu nesse período um grupo político formado pela classe média urbana, tendo como expoente Plínio Ramos Coelho, em conformidade com os preceitos do populismo²³. Nesse período, o governo Federal fundou em 1953 na região a Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA), permeada por objetivos integracionistas, ou seja, integrar a Amazônia ao espaço econômico nacional (Scherer, 2016). Essa organização não se limitava à questão econômica, possuía propostas sociais em seu plano, voltadas para a política demográfica, saúde, educação, saneamento, entre outros.

Temos no governo de Plínio Coelho a criação em 1955 do Departamento de Assistência e Previdência Social (DAPS), estabelecendo uma nova lógica estatal para enfrentar as demandas preferencialmente da classe trabalhadora e de setores pauperizados da população, em conjunto com a Secretaria de Saúde e Assistência Social. Nesse momento, um dos principais campos de trabalho eram os serviços de saúde.

O governo seguinte, de Gilberto Mestrinho (1952-1962), deu continuidade à mesma linha do populismo para a assistência social. As ações eram orientadas pela compreensão de que a pobreza da região era consequência da falta de cultura da população. Entre as iniciativas de seu governo, deu atenção à infância pobre, devido ainda ao alto índice de mortalidade infantil. Reconfigurou o Departamento Estadual da Criança de Saúde e Assistência Social. Scherer (2016, p.106) evidencia: “Seu governo procurou preservar as instituições assistenciais, criadas na administração de Plínio Ramos Coelho, a quem dedicava enormes elogios”.

Embora fora do nosso período de análise, julgamos importante ressaltar algumas ações de governos posteriores que também cooperaram para a organização da assistência social no estado do Amazonas, que poderão ser objeto de análise de futuras pesquisas.

Quadro 06 – Ações voltadas para o campo da assistência social nas décadas de 1960 e 1970.

Ano	Medida	Governador
1965	Fundação da Divisão do Serviço Social – DSS	Arthur Cezar Ferreira Reis (1964-1967)
1965	Instituição do Fundo de Assistência Social Decreto nº 125 de 30 de abril de 1965	
1965	Fundação do Grupo Executivo de Assistência Social	
1971	Criação da Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS Lei Estadual nº 1013 de 23 de abril de 1971	João Walter de Andrade (1971-1975)

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa documental

²³ Este conceito não se refere a um sistema de governo, mas a uma forma de governar. Remete ao surgimento de um líder político carregado de carisma, capaz de mobilizar e manipular as massas. É um fenômeno que se expressa de dois modos: como política de governo e como política de massas (Gomes, 1996).

Após várias mudanças de nomenclaturas e conseqüentemente de funções, em 2024, a SEAS tem como objetivo a gestão estadual da assistência social como política pública. Sua missão consiste na formulação, coordenação, articulação, monitoramento e avaliação da Política Estadual de Assistência Social do Estado do Amazonas, viabilizando a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acessos a serviços, programas e projetos direcionados aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade social.

Essas breves pontuações referentes à trajetória institucional da política de assistência social estabelecida no Amazonas, a partir do decreto-lei nº706 de 06 de novembro de 1941, demonstram que as ações empreendidas por André Araújo e legitimadas pelo poder público, porém sofreram alterações conforme as dinâmicas estatais de cada período.

Mesmo que André Araújo não tenha assinalado em seus textos, percebemos que ele compreendia a assistência social como um direito da classe trabalhadora. “É certo que a questão social atual é ‘o conjunto das infelicidades e misérias, de que sofre a classe operária e o estudo dos meios apropriados para lhe dar remédio” (Araújo, 1946, p. 26). Logo, considerava responsabilidade do Estado atender a população através de um sistema de serviços amplo e organizado, de modo universal e sistemático. Seu pensamento assinalava que a assistência social era um instrumento necessário para que a população acessasse serviços e ações de cunho social. Conseqüentemente, o autor denotava a assistência social como um direito social.

Para André Araújo (2003), a assistência e o serviço social precisavam estar corretamente aparelhados em uma dinâmica estatal para atender às demandas e necessidades da população, a partir de uma estrutura de serviços nos âmbitos educacional, saúde pública, assistência médica, previdência social, saúde, cultura, educação, assistência jurídica, assistência econômica, formando então um campo de ação indispensável aos premidos pelas misérias sociais.

Essa concepção da assistência social como direito somente será validada a partir da Constituição de 1988, mesmo diante de inúmeras contradições. “Ao se definir, constitucionalmente, no patamar de um direito social, a Assistência Social inscreve de algum modo as questões dos segmentos populares no interior do Estado” (Sposati, 2012, p. 33). A partir do reconhecimento das necessidades sociais, o Estado passou a ser responsável em organizá-las e atendê-las.

A proposta defendida por André Araújo e materializada no campo assistencial fomentou a organização das políticas sociais no Amazonas. Todavia, como sabemos, este caminho foi repleto de desvios e desníveis. Existe um espaço temporal e de conjuntura entre o que foi escrito em seu livro em 1941 “Organização de assistência e serviço social do Amazonas”, entre o decreto-lei homologado (nº 706 de 06 de novembro de 1941), que criou no Estado do Amazonas o Serviço de Assistência

Social e os anos subsequentes. Inferimos que este intelectual partilhava de ideais humanistas e, portanto, acreditava na necessidade de assegurar direitos aos trabalhadores para que estes vivessem em condições compatíveis com a dignidade da pessoa humana.

André Araújo, a partir de sua análise dos males sociais, tratados como desajustamentos, delineia para o Amazonas uma lógica de políticas interligadas e integradas, o que, na contemporaneidade, podemos conceituar como intersetorialidade (Pereira, 2014), ou seja, a articulação de diferentes políticas e serviços para o melhor atendimento às necessidades sociais. O intelectual trabalhou a partir da perspectiva de que a assistência social envolvia uma ampla rede de serviços voltados para diferentes grupos da população com suas muitas demandas, tanto na capital quanto no interior do Estado. No Amazonas, este contexto adubou o terreno em que conseqüentemente germinou a profissão de serviço social, sendo essa um instrumento indispensável para a efetivação dos serviços.

Ao trazermos essa reflexão para os tempos hodiernos, comparando com o que hoje compõe o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, instituído em 2004, com seus níveis de complexidade (atenção básica, média e alta complexidade), muitos dos serviços evidenciados no plano de ação organizado por André Araújo não seriam específicos do campo da assistência social. Percebemos que o intelectual, na década de 1940, agrupou instituições e serviços que atualmente seriam administrados por outras políticas, tais como, saúde, educação, cultura, justiça, habitação. Sua proposta não se limitava a áreas específicas, mas abrangiam as inúmeras demandas sociais da época.

Embora o intelectual utilize o termo assistência social, ao realizarmos uma leitura contemporânea, é notória a perspectiva de proteção social ou amparo social, que envolve diversos grupos de serviços (Pereira, 2016). Desse modo, ratificamos que a análise do plano nos indica que André Araújo trabalhou com uma concepção de assistência social que transcende a lógica contemporânea, prevista na Constituição de 1988, pois o intelectual empregou a assistência social para pensar uma política de proteção social que envolvia uma rede de serviços e instituições.

A partir da anuência do Estado, isto é, a partir da homologação em decreto-lei do projeto, André Araújo propôs uma sistematização de uma estrutura socioassistencial da época, delineando uma política governamental integrada. Reconhecia que medidas paliativas não seriam suficientes para enfrentar o problema da miséria. Nesse sentido, o intelectual, mesmo permeado por questões de cunho religioso, propôs a operacionalização da assistência social como política pública.

Ousamos afirmar que, se o poder público na década de 1940 e nas décadas posteriores tivesse assumido o compromisso em efetivar o plano de ações delineado por André Araújo, teríamos um abrangente e importante sistema de proteção social no Amazonas. Ele não propôs a criação de uma secretaria ou uma instituição em específico, mas um amplo sistema de proteção social. Contudo, esse

sistema não foi implementado e, ao longo dos anos, a política de assistência social foi e continua sendo apropriada pelos diferentes governantes como estratégia de controle da população.

Compreendemos, a partir de nossos estudos contemporâneos, que André Araújo não estava associado a uma perspectiva emancipatória, de superação do sistema capitalista e conseqüentemente da sociedade burguesa. Sua leitura estava atravessada por várias concepções, esforçando-se em interpretar sua realidade local e nacional, através do diálogo com as ideias de seu tempo, entre elas, a Doutrina Social da Igreja Católica, a Sociologia Americana da Escola de Chicago, a Sociologia Brasileira, o Movimento Higienista, entre outras.

Yazbek (2019), ao analisar as principais tendências históricas e teórico-metodológicas da profissão, assinala que o pensamento social da Igreja Católica e seu conservadorismo estão entrelaçados à gênese do Serviço Social por toda América Latina, contudo com particularidades múltiplas. Destacam-se o Chile e a Argentina, que beberão do racionalismo higienista, partindo do “movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral” (p. 04). Como percebemos, o Brasil também foi participe do movimento higienista e o Amazonas na figura de André Araújo bebeu dessa fonte.

Os trabalhos desenvolvidos por André Araújo tinham como preocupação fundamental a região amazônica e os desafios sociais de sua época. Sua leitura dos problemas sociais e sua atuação possibilitaram um enfrentamento das expressões da questão social. Conforme Ianni (1989), diversas são as formas de leitura da questão social e, conseqüentemente, de suas resoluções.

Indubitavelmente, o protagonismo de André Araújo na institucionalização da assistência social em nosso Estado é de grande importância. Ele não somente pensou, idealizou um projeto em campo abstrato, mas concretizou suas ações, sem medir esforços para isso. Mobilizava pessoas, envolvia sua família nas instituições, angariava doações, sendo reconhecido como um verdadeiro mendicante: “O Juiz desta Vara é um verdadeiro mendigo, que não se não se limita a pedir móveis usados, mas vive às portas dos asilos particulares a fim de conseguir internações” (Amazonas, 1942 *apud* Estradas, 2024).

André Araújo pensou na profissão de assistente social de modo estratégico. Reiteramos que, para ele, não era possível materializar a assistência social sem profissionais capacitados. Para este fim, na década de 1940, ofereceu um curso de serviço social com formação ampla e uma série de espaços de aprendizado. As instituições criadas por André Araújo e todas existentes no período eram o lócus de estudos e aprendizagem prática dos alunos de serviço social.

Essa profissão, para o intelectual, era de extrema importância na sociedade, sendo necessário dispor de uma série de conhecimentos que estivessem articulados à realidade amazônica. Nessa

conjuntura, para o intelectual, a Escola de Serviço Social de Manaus, com uma formação sólida, era o pressuposto fundamental para a efetivação de uma política voltada para o campo social, considerando as singularidades regionais. Essa lógica partia de uma incumbência do poder público, contudo existia um sujeito que direcionava esse processo.

Em cada livro lido, em cada pesquisa realizada sobre suas ações ou quaisquer informações relacionadas ao seu nome, vislumbravam-se a importância e a amplitude de seu trabalho. Este homem na década de 1940, no Amazonas, teve a capacidade de pensar e implementar uma profissão que, em janeiro de 2024, completou 83 anos de existência em nosso Estado.

Entre os frutos de seu trabalho, evidenciamos a consolidação de um curso presencial público de Serviço Social que é continuidade da Escola de Serviço Social de Manaus, que funciona na referida cidade desde a doação da Escola à Universidade Federal do Amazonas, em 1968. No ano de 2009, a UFAM passou a oferecer em Manaus um outro curso presencial no turno noturno, que era uma demanda importante dos estudantes trabalhadores que tinham dificuldade de acesso ao ensino público, até então o curso contava com turmas apenas no turno vespertino. Ainda no ano de 2009, conforme Andrade e Vallina (2020), foi criado no município de Parintins um curso presencial público no campus da UFAM. Os autores ressaltam ainda que, desde 1998, no Amazonas, tanto na capital quanto em seus municípios, várias instituições privadas também passaram a ofertar o curso de graduação em serviço social.

No processo de amadurecimento da profissão no estado, outro importante fruto foi a criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em serviço social, que desde o ano de 2007, oferece um curso de mestrado, e que até abril de 2024 formou cento e setenta e sete (177) mestres e mestras. Acredita-se que um outro precioso fruto, que está em processo de germinação, refere-se ao programa de doutorado. Em 2023, conforme registrado no sítio eletrônico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, ocorreu um seminário de construção da proposta de doutorado, um fruto bastante aguardado e de grande magnitude para todos.

A semente lançada no início dos anos de 1940 trouxe um imenso campo que floresceu. Nos vários municípios do estado do Amazonas, na capital e nas diferentes políticas públicas, há a presença de assistentes sociais (homens e mulheres) que labutam em prol dos direitos sociais. De acordo com dados fornecidos pelo Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Amazonas (CRESS 15ª Região/AM) até abril de 2024, estavam regularmente inscritos um quantitativo de 12.211 profissionais. Importante sinalizar que nem todas as pessoas graduadas exercem a profissão de assistente social e se inscrevem no referido Conselho, o que sinaliza que o número de pessoas graduadas em serviço social no Amazona deve ser maior. Contudo, todos os formandos, bacharéis, cadastrados ou não no CRESS fazem parte desse grande jardim plantado por André Araújo.

A lógica de André Araújo ultrapassou seu tempo histórico. Asseveramos novamente que ele foi um percussor das políticas sociais no Amazonas, um homem à frente do seu tempo, um elevado humanista. Para a implantação do Serviço Social e, conseqüentemente, efetivação da assistência social na região, o conhecimento da realidade social era fator precípua, obtido através de investigações, pesquisas, denominadas de “inquéritos sociais”, conhecer o meio social de maneira científica e sistemática, para então promover reformas. Sua leitura ampla para o contexto não tinha a pretensão de alterar o sistema de classes, contudo propôs intervenções estatais, ou seja, que o estado assumisse o seu papel de provedor da assistência social para as populações vulneráveis.

A organização da assistência social no Amazonas que começou com André Araújo não teve um término após ele, ao contrário, com o desenrolar dos anos, foi ganhando novas configurações. Nesse sentido, novos capítulos da história da assistência foram escritos no Brasil e no estado do Amazonas, devendo ser objetos de investigação de outros trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções existentes sobre a assistência social no Amazonas adotaram caminhos diferentes do nosso estudo. Ao longo de todo processo da pesquisa bibliográfica e documental, tornou-se evidente a contribuição incontestável de André Vidal de Araújo para a gênese, a organização e a operacionalização de um sistema de proteção social no estado do Amazonas, no limiar da década de 1940. Essas idealizações e orientações partiram de um proeminente intelectual, de formação humanista, um visionário, um homem além do seu tempo. Partícipe da sua realidade local, possuía relações com a Igreja, com a política, com grupos intelectuais em âmbito regional e nacional. Dedicou sua vida ao desenvolvimento e fortalecimento das políticas sociais na região amazônica.

A pesquisa sobre o florescer da assistência social no Estado do Amazonas, com foco no protagonismo de André Vidal de Araújo, foi uma oportunidade de reflexão sobre a trajetória e impacto desse pensador em nossa região. Ao longo do século XX, o Amazonas passou por transformações sociais, econômicas e políticas significativas, influenciadas pela expansão da economia da borracha, o processo de urbanização e migração, e as mudanças nas políticas governamentais. Assim sendo, nesse estudo, exploramos como este intelectual conseguiu diante dessa conjuntura realizar contribuições essenciais para o desenvolvimento da assistência social no estado.

Identificamos diversos fatores que contribuíram para o sucesso de muitas de suas iniciativas, entre elas, sua capacidade de mobilização e articulação política, o estabelecimento de parcerias estratégicas com diferentes atores sociais e institucionais.

Esses foram os nexos que permitiram a implantação de um amplo sistema de proteção social legitimado pelo Estado. Nesse processo ocorreu ainda o reconhecimento de que não era possível operacionalizar a assistência social sem pessoas qualificadas para tanto. Portanto, é indissociável a emergência do serviço social, uma profissão vislumbrada por André Araújo como vital para a materialização da assistência social. Inspirado por essas motivações, projetou e fundou a Escola de Serviço Social de Manaus, uma instituição educacional, baseada em pressupostos científicos, que objetivava formar profissionais qualificados e engajados para atuar no enfrentamento das demandas sociais e na promoção do bem-estar coletivo no Amazonas.

Em relação à nossa questão norteadora central acerca do processo de organização da assistência social no Estado do Amazonas, podemos inferir que, no Amazonas, as políticas públicas voltadas para a assistência social partiram de observações sistemáticas, relatórios e experiência profissional do referido juiz, que se dedicou a estudar os problemas sociais e encontrar soluções viáveis para seu enfrentamento, com anuência do poder público.

Quanto aos objetivos específicos firmados nessa dissertação, destacamos, quanto ao

primeiro, que as desigualdades sociais na região neste período tinham suas raízes nas dinâmicas econômicas e sociais impulsionadas pelo capitalismo dependente. Não é possível pensar a questão social no contexto amazônico sem compreendê-la como fruto do desenvolvimento capitalista. A análise das contradições geradas por esse sistema revela a essência antagônica entre os interesses do capital e os direitos e condições de vida dos trabalhadores locais.

A realidade complexa e multifacetada do Estado do Amazonas e seu fluxo de dependência financeira possui períodos e particularidades distintas, servindo historicamente de material de estudo para muitos intelectuais regionais do passado e do presente, que se dedicaram a compreender esta temática à luz do pensamento social da Amazônia. Com diversas matrizes ideológicas, os pensadores refletem com criticidade sobre as formas de assimilação e interpretação da região no decorrer do tempo. Nesta dissertação, nossa principal referência foi André Vidal de Araújo enquanto expoente do pensamento social da Amazônia.

No que tange ao segundo objetivo, foi possível vislumbrar como André Araújo organizou o Projeto de Organização da Assistência Social no Amazonas. Realizamos uma apreciação e discussão diante da pesquisa bibliográfica e documental para explicitar como o intelectual estruturou os serviços e instituições da época. As sementes plantadas por este pensador não apenas lançaram as bases para uma abordagem mais abrangente dos problemas sociais na região, mas também sinalizaram um despertar para a necessidade de uma resposta organizada e institucionalizada diante das contradições latentes da época. Seu plano de ação foi construído a partir de uma leitura social, embasada em estudos, relatórios e experiência profissional.

O intelectual não partiu de uma opinião individual, de uma ação improvisada, ele realizava uma apreciação acurada, fundamentada sociologicamente, possibilitando que sua análise subsidiasse ações articuladas com o estado, tendo este como entidade responsável por tais iniciativas. Suas ações representam um esforço constante em compreender a gênese das problemáticas sociais de sua época e encontrar soluções concretas a serem empreendidas pela estrutura estatal.

Ao respondermos ao terceiro objetivo, demonstramos que as ações e instituições de assistência social estruturadas no plano de ação criado por André Araújo e capitaneadas pelo poder público não receberam investimentos e manutenções adequadas. As críticas aos governos expressam veementemente a falta de investimento na efetivação da política de assistência social do Estado. Sobre as receitas orçamentárias do governo voltadas a esse campo, os dados revelaram que, no período de 1940 a 1950, os percentuais destinados à assistência social flutuavam entre um quantitativo de 6% a 15% do valor total da receita do estado, sendo que esse recurso não era exclusivo da assistência social, visto que era aglutinado aos gastos com segurança pública. Podemos concluir que o plano de assistência social, formulado em 1941 por André Araújo e instituído pelo poder público, não

foi efetivado em sua totalidade nas décadas seguintes.

Dentre os desafios e limites para essa pesquisa, salientamos que a realização de uma pesquisa histórica é uma jornada fascinante, mas repleta de desafios únicos que exigem habilidades específicas e uma abordagem criteriosa. Entre os principais desafios, destacamos a dificuldade na coleta de dados e o acesso às fontes primárias, pois são documentos que estão dispersos em arquivos, bibliotecas e até mesmo em acervos particulares, o que dificulta sobremaneira o contato com eles. Durante a coleta precisamos manusear documentos em estado comprometido de conservação, o que nos alerta para a necessidade de manutenção desses documentos, pois são ricas fontes para pesquisas futuras.

Outro obstáculo refere-se à interpretação e à análise crítica dos dados levantados, bem como a organização desse material. A investigação e reflexão de fontes históricas requer habilidades críticas e compreensão profunda do contexto histórico, cultural e social em que foram produzidas e empenho em identificar e preencher as lacunas. Outro ponto de suma importância consiste na contextualização histórica dos eventos, pessoas e fenômenos. Fizemos um esforço para apresentar e debater André Araújo dentro de sua conjuntura, bem como as ações desenvolvidas por ele.

Salientamos que toda pesquisa possui um limite, sobretudo no que diz respeito ao período determinado para uma pós-graduação *stricto sensu* (02 anos) no Brasil. No entanto, quanto ao recorte feito por esta pesquisa e às propostas delineadas, consideramos que esse trabalho alcançou seus objetivos. Contudo, ao desbravarmos esse terreno de informações, uma série de outras temáticas emergiram. Ressaltamos a discussão sobre o desenrolar da LBA no Amazonas, que nos demonstrou ser um conteúdo importante ao campo da assistência social, bem como o Círculo Operário de Manaus e as ações após a década de 1950.

As fontes hemerográficas e documentais nos apresentaram um conjunto amplo de documentos e informações que, pelos limites de nosso trabalho, não puderam ser inseridos, mas que, certamente, serão socializados em futuras publicações. Ressaltamos que a historiografia é a escrita da história, todavia, se ela não for investigada, analisada e registrada, ela não será conhecida. Consideramos que nosso trabalho não teria a profundidade necessária se ficássemos apenas em uma reflexão sobre o projeto de assistência social, por isso realizamos um esforço de demonstrar o que foi ou não implementado do referido projeto.

Indubitavelmente, há um grande legado deixado por André Araújo. Contudo, quando olhamos para a política social de assistência social, as discontinuidades das ações propostas foram uma característica pretérita e presente da condução da política e isso não se limita ao cenário amazonense.

Postulamos que André Vidal de Araújo desempenhou um papel fundamental na consolidação e expansão dos serviços de assistência social no Estado do Amazonas. Sua ampla leitura da realidade,

aliada a um profundo compromisso com os princípios da justiça social, possibilitou a implementação de políticas e programas que beneficiaram inúmeras pessoas da capital e municípios do Amazonas. À luz das análises realizadas neste estudo, é possível afirmar que, caso o plano de André Araújo tivesse sido materializado, suas iniciativas rebateriam no fortalecimento do sistema de assistência social e no avanço do bem-estar social no Estado do Amazonas, servindo de base em nível nacional.

Certamente, o legado de André Vidal de Araújo reverbera através dos registros e memórias das instituições, serviços e ações criadas por ele. E, especialmente, pela consolidação de um curso presencial público de Serviço Social, que é continuidade da Escola de Serviço Social de Manaus, que anualmente forma dezenas de profissionais e que se desdobrou em um programa de pós-graduação em nível de mestrado e, futuramente, de doutorado. Seu protagonismo, sua visão humanitária e seu comprometimento no desenvolvimento e fortalecimento da assistência social no Amazonas é inegável. Sua dedicação e liderança foram fundamentais para impulsionar políticas e programas sociais que visavam atender às necessidades dos mais vulneráveis na região. Essa obra está à disposição da sociedade e da academia para que seja lida e debatida.

REFERÊNCIAS

A FÉ que remove montanhas. **Jornal do Commercio**, Manaus, 21 mar. 1948, p. 9.

A Noite. **Secção de costura da Escola Premunitória do Bom Pastor**. Amazonas, 1 dez. 1942. Fotografia. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AGUIAR, Ariadna Nunes. **Influência das Ideias Higienistas na emergência da escola de serviço social do Amazonas**. Orientador Marcelo Mario Vallina. Relatório Final PIB-AS/0054/2012.

AMAZONAS perde um sábio: André Araújo. **Jornal do Commercio**, Manaus, 11 mar. 1975, p. 5.

AMAZONAS. Decreto-Lei nº 706 de 06 de novembro de 1941. Cria o Serviço de Assistência Social do Estado do Amazonas. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, 1941.

_____. Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, nº196, 13 maio 1944b.

_____. Conselho de Proteção e Assistência aos Menores, **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, 1941.

_____. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, nº12.124. Manaus, 9 nov. 1935. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.

_____. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, nº12.124. Manaus, 09 nov. 1935.

_____. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, nº25.332. Manaus, 02 set. 1983.

_____. Estatuto do Círculo Operário de Manaus. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. Manaus, 29 de jan. 1944a.

_____. Lei nº18 de 21 de setembro de 1935. Cria o Juizado de Menores na cidade de Manaus. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, 1935.

_____. Lei nº50 de 23 de fevereiro de 1938. Cria os nas comarcas do interior os Conselhos de Assistência e Proteção aos Menores. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, 1938.

_____. Lei nº92 Cria o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, 19 nov. 1935.

ANDES, Pedro Marcos Mansour. A ditadura do Estado Novo no Amazonas: Interventoria, sindicatos e trabalhadores na Manaus da Era Vargas. In: FERREIRA, Arcângelo da Silva (org.). **História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia**. /Arcângelo da Silva Ferreira; Elisângela da Silva Maciel. Manaus: Editora Valer, 2021.

ANDRADE, Aldair Oliveira de; OLIVEIRA, José Alcimar de. André Vidal de Araújo:

aproximações filosóficas. In: PINHEIRO, Hamida Assunção; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; VALLINA, Katia de Araújo Lima; VALLINA, Marcelo Mario (org.). **Serviço Social e os Desafios do Tempo Presente**: historiografia e trabalho profissional. São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; SILVA, Escarlete Raíssa Evangelista da; MENEZES, Shirley Vitória Teixeira de; FREITAS, Adriana Oliveira. A tessitura do Serviço Social no Amazonas: história e historiografia da profissão. In: PINHEIRO, Hamida Assunção; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; VALLINA, Katia de Araújo Lima; VALLINA, Marcelo Mario (org.). **Serviço Social e os Desafios do Tempo Presente**: historiografia e trabalho profissional. São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; VALLINA, Marcelo Mario; GAMA, Rayanne Roque. Da Escola de Serviço Social de Manaus ao Boom do mercado educacional no Amazonas. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; VALLINA, Marcelo Mario. **Novos Contornos do Serviço Social no Amazonas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

APENAS a fome e a miséria existem no “Melo Matos” e “Maria Madalena”. **Jornal do Commercio**. 23 fev. 1958. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.

ARAÚJO, André Vidal de. **Á prol da Infância**. Manaus: Palácio Real, 1940a.

_____. **Bases Sociais da Pedagogia Curativa**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2002.

_____. **Ensaio para uma teologia Política para transformação do mundo**. Manaus, [s.n.], 1952.

_____. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. Editora Valer, Manaus, 2003.

_____. **Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas**. Manaus: Imprensa Pública, 1941.

_____. **Proteção à infância e à juventude no Amazonas de hoje**: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (5-10-1935 a 1-10-1940). Manaus: Imprensa Pública, 1940b.

_____. **Serviço Social**: problemas sobre maternidade, infância, juventude, velhice, tuberculose, lepra, e todos os desajustamentos sociais. Manaus: Imprensa Pública, 1940c.

_____. **A Ociosidade e o Furto na Predelinquência Infantil**. Manaus / Amazonas / Brasil, 1939.

_____. Discurso: **Proferido na Solemnidade da Colação de Grão dos Bachareis de 1921 da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes**, pelo Orador da turma André Vidal de Araújo. Manaus: 1922.

_____. **Estudos de Sociologia**. Manaus: Escola Técnica de Manaus, 1947.

_____. **Sociologia de Manaus**: aspectos de sua aculturação. Manaus: Edições Fundação

Cultural do Amazonas, 1974.

ARAÚJO, Milburges Bezerra de. O serviço Social na proteção à maternidade e infância. **Revista Arquivo de Serviço Social**. Publicação da Escola de Serviço Social de Manaus. n. 3, p. 45-68, 1950.

AS REALIZAÇÕES DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NO AMAZONAS. **Jornal do Commercio**, Manaus, 30 jul. 1946.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, Maria José de Souza; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o estado do Pará em foco. In: SCHERER, Elenise. **Questão Social na Amazônia**. Manaus, EDUA, 2009.

BATISTA, Djalma. Amazônia. **Cultura e Sociedade**. 4 ed. Organização de Tenório Telles. Manaus: Valer, 2019.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Editora Valer/ EDUA/ Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel Isaac. **Amazônia**: Ecologia e Desenvolvimento. In: Encontro dos Empresários da Amazônia, Manaus, 1989.

_____. **Amazônia**: Formação Social e Cultural. Manaus: Editora Valer / Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

_____. **Amazônia**: Planetarização e Moratória Ecológica. São Paulo: Edição Universidade Paulista – Cered, 1989.

_____. **Amazônia**: Um pouco – Antes e Além – Depois. Ilustração de Jorge Palheta e Moacir Andrade; Prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis, Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BITTENCOURT, Agnello. Araújo Filho. **Revista da Academia Amazonense de Letras**. n. 15, p. 56-59, 1970.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo, Ed. Cortez, 2018.

BRAGA, Genesino. O que foi Justo e Sábio. **Jornal do Commercio**, Manaus, 16 mar. 1975.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Biografia André Araújo**. sd. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130399/biografia>. Acesso em 20 fev. 2024.

BRASIL, Maria Vitória Castro. **A assistência social às crianças desvalidas e nomeadas delinquentes na cidade de Manaus, no período de 1930 a 1950**. Iniciação Científica. Universidade Federal do Amazonas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Manaus, 2019.

BRASIL. **Portaria nº 165, de 14 de maio de 1976**. Dispõe sobre tratamento e profilaxia da

hanseníase. Diário Oficial da União 1976; 14 maio 2024.

CABRAL, Adriana Brito Barata. **Da Lepra à Hanseníase: políticas de combate à hanseníase em Manaus (1940-1980).** (Tese - Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2023.

CAVALCANTI, Lúcio. Lúcio Cavalcante diz quem é: André Vidal de Araújo. **Jornal do Commercio**, 03 jan. 1971, p. 7.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO. **Álbum Instituto Montessoriano Álvaro Maia.** Manaus, 1946. Fotografia. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/_lbum_instituto_montessoriano_lvaro_mai_a_1946_. Acesso em: 16 jan. 2024.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local.** Vol. 8, n. 13. Interações, 2006.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; GUIMARÃES, Gizelly Caroline França; NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do; SILVA, Thamirys Souza e. Políticas Públicas & Sustentabilidade na Amazônia: pauta de desafios e potencialidades para o Serviço Social. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de et al. (orgs). **Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade.** Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2021.

CLOSS, Thaisa. T. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6271/2/474062%20Texto%20Completo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

COELHO, Plínio Ramos. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas,** 1955.

COSTA, Carlos. **André Vidal de Araújo: o homem, o humanista e o social.** Manaus, 2010. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2609897>. Acesso em: 05 out. 2023.

COSTA, Carlos. **O caminho não percorrido: A trajetória dos Assistentes Sociais masculinos em Manaus.** Manaus: FUA, 1995.

COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1980/1915).** Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014.

COSTA, Tatyana Sampaio Monteiro Pessoa. **História Cultural da Comunidade Surda de Manaus: resgate baseado em fontes orais.** 2022. 121 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022.

COELHO, Plínio Ramos. **Mensagem do Governador à Assembleia do Amazonas.** Manaus, 1955. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.

CRUZ VERMELHA. **Estatuto da Cruz Vermelha.** Manaus, 1917, p. 1-22.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: ensaios amazônicos.** Brasília: Senado Federal,

Conselho Editorial, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto** – Manaus 1890-1920. 3 ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

DR. ARAÚJO Filho. **Jornal do Commercio**, Manaus, 1912, p. 1.

DUARTE, Durango. **Sede da Escola de Serviço Social de Manaus**: Acervo João Bosco Araújo. Manaus, 2009. Fotografia. Iconografia - Manaus Entre o Passado e o Presente. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/antiga-escola-de-servico-social/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ESTRADAS, Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). **Serviço Social no Amazonas entre sombras e luzes**: historiografia, formação e trabalho profissional. Base de Dados. Acesso em 10 fev. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar da nova era. Vol. II Ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Lúcia Marina Puga. **André Vidal de Araújo**: Pensamento Social e Sociologia. Dissertação (Mestrado Sociedade e Cultura) Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus, 2002.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política**: o Amazona na República Velha: 1889-1914. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

FUNDADA a Escola de Serviço Social. **Jornal do Commercio**, Manaus, 01 dez. 1940, p.1.

GALVÃO, Manoel Dias. **A História da Medicina em Manaus**. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

GOMES, Angela. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro: 1996, p.1-17. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf. Acesso em 30 mar. 2024.

GOMES, Vera Lúcia Batista. Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: notas para a reflexão no Estado do Pará. In. GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso (Orgs.). **O avesso dos Direitos**: Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 2007.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n° 3. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, Octavio. **A Questão Social**, Revista USP, n.146, 1989. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>. Acesso em 05 fev. 2023.

_____. **A sociedade global**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974.

INSTITUIÇÕES Infantis mantidas pelo governo. **Jornal do Commercio**, 14 abr. 1948.

INSTITUTO “Melo Matos” sem direção. **Jornal do Commercio**, 17 mar. 1959.

JUIZADO de Menores de Manaus. **Jornal do Commercio**, Manaus, n. 13.428, p. 41, 02 jan. 1944.

PIO JUNIOR, Amaury Oliveira; SILVA FILHO, Eduardo Gomes da Silva. Álvaro Botelho Maia: um caboclo na política amazônida. In: UGARTE, Auxiliomar Silva; QUEIRÓS, César Augusto Bulbolz (org.). **Trajatória políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Editora Valer, 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos operários). Petrópolis: vozes, 1973.

LIMA, Isteice Nogueira de; VALLINA, Marcelo Mario. A influência do higienismo na formação profissional do Amazonas (1941-1946). In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; VALLINA, Marcelo Mario; ALBUQUERQUE, Renan. **Os nós da formação profissional em Serviço Social**. Parintins: Leda; Manaus: Edua, 2017.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e Revolução social em Florestan Fernandes**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, p.1-12, dez. 1995. Disponível em www.iea.usp.br/artigos. Acesso em: 15 abr. 2023.

LOUREIRO, Antônio Jose Souto. **A Grande Crise**. Amazônia – aspectos socioeconômicos. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro. 2009.

_____. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 3 ed. Belém, Para: Cultural Brasil, 2014.

MAIA, Álvaro Botelho. **Mensagem de exposição a Assembleia Legislativo do Estado do Amazonas**. Manaus, 1943, p. 101-103.

MAIA, Álvaro Botelho. **Mensagem de exposição a Assembleia Legislativo do Estado do Amazonas**. Manaus, 1941.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia —MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral: problemas temporais e espirituais de uma nova cristandade**. São Paulo: Cultor de Livros, 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. – 16 ed. – São. Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Ana Claudia Lopes. **A formação profissional dos assistentes sociais em Manaus no período de 1970 a 1985**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8725/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o_AnaClaudiaMartins_PP_GSS.pdf. Acesso em 13 out. 2023.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Editorial Boitempo, 2005.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910**. 3. ed. – Manaus: Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.

MILBURGES Bezerra de Araújo. **Jornal do Commercio**, Manaus, 06 mar. 1979, p. 5.

MILTON, Acácio de Araújo. A recuperação dos Surdos-Mudos no Brasil. **Revista do Serviço Público**: v.4, n.2, 1950, p. 5-19.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. Serviço Social & Sociedade. 2012, n. 110, pp. 270-287. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. **A criação da Escola de Serviço Social de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro: 1986.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Mobilidade do capital, migrações e política social: elementos para o debate. **Argumentum** (Vitória), v. 8, n. 3, p. 21-28, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14712/10421>. Acesso em: 10 nov. 2023.

_____. Riqueza e pobreza no estado do Pará: produção e reprodução de expressões da “questão social” na região. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz, 2009.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Da acumulação primitiva à moderna expropriação na Amazônia paraense: reflexões à luz da teoria crítica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.13, n.2, p. 381-393, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45090/25228>. Acesso em: 16 dez. 2023.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, n.3, Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NEVES, Agres Roberta Oliveira das. **Campanha de Saneamento e Profilaxia Rural no Amazonas (1920-1923)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, 2008. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3736/1/Dissertacao%20-%20Agres%20Roberta%20Oliveira%20das%20Neves.pdf>. Acesso em 17 fev. 2024.

O CHEFE Do executivo esclarece o que fez frente a administração. **Jornal do Commercio**, 17 mar. 1959. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.

O DESENVOLVIMENTO da instrução [sic], no interior. **Jornal do Commercio**, Manaus, 03 abr. 1928, p. 1.

O GIGANTESCO plano da L.B.A. **Jornal do Commercio**, Manaus, 09 fev. 1947, p. 5.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016

PEREIRA, Jayme (org.). **André Vidal de Araújo: o místico moderno**. Manaus: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1976.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Organizadores: Giselle Lavinias Monnerat; Ney Luiz Teixeira de Almeida; Rosimary Gonçalves de Souza. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

_____. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PERES, Arnaldo. Juizado de Menores. In: Maia. Álvaro Botelho. **Mensagem do Governador à Assembleia do Amazonas**. Manaus, 1944. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Instituto de

Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus: 2010. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3732/4/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Alba%20Barbosa%20Pessoa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

PESSOA, Alba Barbosa. Instituições disciplinares para a infância na Manaus varguista: Escola Premonitória do Bom Pastor e Secção Mello Mattos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, volume 11, número 2, out./dez. 2019. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/6657/5245. Acesso em: 15 set. 2023.

PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos Construtores da Nação:** disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945). Tese de Doutorado em História. UFPA: 2018. Disponível em: <https://www.pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2019/Tese%20Doutorado%202019%20Alb%20Barbosa%20Pessoa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

PINHEIRO, Hamida Assunção; ANDRADE, Aldair Oliveira de; OLIVEIRA, José Alcimar de. André Vidal de Araújo: aproximações filosóficas. In: Hamida Assunção Pinheiro, Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Katia de Araújo Lima Vallina e Marcelo Mario Vallina (orgs.). **Serviço Social e os Desafios do Tempo Presente:** historiografia e trabalho profissional. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. **Pensamento social brasileiro na Amazônia.** Textos & Debates, Boa Vista, n.27, v.1., p. 13-20, jan./jun. 2015.

PINTO, Renan Freitas (Org.). **Amazônia:** apontamentos de história oral. Renan Freitas Pinto, Lúcia Puga e Tatiana Pedrosa (orgs.). – Manaus: Editora Valer/ PPGICH – UEA, 2020.

_____. **A Sociologia De Florestan Fernandes.** Manaus: Editora EDUA, 2008.

_____. **Viagem das Ideias.** 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2012.

PIO XI. **Carta Encíclica Quadragesimo Anno.** 5 ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

PREFEITO Paulo Nery Ampara Velhice. **A Crítica.** 23 set. 1969. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.

RAZÕES apresentadas pela Câmara Municipal de Manaus. **Jornal do Commercio**, Manaus, 1950, p. 5.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. **A política de Portugal no vale amazônico.** 2 ed. Belém: SECULT, 1993.

_____. 1906-1993. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.

_____. **Como Governei o Amazonas**. Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Imprensa e Divulgação Ano, Manaus, 1967. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/como_governei_o_amazonas. Acesso em: 20 jan. 2024.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. **Conhecimento e currículo em serviço social: análise das contradições (1936-1975)**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALES, Gabriela Azevedo Campos. **A construção da assistência social no Brasil: uma abordagem jurídica (Mestrado em direito)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/5880/1/Gabriela%20Azevedo%20Campos%20Sales.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. **Entidades filantrópicas & políticas públicas no combate à lepra: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/6105/4.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SCHERER, Elenise (org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus, EDUA, 2009.

SCHERER, Elenise Faria. **A trajetória da assistência social aos desassistidos manauenses**. Manaus: EDUA, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. **Modernidade e Assistência Social no Brasil dos Anos Dourados: a atuação da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)** – Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, Heloísa Helena Corrêa da. **Expressões da Assistência Social no Médio Juruá – Amazonas**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

SILVA, Marilene Corrêa da Silva. **Metamorfose da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

SIQUEIRA, Luana de Sousa; ALVES, Gláucia Lelis. Criminalização da pobreza, violência e ação do estado capitalista. In: GRANEMANN, Sara (org.). **Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020. p. 203-222. ISBN 978-85-7108-460-5. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/CCNC-digital->

v4.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; BONETTI, Dilséa Adeodata; YASBEK, Maria Carmelita; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SPOSATI, Aldaíza; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **Os Direitos (dos desassistidos) sociais**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugénia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 141-152, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/94/86>. Acesso em: 22 out. 2023.

_____. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. In: SCHERER, Elenise. **Questão Social na Amazônia**. Manaus, EDUA, 2009.

TODOS os dias. **Jornal do Commercio**, Manaus, 31 dez. 1944, p. 1.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder** 2002. São Paulo: Cortez, 2002.

VARIAS. **Jornal do Commercio**, Manaus, 16 maio 1930, p. 1.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELOS, Silvana Aurila da Silva. **André Vidal de Araújo entre a religião e o higienismo (1935-1952)**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Manaus: UFAM, 2017.

VASCONCELOS, Silvana Aurila da Silva; NASCIMENTO, Thaynara Reis. **O Pensamento de André Vidal de Araújo, no período 1935 a 1951** (Relatório Final de Pesquisa em Serviço Social). Manaus: UFAM, 2015.

VEIGA, Cynthia Greive e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no Sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvea Kfourri**. Coleção Sapientia. Grandes Nomes da PUC-SP. EDUC, 2016.

WEINSTEIN, Barbara. **Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia**. História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26368466_Experiencia_de_pesquisa_em_uma_regiao_periferica_a_Amazonia. Acesso em: 17 nov. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social da**

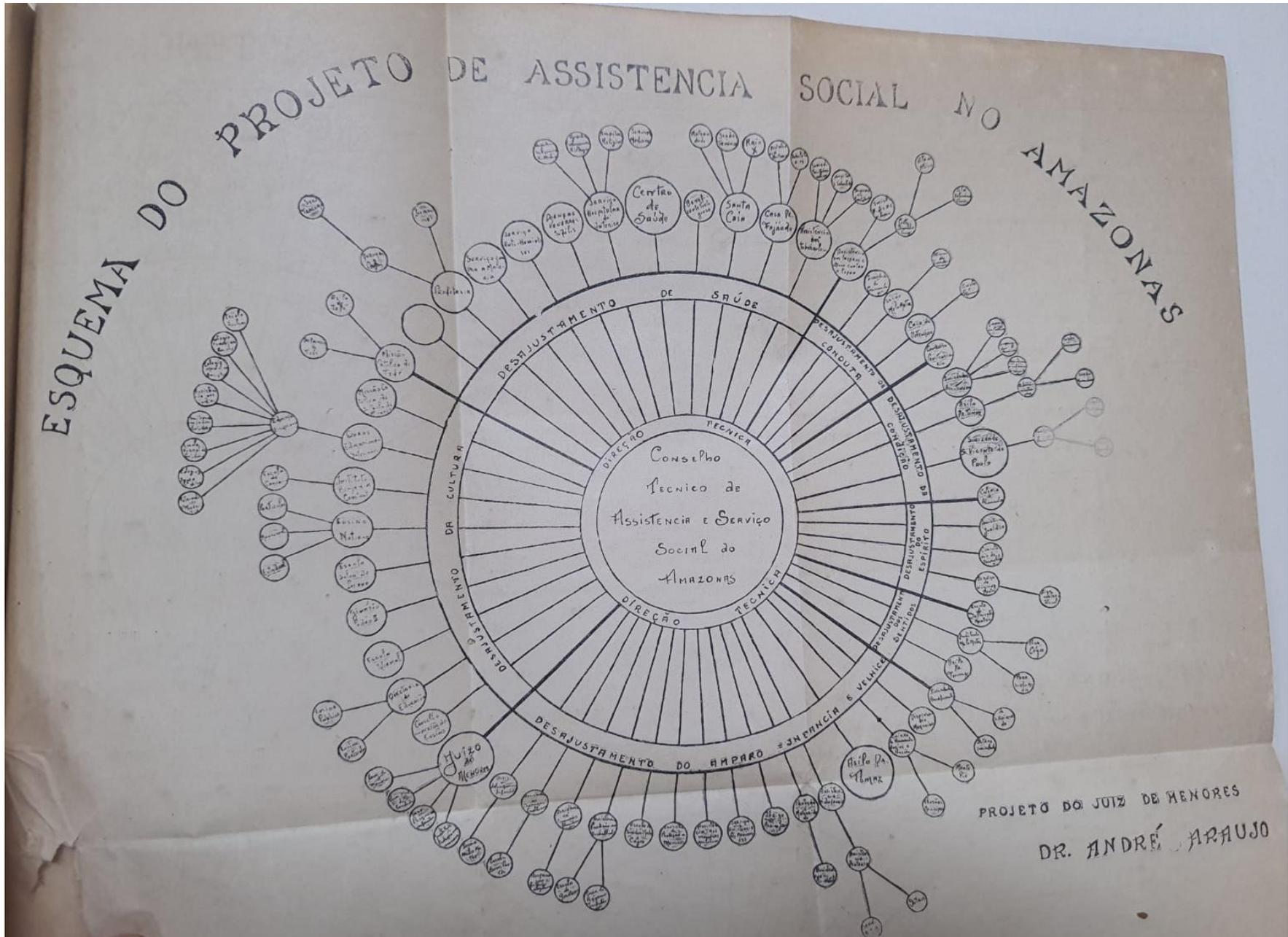
PUC-SP no período de 1936 a 1945. São Paulo: Cadernos PUC, Educ/Cortez, 1980. v. 1, p. 11-60.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda et al. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimentos e crítica*. Campinas. Papel Social, 2019.

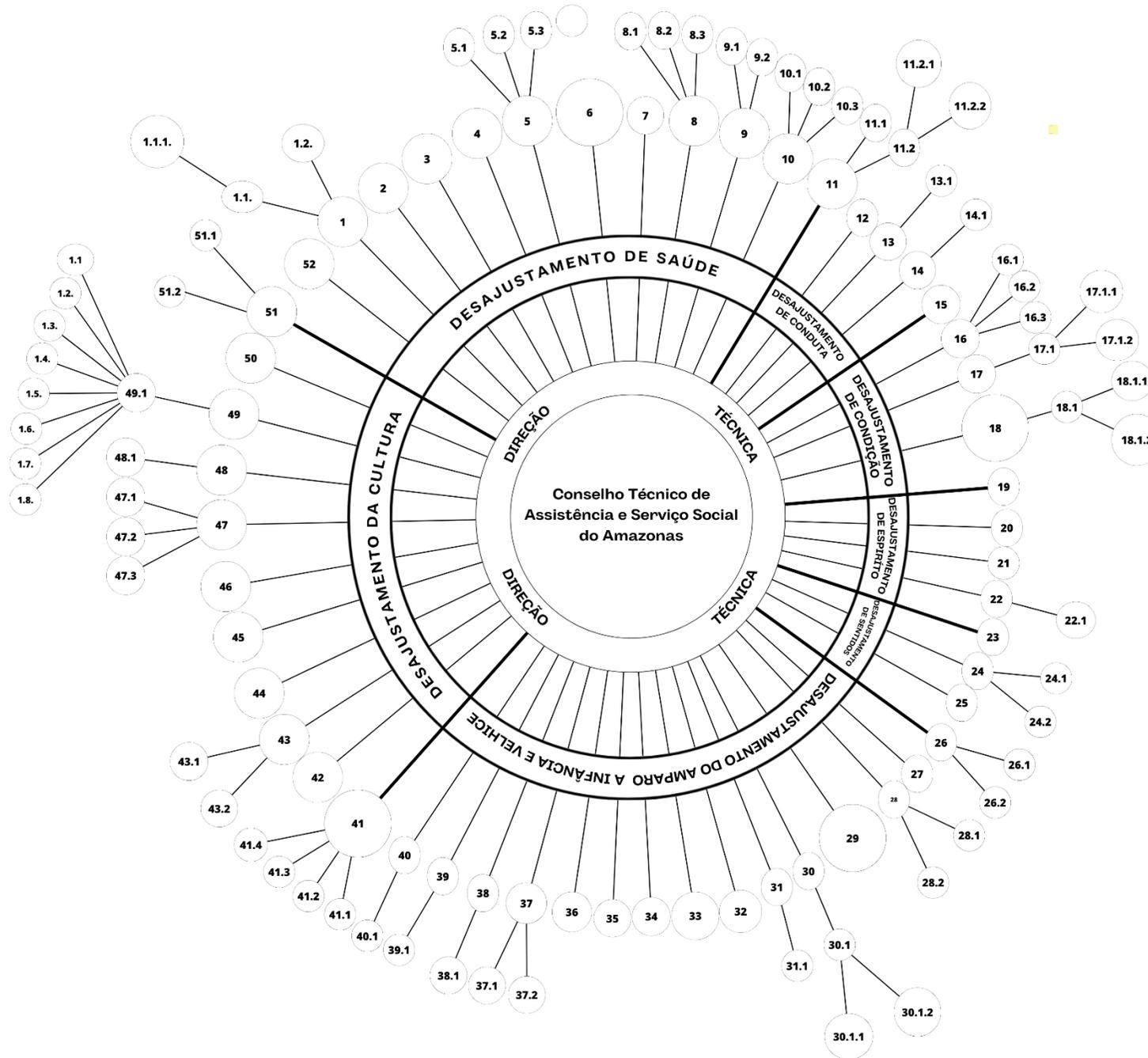
YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis*, n.3, Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

ANEXOS

Anexo A – Esquema do Projeto de Assistência Social no Amazonas (Araújo, 1941).



Anexo B – Adaptação do Esquema do Projeto de Assistência Social no Amazonas (Vasconcelos, 2024).



DESAJUSTAMENTO DA SAÚDE

1. Profilaxia
2. Serviço contra a Malária
3. Serviço anti-Hamintoses
4. Doenças Venéreas e Sífilis
5. Serviço Hospitalar de Juteiros
6. Centro de Saúde
7. Beneficente Portuguesa
8. Santa Casa
 - 8.1. Raio X
 - 8.2. Seção ilegível
9. Casa Dr. Fajardo
 - 9.1. Assistência ilegível
 - 9.2. Ambulatórios
10. Assistência aos Tuberculosos
11. Assistência aos Lázarus e contra a Lepra
 - 11.1. Sociedade ilegível
 - 11.2. Posto Oswaldo Cruz
 - 11.2.1. Vila do Aleixo
 - 11.2.2. Vila ...

DESAJUSTAMENTO DE CONDUTA

12. Sociedade de Criminologia
13. Instituto Melo Matos
 - 13.1. Oficina de ilegível
14. Casa de Detenção
 - 14.1. Escola e Oficina
15. Conselho Penitenciário

DESAJUSTAMENTO DA CONDIÇÃO

16. Sociedade Assistencia
 - 16.1. ilegível
 - 16.2. ilegível
 - 16.3. ilegível
17. Asilo Dr. Tomaz
 - 17.1. Administração
 - 17.2. Seção Feminina e masculina
18. Sociedade S. Vicente de Paulo
 - 18.1. ilegível
 - 18.2. Seção Femina e Masculina

DESAJUSTAMENTO DO ESPÍRITO

19. Colonia de alienados
20. Assistência Jurídica
21. Consultorio de Neurologia
22. Serviço de Hiegene Mental

DESAJUSTAMENTO DOS SENTIDOS

23. Escola de Deficientes Mentais
24. Instituto Melo Matos
 - 24.1. Para cegos
 - 24.2. Para surdo-mudos
25. Asilo Dr. Tomaz